

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios
Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2018

Simple | Pessoal | Justo



• Relatório dos Auditores Independentes.....	1
• Balanços Patrimoniais Consolidados.....	11
• Demonstrações Consolidadas do Resultado.....	14
• Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente.....	16
• Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
• Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.....	19
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas:	
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações.....	22
2. Políticas contábeis e critérios de apuração.....	31
3. Base para consolidação.....	43
4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil.....	47
5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito.....	47
6. Instrumentos de dívida.....	48
7. Instrumentos de patrimônio.....	49
8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas.....	49
9. Empréstimos e adiantamentos a clientes.....	59
10. Ativos não correntes mantidos para venda.....	63
11. Participações em coligadas e controle em conjunto.....	64
12. Ativo tangível.....	69
13. Ativo intangível - Ágio.....	70
14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis.....	72
15. Outros ativos.....	73
16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito.....	73
17. Depósitos de clientes.....	74
18. Obrigações por títulos e valores mobiliários.....	74
19. Dívidas subordinadas.....	76
20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	77
21. Outros passivos financeiros.....	78
22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.....	78
23. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões.....	84
24. Ativos e passivos fiscais.....	88
25. Outras obrigações.....	90
26. Outros Resultados Abrangentes.....	90
27. Participações de não-controladoras.....	92
28. Patrimônio líquido.....	93
29. Lucro por Ação.....	95
30. Valor justo dos ativos e passivos financeiros.....	96
31. Índices operacionais.....	100
32. Receitas com juros e similares.....	101
33. Despesas com juros e similares.....	102
34. Receitas de instrumentos de patrimônio.....	102
35. Receitas de tarifas e comissões.....	102
36. Despesas de tarifas e comissões.....	103
37. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).....	103
38. Variações cambiais (líquidas).....	103
39. Outras despesas operacionais (líquidas).....	103
40. Despesas com pessoal.....	104
41. Outras despesas administrativas.....	106
42. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.....	107
43. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas.....	107
44. Outras divulgações.....	107
45. Segmentos operacionais.....	111
46. Transações com partes relacionadas.....	113
47. Gestão do risco.....	121
ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO - BRGAAP X IFRS.....	139
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	141

Relatório da Administração

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Resumo do Comitê de Auditoria



Banco Santander (Brasil) S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

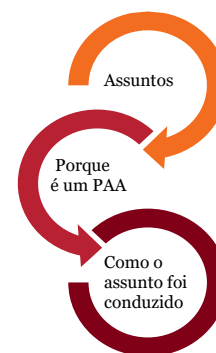
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela modificação do PAA relacionado a provisão para perdas (*impairment*) em razão da alteração da política contábil nessa área.

Porque é um PAA

Provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos considerando a implementação da IFRS 9 (Notas 1.c.1, 1.c.2.1.i, 2.i, 9 e 47.b)

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma contábil IFRS 9 - *Financial Instruments*, que substituiu a IAS 39 - *Financial Instruments*, e estabelece novos requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um novo modelo de provisão de perda para risco de crédito (*impairment*) que tem como base a perda esperada. A IAS 39 tinha como base a perda incorrida.

O Banco adotou a referida norma pelo método retrospectivo modificado que permite que os ajustes iniciais sejam reconhecidos no balanço de

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a implementação da IFRS 9, avaliamos os procedimentos adotados pela Administração para adequação de seus processos, considerando os critérios adotados para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco na implantação dos novos modelos de provisão para perdas (*impairment*), previstos na IFRS 9.

Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) novos modelos e premissas



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

abertura, sem modificação das cifras comparativas que permanecem sendo apresentadas de acordo com a IAS 39.

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os novos requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registros de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas mensuradas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Reconhecimento e valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Notas 1.c.2.1.ii, 2.aa)



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

e 24.d)

Os ativos fiscais diferidos compostos pelos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos sobre o lucro, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização dos mesmos.

A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, essa permanece sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como das estimativas do valor recuperável desses créditos tributários, de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Obtivemos entendimento e avaliamos a razoabilidade das premissas críticas incluídas nas projeções de resultados, comparando-as com dados internos e externos. Também efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria para confirmar a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões para processos judiciais e



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

administrativos (Notas 1.c.2.1.v, 2.r e 23.c)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a completude das informações e o valor correto das provisões.

Com o apoio de nossos especialistas, analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda de causas significativas, considerando a evolução individual dos processos e decisões similares, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Provisões para fundos de pensões e obrigações similares (Notas 1.c.2.1.iv, 2.x, e 22)

O Banco mantém planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade.

Essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento quanto às modalidades de planos em vigor e correspondentes modificações durante o exercício, bem como das metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações, em comparação com os parâmetros de mercado e práticas contábeis em vigor.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à integridade e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e os de aprovação das premissas relevantes consideradas nos cálculos atuariais.

Confirmamos a consistência das premissas mais relevantes adotadas nos cálculos atuariais com aquelas adotadas na última avaliação atuarial anual, bem como avaliamos a razoabilidade das alterações de premissas efetuadas pela Administração. Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração permitem uma adequada apuração da provisão para fundos de pensões e obrigações similares em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos financeiros mensurados ao valor



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

justo com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 1.c.2.1.iii, 2.e, 6, 7, 8 e 30)

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo mantém-se como área de foco em nossa auditoria no exercício atual devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que depende da definição dos modelos de negócios, como requerido pela IFRS 9 a partir do exercício de 2018, e das técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos financeiros que atendam ao modelo de negócios definido pela Administração e nas características de seus fluxos de caixa (atendimento ou não aos requerimentos de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O Banco adotou a referida norma pelo método retrospectivo modificado que permite que os ajustes iniciais sejam reconhecidos no balanço de abertura sem modificação das cifras comparativas.

Adicionalmente, como também facultado pela IFRS 9, a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting* permanecem sendo apresentadas de acordo com a IAS 39.

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, incluem instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo que são substancialmente compostos por aplicações em determinados títulos públicos e privados, e contratos de derivativos.

Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos, incluindo aqueles desenvolvidos pela Administração para atendimentos aos novos requisitos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros requeridos pela IFRS 9.

Realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a classificação, mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de ativos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos financeiros são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes no exercício de 2018.

Teste do valor recuperável do ágio (Notas 1.c.2.1.vi, 2.o.i e 13)

O Banco e suas controladas têm ágios registrados referentes a aquisições realizadas em exercícios

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

anteriores, cujos valores são relevantes em relação às demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração elabora anualmente teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, relacionados, entre outros, com projeções e taxa de crescimento.

Por esses motivos, consideramos que essa área continua sendo foco de nossa auditoria, uma vez que diferentes premissas utilizadas pela Administração na projeção de resultados futuros podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio, e consequentemente impactar as demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

relacionados ao teste do valor recuperável do ágio realizado pela Administração.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento das premissas e projeções críticas consideradas pela Administração e seus consultores externos.

Também avaliamos a metodologia para a determinação do valor recuperável do ágio, considerando a adequação das diversas premissas, dentre elas, a taxa de crescimento, a taxa de desconto e as projeções efetuadas. Comparamos as projeções com os resultados históricos para avaliar a consistência, assim como os dados macroeconômicos com as projeções do mercado. Efetuamos também recálculos da taxa de desconto e valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas, adotados pela Administração para a realização dos testes de perda por redução ao valor recuperável, são consistentes e estão adequadamente suportados e divulgados, nos seus aspectos mais relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação,



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinamos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



Banco Santander (Brasil) S.A.

financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Banco Santander (Brasil) S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over a light-colored background.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Edison Arisa Pereira', is written over a light-colored background.

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	2016
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	4	31.716.345	34.124.753	26.284.569
Ativos Financeiros para Negociação		-	86.271.097	131.245.477
Instrumentos de dívida	6	-	34.879.681	59.994.946
Instrumentos de patrimônio	7	-	489.770	398.461
Derivativos	8.a	-	17.070.125	24.480.256
Reservas no Banco Central do Brasil		-	33.831.521	46.371.814
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		43.711.800	-	-
Instrumentos de dívida	6	3.171.746	-	-
Reservas no Banco Central do Brasil		40.540.054	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		68.852.314	-	-
Instrumentos de dívida	6	50.066.469	-	-
Instrumentos de patrimônio	7	766.333	-	-
Derivativos	8.a	18.019.512	-	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		917.477	-	-
Instrumentos de patrimônio	7	298.297	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	619.180	-	-
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado		-	1.692.057	1.711.204
Instrumentos de dívida	6	-	1.658.689	1.668.749
Instrumentos de patrimônio	7	-	33.368	42.455
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	85.823.384	57.815.045
Instrumentos de dívida	6	-	84.716.747	55.829.572
Instrumentos de patrimônio	7	-	1.106.637	1.985.473
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes		85.436.677	-	-
Instrumentos de dívida	6	85.395.691	-	-
Instrumentos de patrimônio	7	40.986	-	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	6	-	10.214.454	10.048.761
Empréstimos e Recebíveis		-	355.246.574	333.997.034
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	-	65.209.902	65.711.001
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	-	272.420.157	252.002.774
Instrumentos de dívida	6	-	17.616.515	16.283.259
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		417.478.717	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5	79.607.001	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	301.072.207	-	-
Instrumentos de dívida	6	36.799.509	-	-
Derivativos Utilizados como Hedge	8.a	343.934	192.763	222.717
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	10	1.380.231	1.155.456	1.337.885
Participações em Coligadas e Controle em Conjunto	11	1.053.315	866.564	990.077
Ativos Fiscais	24	31.565.767	28.825.741	28.753.184
Correntes		3.885.189	4.047.663	4.316.072
Diferidos		27.680.578	24.778.078	24.437.112
Outros Ativos	15	4.800.467	4.578.270	5.104.012
Ativo Tangível	12	6.588.975	6.509.883	6.646.433
Ativo Intangível		30.018.988	30.202.043	30.236.842
Ágio	13	28.378.288	28.364.256	28.355.039
Outros ativos intangíveis	14	1.640.700	1.837.787	1.881.803
Total do Ativo		723.865.007	645.703.039	634.393.240

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2018	2017	2016
Passivos Financeiros para Negociação		-	49.322.546	51.619.869
Derivativos	8.a	-	16.514.154	19.925.600
Posições vendidas	8.b	-	32.808.392	31.694.269
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		50.938.992	-	-
Derivativos	8.a	18.243.315	-	-
Posições vendidas	8.b	32.695.677	-	-
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.946.056	-	-
Outros passivos financeiros	21	1.946.056	-	-
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		547.295.169	478.880.704	471.579.467
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16	99.022.806	79.374.685	78.634.072
Depósitos de clientes	17	304.197.800	276.042.141	247.445.177
Obrigações por títulos e valores mobiliários	18	74.626.232	70.247.012	99.842.955
Dívidas subordinadas	19	9.885.607	519.230	466.246
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	9.779.944	8.436.901	8.311.918
Outros passivos financeiros	21	49.782.780	44.260.735	36.879.099
Derivativos Utilizados como Hedge	8.a	223.520	163.332	311.015
Provisões		14.695.898	13.986.916	11.776.491
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	22	3.357.654	3.923.457	2.710.627
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	23	11.338.244	10.063.459	9.065.864
Passivos Fiscais	24	8.074.764	8.248.019	6.094.740
Correntes		5.043.375	5.751.488	4.826.703
Diferidos		3.031.389	2.496.531	1.268.037
Outras Obrigações	25	9.095.148	8.013.921	8.199.099
Total do Passivo		632.269.547	558.615.438	549.580.681
Patrimônio Líquido	28	91.881.738	87.425.075	85.434.855
Capital social		57.000.000	57.000.000	57.000.000
Reservas		30.377.693	28.966.451	27.881.326
Ações em tesouraria		(461.432)	(148.440)	(514.034)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(1.017.000)	(1.017.000)	(1.017.000)
Lucro do exercício atribuível à controladora		12.582.477	8.924.064	7.334.563
Menos: dividendos e remuneração		(6.600.000)	(6.300.000)	(5.250.000)
Outros Resultados Abrangentes		(878.863)	(774.368)	(1.347.800)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		91.002.875	86.650.707	84.087.055
Participações não-Controladoras	27	592.585	436.894	725.504
Total do Patrimônio Líquido		91.595.460	87.087.601	84.812.559
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		723.865.007	645.703.039	634.393.240

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota explicativa	2018	2017	2016
Receitas com juros e similares	32	70.478.393	71.418.349	77.146.077
Despesas com juros e similares	33	(28.557.051)	(36.471.860)	(46.559.584)
Receita Líquida com Juros		41.921.342	34.946.489	30.586.493
Receitas de instrumentos de patrimônio	34	32.623	83.120	258.545
Resultado de equivalência patrimonial	11	65.958	71.551	47.537
Receitas de tarifas e comissões	35	17.728.452	15.815.543	13.548.481
Despesas de tarifas e comissões	36	(3.596.293)	(3.093.675)	(2.570.885)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	37	(2.782.802)	969.090	3.016.156
Ativos financeiros para negociação		-	1.174.111	3.166.399
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(138.673)	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(2.764.859)	-	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		61.239	-	-
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		-	30.694	82.638
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(138.104)	(122.115)	(115.202)
Outros		197.595	(113.600)	(117.679)
Variações cambiais (líquidas)	38	(2.806.471)	605.056	4.574.814
Outras despesas operacionais (líquidas)	39	(1.055.850)	(672.013)	(624.571)
Total de Receitas		49.506.959	48.725.161	48.836.570
Despesas administrativas		(16.792.138)	(16.120.595)	(14.920.410)
Despesas com pessoal	40	(9.206.007)	(8.937.278)	(8.377.265)
Outras despesas administrativas	41	(7.586.131)	(7.183.317)	(6.543.145)
Depreciação e amortização		(1.739.959)	(1.662.247)	(1.482.639)
Ativo tangível	12	(1.216.704)	(1.190.967)	(1.154.588)
Ativo intangível	14	(523.255)	(471.280)	(328.051)
Provisões (líquidas)		(1.999.604)	(3.309.239)	(2.724.742)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(12.713.435)	(12.338.300)	(13.301.445)
Empréstimos e recebíveis	9.c	-	(12.338.141)	(13.389.834)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes		(12.713.532)	-	-
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		97	(159)	88.389
Perdas com outros ativos (líquidas)		(508.310)	(456.711)	(114.321)
Outros ativos intangíveis	14	(300.865)	(306.110)	(5.838)
Outros ativos	14	(207.445)	(150.601)	(108.483)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	42	(25.476)	(64.302)	3.816
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	43	181.734	(260.083)	87.073
Resultado Operacional Antes da Tributação		15.909.771	14.513.684	16.383.902
Impostos sobre a renda	24	(3.109.853)	(5.375.636)	(8.918.984)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		12.799.918	9.138.048	7.464.918
Lucro atribuível à Controladora		12.582.477	8.924.064	7.334.563
Lucro atribuível às participações não-controladoras	27	217.441	213.984	130.355
Lucro por Ação (em Reais)	29			
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		1.604,34	1.133,43	929,93
Ações preferenciais		1.764,78	1.246,77	1.022,92
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		1.604,34	1.132,44	929,03
Ações preferenciais		1.764,78	1.245,69	1.021,93
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		6.108.349	4.332.026	3.560.288
Ações preferenciais		6.474.128	4.592.038	3.774.275
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias		6.108.349	4.331.955	3.560.222
Ações preferenciais		6.474.128	4.592.109	3.774.341
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico				
Ações ordinárias		3.807.386	3.822.057	3.828.555
Ações preferenciais		3.668.527	3.683.145	3.689.696
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído				
Ações ordinárias		3.807.386	3.825.313	3.832.211
Ações preferenciais		3.668.527	3.686.401	3.693.352

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017	2016
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	12.799.918	9.138.048	7.464.918
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	558.967	1.194.335	3.725.565
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.147.384	3.311.607
Ajuste ao valor de mercado - Ganhos / (Perdas)	-	1.789.286	5.458.735
Valores transferidos para a conta de resultado	-	30.694	82.638
Imposto sobre renda	-	(672.596)	(2.229.766)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	475.809	-	-
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	388.481	-	-
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para resultado	7.982	-	-
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para reservas	296.802	-	-
Impostos sobre a renda	(217.456)	-	-
Hedge de fluxo de caixa	83.158	46.951	413.958
Ajuste ao valor de mercado	140.811	73.238	761.423
Valores transferidos para a conta de resultado	(6.767)	-	1.580
Impostos sobre renda	(50.886)	(26.287)	(349.045)
Hedge de investimento líquido	-	-	634.207
Hedge de investimento líquido	-	-	1.209.338
Impostos sobre renda	-	-	(575.131)
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-	-	(634.207)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	-	-	(634.207)
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	(366.660)	(620.903)	(941.833)
Planos de Benefícios Definidos	(366.660)	(620.903)	(941.833)
Planos de Benefícios Definidos	(418.768)	(992.156)	(1.568.122)
Impostos sobre renda	52.108	371.253	626.289
Total do Resultado Abrangente	12.992.225	9.711.480	10.248.650
Atribuível à controladora	12.774.784	9.497.496	10.118.295
Atribuível às participações não-controladoras	217.441	213.984	130.355
Total do Resultado Abrangente	12.992.225	9.711.480	10.248.650

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora														
	Outros Resultados Abrangentes													Total	
Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro do Período atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimonial líquido para venda	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Particip. não-controladoras		Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	57.000.000	24.388.967	(423.953)	(1.017.000)	9.783.740	(6.200.000)	83.531.754	(2.645.417)	-	(1.141.644)	1.493.577	(1.838.048)	79.400.222	435.062	79.835.284
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	7.334.563	-	7.334.563	3.311.607	-	(941.833)	(634.207)	1.048.165	10.118.295	130.355	10.248.650
Lucro líquido Atribuível à Controladora	-	-	-	-	7.334.563	-	7.334.563	-	-	-	-	-	7.334.563	130.355	7.464.918
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	3.311.607	-	(941.833)	(634.207)	1.048.165	2.783.732	-	2.783.732
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	3.311.607	-	-	-	-	3.311.607	-	3.311.607
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(941.833)	-	-	(941.833)	-	(941.833)
Ajustes de conversão de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(634.207)	-	(634.207)	-	(634.207)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.048.165	1.048.165	-	1.048.165
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	9.783.740	-	-	(9.783.740)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28.b	(6.200.000)	-	-	-	950.000	(5.250.000)	-	-	-	-	-	(5.250.000)	-	(5.250.000)
Remuneração baseada em ações	40.b	(35.463)	-	-	-	-	(35.463)	-	-	-	-	-	(35.463)	-	(35.463)
Ações em tesouraria	28.d	-	(90.031)	-	-	-	(90.031)	-	-	-	-	-	(90.031)	-	(90.031)
Reestruturação do Capital	-	-	(50)	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Resultados de ações em tesouraria	28.d	(11.574)	-	-	-	-	(11.574)	-	-	-	-	-	(11.574)	-	(11.574)
Outros	28.a	(44.344)	-	-	-	-	(44.344)	-	-	-	-	-	(44.344)	160.087	115.743
Saldos em 31 de dezembro de 2016	57.000.000	27.881.326	(514.034)	(1.017.000)	7.334.563	(5.250.000)	85.434.855	666.190	-	(2.083.477)	859.370	(789.883)	84.087.055	725.504	84.812.559
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	8.924.064	-	8.924.064	1.147.384	-	(620.903)	-	46.951	9.497.496	213.984	9.711.480
Lucro líquido Atribuível à Controladora	-	-	-	-	8.924.064	-	8.924.064	-	-	-	-	-	8.924.064	213.984	9.138.048
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.147.384	-	(620.903)	-	46.951	573.432	-	573.432
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	1.147.384	-	-	-	-	1.147.384	-	1.147.384
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(620.903)	-	-	(620.903)	-	(620.903)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.951	46.951	-	46.951
Apropriação do lucro líquido do exercício	-	7.334.563	-	-	(7.334.563)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28.b	(5.250.000)	-	-	-	(1.050.000)	(6.300.000)	-	-	-	-	-	(6.300.000)	-	(6.300.000)
Remuneração baseada em ações	40.b	37.161	-	-	-	-	37.161	-	-	-	-	-	37.161	-	37.161
Ações em tesouraria	28.d	(744.419)	365.643	-	-	-	(378.776)	-	-	-	-	-	(378.776)	-	(378.776)
Reestruturação do Capital	-	-	(49)	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Resultados de ações em tesouraria	28.d	(2.498)	-	-	-	-	(2.498)	-	-	-	-	-	(2.498)	-	(2.498)
Outros	-	(289.682)	-	-	-	-	(289.682)	-	-	-	-	-	(289.682)	(502.594)	(792.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	57.000.000	28.966.451	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	87.425.075	1.813.574	-	(2.704.380)	859.370	(742.932)	86.650.707	436.894	87.087.601

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora											Participações não-patrimônio líquido	Total			
	Nota explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro do Período atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos no exterior			Ajustes de conversão de investimento	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Outros Resultados Abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2017		57.000.000	28.966.451	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	87.425.075	-	1.813.574	(2.704.380)	859.370	(742.932)	86.650.707	436.894	87.087.601
Mudança na adoção inicial do IFRS 9		-	(1.245.023)	-	-	-	-	(1.245.023)	-	(296.802)	-	-	-	(1.541.825)	-	(1.541.825)
Saldos em 1 de janeiro de 2018		57.000.000	27.721.428	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	86.180.052	-	1.516.772	(2.704.380)	859.370	(742.932)	85.108.882	436.894	85.545.776
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	12.582.477	-	12.582.477	-	475.809	(366.660)	-	83.158	12.774.784	217.441	12.992.225
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	12.582.477	-	12.582.477	-	-	-	-	-	12.582.477	217.441	12.799.918
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	475.809	(366.660)	-	83.158	192.307	-	192.307
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	475.809	-	-	-	475.809	-	475.809
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(366.660)	-	-	(366.660)	-	(366.660)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.158	83.158	-	83.158
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	8.924.064	-	-	(8.924.064)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	106.440	-	-	-	-	106.440	-	-	-	-	-	106.440	(106.440)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	28.b	-	(6.300.000)	-	-	-	(300.000)	(6.600.000)	-	-	-	-	-	(6.600.000)	-	(6.600.000)
Remuneração baseada em ações		-	(17.854)	-	-	-	-	(17.854)	-	-	-	-	-	(17.854)	-	(17.854)
Ações em tesouraria	28.d	-	-	(312.305)	-	-	-	(312.305)	-	-	-	-	-	(312.305)	-	(312.305)
Reestruturação do Capital	28.d	-	-	(687)	-	-	-	(687)	-	-	-	-	-	(687)	-	(687)
Resultados de ações em tesouraria	28.d	-	(15.868)	-	-	-	-	(15.868)	-	-	-	-	-	(15.868)	-	(15.868)
Outros		-	(40.517)	-	-	-	-	(40.517)	-	-	-	-	-	(40.517)	44.690	4.173
Saldos em 31 de dezembro de 2018		57.000.000	30.377.693	(461.432)	(1.017.000)	12.582.477	(6.600.000)	91.881.738	-	1.992.581	(3.071.040)	859.370	(659.774)	91.002.875	592.585	91.595.460

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	2018	2017	2016
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido consolidado do exercício		12.799.918	9.138.048	7.464.918
Ajustes ao lucro		14.765.404	17.015.113	20.143.702
Depreciação do ativo tangível	12	1.216.704	1.190.967	1.154.588
Amortização do ativo intangível	14	523.255	471.280	328.051
Perdas com outros ativos (líquidas)		508.310	456.711	114.321
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		14.713.039	15.647.539	16.026.187
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda	42&43	(156.258)	324.385	(90.889)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	11	(65.958)	(71.551)	(47.537)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	24.d	(1.594.440)	(406.395)	5.343.885
Atualização de Depósitos Judiciais		(664.003)	(637.124)	(749.040)
Atualização de Impostos a Compensar		(222.402)	(210.834)	(215.228)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	2.289.849
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		1.173.757	33.691	(3.924.662)
Outros		(666.600)	216.444	(85.823)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(79.913.313)	(16.745.263)	(59.866.978)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		16.629.126	(7.043.255)	60.163.587
Ativos financeiros para negociação		-	44.950.707	(80.367.944)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(8.791.116)	-	-
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.692.154	18.988	457.419
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(16.412.738)	-	-
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(419.851)	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	(27.214.188)	9.976.210
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(4.323.459)	-	-
Empréstimos e recebíveis		-	(30.256.590)	(43.422.496)
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(75.906.801)	-	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento		-	(26.266)	(449.792)
Outros ativos		7.619.372	2.825.341	(6.223.962)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		64.293.934	44.163.382	43.247.080
Passivos financeiros para negociação		-	(2.297.323)	9.232.101
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		1.616.446	-	-
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.946.056	-	-
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		57.833.935	43.702.283	32.696.894
Outros passivos		2.897.497	2.758.422	1.318.085
Impostos pagos	24.a	(3.668.571)	(3.280.230)	(4.240.115)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		8.277.372	50.291.050	6.748.607
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimentos		(3.157.794)	(2.197.918)	(1.945.372)
Aumento de capital de participações em coligadas e controle em conjunto	11	(36.051)	(34.154)	(3.105)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(111.224)	(275.091)	(392.998)
Ativo tangível	12.a	(1.394.299)	(1.106.406)	(873.140)
Ativo intangível		(1.616.222)	(738.554)	(670.576)
Ativos não correntes mantidos para venda	10	2	(43.713)	(5.553)
Alienação		797.716	744.913	677.088
Redução de Capital de investida em controle conjunto	11.b	-	-	76.860
Ativo tangível	12&42	122.009	37.467	42.226
Ativos não correntes mantidos para venda	10	563.607	434.553	208.232
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		112.100	272.893	349.770
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(2.360.078)	(1.453.005)	(1.268.284)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Aquisição de ações próprias	28.d	(312.305)	(378.776)	(90.031)
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	9.347.750	-	-
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo	18	73.765.081	59.663.420	50.313.469
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		(6.076.073)	(5.652.081)	(3.210.762)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	18	(78.903.009)	(97.009.957)	(56.164.769)
Pagamentos de dívida subordinada	19	(544.566)	-	(8.362.652)
Pagamentos de juros dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20	(683.783)	(623.146)	(701.671)
Aumento em participações não-controladoras	27	55.869	(296.184)	23.909
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras	27	48.000	-	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(3.303.036)	(44.296.724)	(18.192.507)
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		-	-	(2.289.849)
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		2.614.258	4.541.321	(15.002.033)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.670.902	18.129.581	33.131.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.285.160	22.670.902	18.129.581

	Nota Explicativa	2018	2017	2016
Componentes do caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades e Reservas do Banco Central	4	19.463.587	20.642.321	14.683.735
Empréstimos e outros valores	5	5.821.573	2.028.581	3.445.846
Total de caixa e equivalentes de caixa		25.285.160	22.670.902	18.129.581
Transações não monetárias				
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda	10	785.139	524.497	834.903
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	28.b	4.800.000	4.455.000	4.750.000
Informações complementares				
Juros recebidos		70.831.205	73.094.248	75.818.511
Juros pagos		(29.796.455)	(37.948.828)	(46.051.070)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2018, entraram em vigor as normas IFRS 9 e IFRS 15.

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** emitido em seu formato final em julho de 2014, o *International Accounting Standards Board (IASB)* aprovou o IFRS 9, que substituiu o IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo composto pelos ministros de finanças das 20 maiores economias do mundo) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

i. Transição

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou por não reapresentar números comparativos. Quaisquer ajustes nas quantias escrituradas de ativos e passivos financeiros à data de transição foram reconhecidos nos lucros líquidos iniciais e outras reservas do período corrente. O Grupo também optou por continuar aplicando os requisitos de contabilização de hedge da IAS 39 na adoção da IFRS 9. Consequentemente, para divulgações de notas, as consequentes alterações às divulgações da IFRS 7 também foram aplicadas apenas ao período atual. As divulgações das notas do período comparativo repetem as divulgações feitas no ano anterior.

ii. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, caso essa designação

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

iv. Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Incluindo, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros, alinhar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

v. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para os fins desta avaliação, define-se "principal" como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "Juros" como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

vi. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

vii. Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

viii. Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

ix. Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

1. Modificações nos ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

Receita de Juros

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

- Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.
- Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de default (ou "estágio 3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

Instrumentos de Patrimônio

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor por meio de Outros Resultados Abrangentes. A política do Banco condiz em designar investimentos de capital como mensurado ao valor justo contra Outros Resultados Abrangentes quando esses investimentos são mantidos para outros fins que não gerem retornos de investimento, nesse caso, os ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e não são reclassificados subsequentemente para o resultado, incluindo a venda do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo. Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

Os ganhos e perdas em participações mensurados ao valor justo no resultado são incluídos na rubrica "Ativos Financeiros mensurados a valor justo no resultado" na Demonstração do Resultado.

Passivos Financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelos IFRSs ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

ii. Mensuração ao valor justo

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.

Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma apropriada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

iii. Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Banco reconhece ajustes para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura os ajustes para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

Os ajustes para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensurados a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

iv. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

v. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

vi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido à dificuldades financeiras.

Um instrumento financeiro que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de *impairment*.

vii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

viii. Evidência objetiva de redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Em cada data de encerramento, o Banco avalia a existência de evidência objetiva de que os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado tiveram redução no seu valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresenta redução no seu valor recuperável quando evidências objetivas que demonstraram que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do(s) ativo(s) e que o evento de perda exerceu um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do(s) ativo(s) que poderia ser estimado com segurança.

Evidências objetivas de que os ativos financeiros tiveram redução no seu valor recuperável incluem:

- dificuldade financeira significativa de um devedor ou emissor;

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- inadimplência ou mora por um devedor;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- indicações de que um devedor ou emissor poderia entrar em falência;
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título; ou
- dados observáveis relacionados a um grupo de ativos, tais como alterações adversas no status de pagamento de mutuários ou emissores no grupo, ou condições econômicas correlacionadas a inadimplência no grupo.

Empréstimos que tenham sido renegociados devido à deterioração na condição do devedor, são geralmente considerado como reduzido ao valor recuperável a menos que haja evidência, de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não houvesse nenhum outro indicador de *impairment*.

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados ao custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados ao custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos ao custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

ix. Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

x. Mensuração da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

xi. Reversão da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em Outros Resultados Abrangentes.

Segue abaixo a conciliação do patrimônio líquido decorrente da adoção inicial do IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	87.087.601
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.149.051)
Provisão para compromissos contingentes	(674.513)
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	17.806
Outros	237.867
Imposto de renda diferido	1.026.066
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	85.545.776

2. Designação ao valor justo por meio do resultado

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois esta designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que poderia surgir.

3. Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável ("*impairment*")

i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

ii. Metodologia de estimativa de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

iii. Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

iv. Provisão para perdas

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis. Os valores comparativos referentes a 31/12/2017, representam uma conta de provisão para perdas de crédito e refletem a base de mensuração de acordo com o IAS 39.

R\$ milhões	Total
Saldo da provisão - Empréstimos e recebíveis (IAS 39) em 31/12/2017	18.261.638
Saldo da provisão para Avais e Fianças (IAS 39) em 31/12/2017	312.373
Saldo IAS 39 em 31/12/2017	18.574.011
Efeito da adoção inicial IFRS 9 (Nota 1.2i)	2.823.564
Saldo IFRS 9 em 01/01/2018	21.397.575

Em 1 de janeiro de 2018, o saldo da Provisão para perdas em IFRS 9 segregado em estágios era representado: Estágio 1 - 20%, Estágio 2 - 15% e Estágio 3 - 65%. Em 31 de dezembro de 2018, não houve mudanças significativas na segregação por estágios nota 9.c.

4. Ativos e Passivos financeiros

A. Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com o IFRS 9.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	IAS 39	Empréstimos e recebíveis	355.246.574	354.317.416	-	354.317.416	Mensurados ao Custo Amortizado
				492.429	5.197	497.626	Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado
				436.729	(7.179)	429.550	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
		Disponíveis para venda	85.823.384	4.762.234	3.791	4.766.025	Mensurados ao Custo Amortizado
				79.954.513	-	79.954.513	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
		Investimentos Mantidos até o vencimento	10.214.454	1.106.637	15.997	1.122.634	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
				10.214.454	-	10.214.454	Mensurados ao Custo amortizado
				86.271.097	-	86.271.097	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação
Outros ativos financeiros a valor justo no resultado	1.692.057	-	1.692.057	Mensurados ao Valor Justo no Resultado			
Total (1)			539.247.566	539.247.566	17.806	539.265.372	

1) Não inclui Provisão para Perdas sobre créditos e compromissos contingentes.

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros	IAS 39	Para Negociação	49.322.546	-	-	49.322.546	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação
		Ao Custo amortizado	478.880.704	-	-	478.880.704	Mensurados ao Custo Amortizado
Total			528.203.250	-	-	528.203.250	

Receitas de contratos com clientes

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes:** Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.
- O princípio básico do IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.
- Após análise das comissões/tarifas praticadas pelo Banco Santander versus aos novos conceitos do IFRS 15, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2018.

Ciclos de Atualizações do IFRS

- IAS 12 - Impostos sobre a Renda - A questão refere-se à apresentação do imposto de renda sobre os pagamentos e os custos de emissão de instrumentos financeiros classificados como patrimônio líquido, ou seja, se uma entidade reconhece o imposto de renda diretamente no patrimônio líquido ou no resultado.
- IAS 23 - Custos de Empréstimos - Esclarecer se uma entidade transfere empréstimos específicos para carteira de empréstimo em geral quando a construção de um ativo qualificado estiver completa.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2018 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

- IFRS 16 – Arrendamentos, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) em janeiro de 2016, entrará em vigor a partir de 1º de

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

janeiro de 2019. Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o Banco Santander aplicará o normativo de maneira retrospectiva modificada.

O Banco conduziu avaliação interna e concluiu que a aplicação do normativo traz os seguintes efeitos:

- A adoção do IFRS 16 exigirá mudanças nas políticas contábeis do Banco e impactará o reconhecimento, a mensuração e a apresentação de determinados saldos reconhecidos na demonstração do resultado e no balanço patrimonial.
- O Banco Santander optará por apresentar os ativos de direito de uso como parte do ativo tangível e os passivos de arrendamento como outros passivos no balanço patrimonial.
- O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

O Banco arrenda vários imóveis e equipamentos. Predominantemente, os contratos de aluguel são realizados para períodos fixos de aproximadamente 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito a seguir. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

As estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais. O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. O ativo de arrendamento, registrado pelo direito de uso, deve ser mensurado subsequentemente pelo método de custo. Do custo do ativo devem ser diminuídas depreciações e perdas acumuladas e corrigido por alguma remensuração do passivo. Já o passivo, deve ser aumentado pela incidência de juros e diminuído pelos valores de arrendamento pagos, com respectivos reflexos no resultado do período. Os juros são calculados aplicando a taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente de passivo.

Na primeira aplicação desta norma, o Banco utilizará os seguintes expedientes práticos permitidos:

- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial;
- Optou-se por não efetuar a separação do componente de prestação de serviços embutidos em contratos de arrendamento mercantil; e
- O Banco também decidiu não aplicar o IFRS 16 a contratos que não eram identificados como contendo um arrendamento segundo o IAS 17 e o IFRIC 4 - Determinação sobre se um Contrato contém um Arrendamento.

Adicionalmente, serão adotados também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos operacionais cujo o ativo subjacente seja de baixo valor;

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais o Banco, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Os saldos apresentados são imateriais.

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhecerá os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos mercantil" seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos. Esses passivos serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental da arrendatária em 1º de janeiro de 2019. A taxa utilizada para desconto da carteira foi baseada em proxy do custo de certas captações do Banco sem direcionamento (de créditos livres), aplicada individualmente a cada contrato, de acordo com as estimativas projetadas. A taxa média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 será de aproximadamente 8,11% a.a. O efeito estimado da adoção inicial é de aproximados R\$2,4 bilhões nas rubricas de Ativo Tangível – De Uso Próprio e Passivos Financeiros a Custo Amortizado – Outros Passivos Financeiros.

• IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Uma vez que a implementação será em 2021, a Administração ainda está avaliando os possíveis impactos decorrentes da adoção da nova norma.

• IFRIC 23 – Publicada em junho de 2017 pelo IASB, a IFRIC 23 de Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro tem aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e visa clarificar os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017. No período findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas efetuadas no final do exercício de 2017, além daquelas indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias, especialmente decorrentes da aplicação do IFRS 9.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Provisão para perdas sobre créditos

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para determinar o saldo de “Provisão para perdas por não recuperação (*“impairment”*)”, o Banco Santander avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para detalhes adicionais ver nota 2.i.

ii. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorre da aplicação das respectivas alíquotas ao lucro real, e as alíquotas de Pis e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.aa.

iii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 47.c8 apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

iv. Provisões para fundos de pensões

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

As notas 2.x & 22.iii apresentam prática contábil para Benefícios pós-emprego e a análise de sensibilidade, respectivamente.

v. Provisões para processos judiciais e administrativos

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

vi. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Para detalhes adicionais ver nota 13.

c.3) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de *rating* e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital mediante a emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, RORAC (retorno no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo Banco.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de Outros Resultados Abrangentes são atribuídos aos controladores do Banco e às participações não controladoras mesmo se o efeito for atribuído às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros Resultados Abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota 3 possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2018, 2017 e 2016.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. “Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (notas 3&11).
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 22).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda ou se forem referentes a “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados como *hedge*” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*, cuja intenção primária do Banco é de negociá-los frequentemente.
- **Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros).
- **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros para os quais no momento de designação inicial foi feita a opção de marcação de valor justo (Fair Value Option).
- **Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado (aplicável para os períodos comparativos):** essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja para eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como “Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado” ou como “Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado”.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

• **Investimentos mantidos até o vencimento (aplicável para os períodos comparativos):** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Participações em coligadas e controladas em conjuntos”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou associadas

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos do Banco Central do Brasil”: depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como *hedge*”: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge*).
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de “Notes” deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontram-se descritos na nota 20.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” e “Investimentos mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos *hedges*.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

- Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

- Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de *hedge* de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda acumulada é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting* em 31 de dezembro de 2018, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

a. Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

b. Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em milhares de Reais			2018
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	18.667.611	(304.165)	18.363.446
Operações Compromissadas	44.836.491	-	44.836.491
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	18.771.000	(304.165)	18.466.835
Operações Compromissadas	101.647.013	-	101.647.013
Em milhares de Reais			2017
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	17.262.888	-	17.262.888
Operações Compromissadas	34.505.671	-	34.505.671
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	16.677.486	-	16.677.486
Operações Compromissadas	97.421.579	-	97.421.579
Em milhares de Reais			2016
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	24.702.973	-	24.702.973
Operações Compromissadas	47.528.393	-	47.528.393
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	20.236.615	-	20.236.615
Operações Compromissadas	129.817.727	-	129.817.727

h) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

i) Ativos financeiros não recuperáveis
i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasione um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

O Banco avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD - *Exposure at Default*" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD - *Probability of Default*", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento no ano seguinte. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD - *Loss Given at Default*", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Período de identificação de perdas, ou "LIP - *Loss identification period*", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência objetiva dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

· Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação e após aproximadamente 360 dias de atraso), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

j) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

k) Contabilização de leasing

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, todos os tipos de leasings financeiros possuem valores residuais garantidos, e a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido – que é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" no balanço patrimonial consolidado.

A receita financeira decorrente desses contratos é creditado a conta "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada de modo a alcançar uma taxa constante de retorno sobre o prazo da locação.

l) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

m) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2018, 2017 e 2016 é informada na nota 44-d.

n) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (*hardware*) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

o) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou *softwares* desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software*, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período, a entidade revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de *software* são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

p) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperado. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

q) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o Banco aceita um risco significativo, que não seja risco financeiro, de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Todos os métodos de valorização utilizados pela subsidiária são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinada pelo órgão regulador local e baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido pela Administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme determinado pelo IFRS 4 - Classificação dos Contratos e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Em 31 de dezembro de 2018, o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$215.754 (31/12/2017 - R\$130.307 e 31/12/2016 - R\$85.395) para os planos do tipo Fundo Garantidor de Benefícios (FGB).

r) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo o risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

t) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor pelo RORAC, comparação entre o realizado e o orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez de alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura o valor justo dos serviços prestados e o correspondente passivo incorrido com base na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidos no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "outros passivos" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquirida ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos ao final do período de carência.

u) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebe-los surgir para as entidades consolidadas.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (nota 35). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

v) Garantias

v.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 23).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

v.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito através da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. O Banco revisa periodicamente sua política de garantias, através de parâmetros técnicos, normativos e também da sua base histórica, para determinar se a garantia é juridicamente exercível e exequível.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

w) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 44-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

x) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

y) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 22).

z) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

aa) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em lei da Medida Provisória 675/2015).

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 24.

O programa de integração social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

ab) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, as atividades operacionais do Banco Santander.

A Administração do Banco Santander passou a segregar os "Efeitos das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos". Consequentemente as correspondentes cifras das Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram reclassificadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação % Consolidada
Banco Bandepe S.A. (1)	Banco	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos) (2)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (atual denominação social da Santander Participações S.A.) (3)(4)(5)	Outras atividades	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet)	Instituição de Pagamento	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	100,00%
Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito S.A. (EFC)	Financeira	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (atual denominação social da Webcasas S.A.) (10)	Holding	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (21)	Tecnologia	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. (20)	Outras Atividades	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (9)	Outras Atividades	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. (22)	Outras Atividades	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (2)		
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) (11) (12)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	70,00%
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)		
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.) (13)	Gestora de Recursos	100,00%
Controladas da Getnet		
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras atividades	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras atividades	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras atividades	100,00%
Controlada da Sancap		
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	100,00%
Controlada da Aymoré CFI		
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super Pagamentos) (14)(8)	Instituição de Pagamento	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (15)	Banco	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Banco	50,00%
Controlada do Olé Consignado		
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras atividades	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras atividades	100,00%
Controlada da Santander Leasing		

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Si Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil) (6)(7)	Leasing	100,00%
Fundos de Investimentos Consolidados	Atividade	Participação % Consolidada
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa	Fundo de Investimento	(a)
Santander Paraty QIF PLC (16)	Fundo de Investimento	(a)
Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (16)	Fundo de Investimento	(a)
Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (17)	Fundo de Investimento Imobiliário	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (18)	Fundo de Investimento	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (19)	Fundo de Investimento	(a)
Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (23)	Fundo de Investimento	(a)

(a) Entidade sobre a qual o Banco está exposto ou tem direito a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detêm 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Em AGE de 07 de dezembro de 2018, o Banco Bandepe S.A. teve seu capital social aumentado no montante de R\$2.000.000, passando de R\$2.787.689 para R\$4.787.689, dividido 3.589.334 (três milhões, quinhentas e oitenta e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento de capital, sendo que as ações subscreitas e pendentes de integralização serão realizadas nos termos e prazo previstos na legislação.

(2) Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentado em R\$150.000 passando o capital social para o valor de R\$270.000, dividido em 265.419.392 (duzentas e sessenta e cinco milhões, quatrocentas e dezenove mil, trezentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander.

(3) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Nesta mesma AGE, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia. Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social de R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscreitas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, ao preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis seu valor contábil, na data-base de 30 de junho de 2017. Em 31 de agosto de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

(4) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017, sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscreitas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017. Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros, de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

(5) Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santusa Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. O ágio desta aquisição no valor de R\$298.978 foi registrado no Patrimônio Líquido (Anexo 1 - Conciliação entre o BRGAAP e IFRS). Em 30 de novembro de 2017, a Santander Serviços foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros e em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato para venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, conseqüentemente os ativos e passivos da BW Guirapá I S.A. e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado a partir de 01 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Notas 10).

(6) Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Si Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Em 22 de janeiro de 2019, o Bacen aprovou a alteração de denominação social da companhia.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

(7) Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. aprovaram sua transformação em uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018.

(8) Na Em AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos setecentas e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações, calculado com base ao no valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

(9) BEN Benefícios e Serviços S.A. foi constituída em 11 de junho de 2018.

(10) Através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil. Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.

(11) Investimento adquirido em 16 de outubro de 2017.

(12) Em AGE de 12 de julho de 2018, a sociedade Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. teve seu nome alterado para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A..

(13) Em AGE de 12 de julho de 2018, a sociedade Gestora de Investimentos Ipanema S.A. teve seu nome alterado para Return Gestão de Recursos S.A..

(14) Em maio de 2017, foi aprovado pelo BACEN o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.

(15) A totalidade dos acionistas cancelaram a AGE de 19 de dezembro de 2017, que aprovou o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000. Em AGE de 9 de fevereiro de 2018, os acionistas representando a totalidade do capital social do Olé Consignado aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$120.000, passando de R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas, na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 15 de março de 2018.

(16) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(17) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(18) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Trata-se de estrutura em que o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(19) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e possui a maioria de suas cotas detidas indiretamente pela Atual.

(20) Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 10) em junho de 2018.

(21) Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. no valor de R\$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R\$91.048 para R\$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(22) Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade S.A. com a totalidade da participação detida pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

(23) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018.

Diversos movimentos sociais foram implementados para reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander, esses movimentos não afetaram o relato do segmento uma vez que as empresas estão relacionadas ao segmento de Banca Comercial e não levou a uma criação de um novo segmento.

a) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431 (um bilhão e quatrocentos e trinta e um milhões de reais). Esta aquisição foi autorizada pelo BACEN em 18 de fevereiro e, concluída, em 25 de fevereiro de 2019, passando o Banco Santander deter 100% das ações da Getnet S.A.

b) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R\$10.000, passando o capital social para o valor de R\$ 10.001 (dez milhões e um mil), dividido em 10.001.000 (dez milhões e um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

c) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R\$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R\$45.000, passando o capital social para o valor de R\$ 45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. O Banco estima que o início das operações da Companhia deve ocorrer no primeiro trimestre de 2019.

e) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R\$61.078 e R\$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

f) Venda de Participação na BW Guirapá I S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R\$414.000, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35.000 se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, consequentemente, os ativos e passivos da BW Guirapá I e controladas deixaram de ser consolidados no Balanço do Conglomerado a partir de 1 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída (Notas 15 e 33).

g) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R\$15.000. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional.

h) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

i) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O Banco Hyundai será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A., bem como o aumento de capital social de R\$99.995, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai e sua atuação como instituição financeira está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento pelo Bacen. A Aymoré CFI detém o controle operacional desta sociedade.

Em 21 de fevereiro de 2019, o Banco Central do Brasil outorgou autorização ao Banco Hyundai Capital Brasil S.A. para operar como uma instituição bancária. A expectativa é que o Banco Hyundai esteja apto a operar no primeiro semestre de 2019 (Nota 11).

j) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. O Banco Santander estima ter a Companhia totalmente operacional até o final do primeiro trimestre de 2019.

k) Acordo de investimento entre o Banco Santander e Olé Consignado

O Olé Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Olé Consignado, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Olé Consignado de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, na data da aquisição, foi reconhecido um passivo financeiro, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$519 milhões (2017 - R\$484 e 2016 - R\$307 milhões) pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Líquido, no montante de R\$67 milhões, Participações não-controladoras, no montante de R\$346 milhões. No exercício de 2018, foi reconhecido um ativo fiscal diferido de R\$85 milhões e uma despesa nas demonstrações consolidadas do resultado, no valor de R\$21 milhões.

Na AGE de 3 de março de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.

O prazo de exercício das Opções está definido entre dois períodos, sendo o primeiro período de 10 de fevereiro de 2019 a 10 de fevereiro de 2021 ou, caso o exercício não ocorra no primeiro período, o segundo período será de 10 de fevereiro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	19.463.587	20.642.321	14.683.735
Sendo:			
Caixa	4.235.096	4.661.348	3.316.800
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	15.228.491	15.980.973	11.366.935
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (2) (3)	12.252.758	13.482.432	11.600.834
Total	31.716.345	34.124.753	26.284.569

(1) Compreende operações compromissadas com compromisso de revenda, de longo prazo e não consideradas como equivalente de caixa.

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Bacen com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

(3) Em 2018, os saldos relacionados aos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo foram reclassificados para a rubrica Empréstimos e outros valores com instituições de crédito para melhor apresentação e, conseqüentemente, os saldos respectivos comparativos também foram reclassificados.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Empréstimos e recebíveis	-	65.209.902	65.711.001
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	79.607.001	-	-
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	79.620.562	65.278.917	27.963.914
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) (nota 9.c)	(13.561)	(69.015)	(201.441)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	79.607.001	65.209.902	65.711.001
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	79.620.562	65.278.917	65.912.442

Tipo:

Aplicações em depósito a prazo (2) (4)	64.547.525	53.128.272	53.213.602
Operações compromissadas (1)(2)	3.728.963	270.735	848.096
Depósitos judiciais	10.182.936	10.136.079	9.836.300
Outras contas (3)	1.161.138	1.743.831	2.014.444
Total	79.620.562	65.278.917	65.912.442

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

(2) Inclui R\$12.793 de transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor, consideradas equivalentes de caixa.

(3) Com a adoção do IFRS 9 os produtos Loan e Pré-Pagamento de Exportação foram reclassificados para rubrica Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado no montante de R\$611.088.

(4) Em 2018, os saldos relacionados aos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo foram reclassificados da rubrica Disponibilidades e Reservas no Banco Central para melhor apresentação e, conseqüentemente, os saldos respectivos comparativos também foram reclassificados.

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Moeda:			
Real	79.166.257	49.914.691	63.369.993
Dólar norte-americano	422.247	15.044.088	1.658.980
Euro	32.058	307.633	779.314
Libra esterlina	-	3.585	51.972
Outras moedas	-	8.920	52.183
Total	79.620.562	65.278.917	65.912.442

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Equivalente de Caixa:			
Transações de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor	5.821.573	2.028.581	3.445.846

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Ativos Financeiros para Negociação (1)	-	34.879.681	59.994.946
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.171.746	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	50.066.469	-	-
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.658.689	1.668.749
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	84.716.747	55.829.572
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (1)	85.395.691	-	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	10.214.454	10.048.761
Empréstimos e recebíveis	-	17.616.515	16.283.259
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	36.799.509	-	-
Sendo:			
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado (Empréstimos e recebíveis)	39.513.460	20.400.082	17.838.162
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(2.713.951)	(2.783.567)	(1.554.903)
Total	175.433.415	149.086.086	143.825.287

Tipo:

Títulos do governo - Brasil (2)	116.531.146	122.362.389	122.971.854
Debêntures e Notas promissórias	10.555.952	12.097.230	12.922.763
Outros títulos de dívida	48.346.317	14.626.467	7.930.670
Total	175.433.415	149.086.086	143.825.287

(1) Em 31 de Dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM). Os títulos foram transferidos da categoria Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação para Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, nos valores de R\$739.430, R\$14.099 e R\$375.488, respectivamente. Tais transferências não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do seu modelo de negócio, em conexão com o histórico recente de negociação destes ativos.

(2) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Moeda:			
Real	166.743.410	137.420.134	134.037.665
Dólar norte-americano	8.690.005	11.665.952	9.107.513
Euro	-	-	680.109
Total	175.433.415	149.086.086	143.825.287

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Instrumentos de dívida vinculadas a:			
Operações Compromissadas	90.909.891	77.781.728	71.810.310
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.449.207	2.305.158	3.044.896
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	17.985.160	6.273.561	6.221.046
Vinculadas a depósitos judiciais e outras garantias	2.078.042	4.743.298	5.358.604
Total	112.422.300	91.103.745	86.434.856

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Ativos financeiros para negociação	-	489.770	398.461
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	766.333	-	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	298.297	-	-
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	33.368	42.455
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.106.637	1.985.473
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	40.986	-	-
Total	1.105.616	1.629.775	2.426.389
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	783.475	389.113	1.185.653
Ações de empresas estrangeiras	1.933	5.347	3.588
Fundos de investimentos (1)	320.208	1.235.315	1.237.148
Total	1.105.616	1.629.775	2.426.389

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	489.770	398.461	404.973
Adições/Baixas (Líquidas)	277.462	90.696	(7.125)
Ajustes decorrentes de avaliação	(899)	613	613
Saldo no final do exercício	766.333	489.770	398.461

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	33.368	42.455	573.664
Adições/Baixas (Líquidas)	143.291	(1.586)	(531.209)
Ajustes decorrentes de avaliação	121.638	(7.501)	-
Saldo no final do exercício	298.297	33.368	42.455

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.106.637	1.985.473	1.162.332
Adições/Baixas (Líquidas)	(1.034.219)	(830.395)	852.820
Ajustes decorrentes de avaliação	(31.432)	(48.441)	(29.679)
Saldo no final do exercício	40.986	1.106.637	1.985.473

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

 Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

 O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como *Hedge*

	2018	2017	2016
Ativo			
Swap - Diferencial a Receber (1)	14.640.289	15.781.207	15.321.646
Prêmios de Opções a Exercer	716.936	553.217	935.520
Contratos a Termo e Outros	3.006.221	928.464	8.445.807
Total	18.363.446	17.262.888	24.702.973
Passivo			
Swap - Diferencial a Pagar (1)	15.952.283	14.643.016	12.267.819
Prêmios de Opções Lançadas	563.787	385.183	1.166.002
Contratos a Termo e Outros	1.950.765	1.649.287	6.802.794
Total	18.466.835	16.677.486	20.236.615

(1) Em 2016, inclui *swaption* (*swap* + opção) e derivativos embutidos.

Resumo por Categoria

Negociação	2018		2017		2016	
	Valor Referencial (1)	Valor justo	Valor Referencial (1)	Valor justo	Valor Referencial (1)	Valor justo
Swap		(1.431.110)		1.108.760		3.142.125
Ativo	177.233.869	44.487.274	202.081.214	57.294.179	196.887.188	24.311.485
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	36.135.015	24.267.591	33.289.522	22.409.496	44.868.680	22.759.822
Taxa de Juros Pré - Reais	47.968.999	-	95.700.715	-	126.300.261	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.581.215	-	5.592.892	-	9.225.789	-
Moeda Estrangeira	90.495.240	20.219.683	67.493.635	34.884.683	16.492.458	1.551.663
Outros	53.400	-	4.450	-	-	-
Passivo	176.385.349	(45.918.384)	199.709.355	(56.185.419)	184.350.947	(21.169.360)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	11.801.600	-	16.664.176	-	23.178.722	-
Taxa de Juros Pré - Reais	88.317.044	(23.075.374)	114.055.076	(21.687.884)	133.185.717	(17.414.147)
Indexados em Índices de Preços e Juros	24.308.601	(21.775.017)	40.146.968	(34.107.210)	12.767.212	(3.518.297)
Moeda Estrangeira	50.748.008	-	28.420.467	-	15.049.776	(38.836)
Outros	1.210.096	(1.067.993)	422.668	(390.325)	169.520	(198.080)
Opções	335.073.080	153.149	190.061.609	168.034	175.841.405	(230.482)
Compromissos de Compra	149.076.796	716.936	87.503.833	553.217	83.883.966	935.520
Opções de Compra Moeda Estrangeira	14.518.058	239.079	9.369.821	169.542	12.693.748	181.463
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.893.620	90.736	5.130.392	42.389	3.788.161	392.048
Opções de Compra Outras	3.118.344	131.297	1.953.481	59.220	20.115.932	62.517
Mercado Interfinanceiro	639.488	4.537	1.185.310	389	17.391.500	7.062

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Outras ⁽²⁾	2.478.856	126.760	768.171	58.831	2.724.432	55.455
Opções de Venda Outras	122.546.774	255.824	71.050.139	282.066	47.286.125	299.492
Mercado Interfinanceiro	121.782.816	217.726	70.295.282	257.943	46.106.600	18.029
Outras ⁽²⁾	763.958	38.098	754.857	24.123	1.179.525	281.463
Compromissos de Venda	185.996.284	(563.787)	102.557.776	(385.183)	91.957.439	(1.166.002)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.615.856	(101.034)	5.595.163	(117.059)	4.314.988	(141.172)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	12.160.912	(169.431)	5.919.598	(77.145)	7.390.733	(952.407)
Opções de Compra Outras	31.679.919	(66.002)	19.880.180	(35.961)	30.441.646	(46.940)
Mercado Interfinanceiro	29.609.298	(13.195)	19.151.110	(515)	27.597.764	(4.087)
Outras ⁽²⁾	2.070.621	(52.807)	729.070	(35.446)	2.843.882	(42.853)
Opções de Venda Outras	134.539.597	(227.320)	71.162.835	(155.018)	49.810.072	(25.483)
Mercado Interfinanceiro	133.703.672	(179.841)	70.494.622	(126.743)	49.245.495	(5.793)
Outras ⁽²⁾	835.925	(47.479)	668.213	(28.275)	564.577	(19.690)
Contratos de Futuros	289.508.200	-	161.725.596	-	104.651.180	-
Posição Comprada	86.203.734	-	54.806.022	-	40.396.456	-
Cupom Cambial (DDI)	20.590.068	-	9.616.936	-	14.473.180	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	32.690.685	-	26.456.303	-	23.756.523	-
Moeda Estrangeira	32.456.813	-	16.733.437	-	1.393.538	-
Índice ⁽³⁾	466.168	-	1.780.311	-	195.160	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	219.035	-	578.055	-
Posição Vendida	203.304.466	-	106.919.574	-	64.254.724	-
Cupom Cambial (DDI)	146.948.795	-	55.016.928	-	15.048.490	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	54.160.203	-	51.135.994	-	29.047.678	-
Moeda Estrangeira	1.992.574	-	745.849	-	17.384.256	-
Índice ⁽³⁾	202.894	-	20.803	-	185.506	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	2.588.794	-
Contratos a Termo e Outros	90.910.841	1.055.456	47.823.561	(720.823)	50.853.154	1.643.013
Compromissos de Compra	38.666.269	1.303.561	23.506.096	647.376	20.864.170	3.386.347
Moedas	38.095.625	1.250.706	21.525.220	618.007	19.951.984	3.391.275
Outros	570.644	52.855	1.980.876	29.369	912.186	(4.928)
Compromissos de Venda	52.244.572	(248.105)	24.317.465	(1.368.199)	29.988.984	(1.743.334)
Moedas	51.958.529	(252.160)	22.096.104	(1.364.617)	29.911.406	(1.826.965)
Outros	286.043	4.055	2.221.361	(3.582)	77.578	83.631

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US *Treasury*, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2018			
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
Swap	34.296.821	32.669.900	110.267.148	177.233.869
Opções	14.636.017	1.086.323	319.350.740	335.073.080
Contratos de Futuros	-	-	289.508.200	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	39.024.978	48.641.894	3.243.969	90.910.841

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2017				2016 Total
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	
Swap	32.912.721	19.599.395	149.569.098	202.081.214	196.887.188
Opções	11.263.513	1.240.309	177.557.787	190.061.609	175.841.405
Contratos de Futuros	-	-	161.725.596	161.725.596	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	25.470.287	18.816.991	3.536.283	47.823.561	50.853.154

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	12.347.864	70.975.477	93.910.528	177.233.869
Opções	63.376.042	220.982.952	50.714.086	335.073.080
Contratos de Futuros	159.221.909	67.578.078	62.708.213	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	40.186.310	31.255.384	19.469.147	90.910.841

Valor Referencial	2017				2016 Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	
Swap	20.705.247	51.021.102	130.354.865	202.081.214	196.887.188
Opções	46.139.545	89.403.700	54.518.364	190.061.609	175.841.405
Contratos de Futuros	65.489.476	55.490.159	40.745.961	161.725.596	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	25.015.557	14.250.495	8.557.509	47.823.561	50.853.154

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2018		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	39.880.578	137.353.291	177.233.869
Opções	307.644.530	27.428.550	335.073.080
Contratos de Futuros	289.508.200	-	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	323.413	90.587.428	90.910.841

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

Valor Referencial	2017				2016 Total
	Bolsas (1)	Balcão	Total	Total	
Swap	67.112.505	134.968.709	202.081.214	196.887.188	
Opções	172.144.700	17.916.909	190.061.609	175.841.405	
Contratos de Futuros	161.725.596	-	161.725.596	104.651.180	
Contratos a Termo e Outros	395.212	47.428.349	47.823.561	50.853.154	

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	1.959.128	416.541
Total	1.959.128	416.541

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.288.

O efeito no PLE – Patrimônio Líquido Exigido do risco recebido foi de R\$84.487.

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto		
Por Instrumento		
CDS	1.959.128	1.959.128
Total	1.959.128	1.959.128
Por Classificação de Risco		
Abaixo do Grau de Investimento	1.959.128	1.959.128
Total	1.959.128	1.959.128
Por Entidade de Referência		
Governo Brasileiro	1.959.128	1.959.128
Total	1.959.128	1.959.128

a.6) Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira. As operações de *hedge* foram designados em janeiro 2016 e os vencimentos ocorrerão entre março de 2019 e 2024.
- O Banco possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em Dólar à taxa fixa no Balanço da Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa cada *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como *hedge* de valor justo do empréstimo correspondente. As operações de *hedge* foram designadas em 2013 e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre junho de 2019 e 2022
- O Banco possui uma carteira de Ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Cayman. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em dólar, será corrigido pelo % CDI ou Pré-Fixado. Os Ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom. As operações de *hedge* foram designadas em fevereiro de 2017 e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre fevereiro de 2022 e 2024.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto nesta relação títulos públicos pré-fixados (NTN-F e LTN). As operações de *hedge* foram designadas em março de 2017 e tem como vencimento 2027.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*. As operações de *hedge* foram designados em Junho de 2018 e tem vencimento em 2028.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do *market to market* (mtm) do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Estrutura de Hedge	2018		2017		2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge						
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(1.381.156)	-	(388.446)	-	-	-
Eurobonds	-	-	-	-	13.163	-
Títulos Públicos LEA	(191.472)	-	(1.200)	-	-	-
Resolução 2770	689	-	304	-	-	-
Trade Finance Off	(58.020)	-	(57.386)	-	20.471	-
Total	(1.629.959)	-	(446.728)	-	33.634	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	Ajuste a Mercado	2018 Valor Justo	Ajuste a Mercado	2017 Valor Justo	Ajuste a Mercado	2016 Valor Justo
Instrumentos de Hedge						
Contratos de Swap	(118.807)	(98.020)	(95.672)	(130.683)	(26.703)	(136.467)
Ativo	56.633	4.398.851	12.954	3.005.666	11.486	1.046.012
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI - ⁽⁵⁾ ⁽⁸⁾	(1.057)	1.722.515	(357)	1.818.366	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	-	-	320	8.742	1.103	17.678
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾ ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	24.411	2.161.661	(23.585)	691.872	(8.957)	744.260
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾ ⁽⁷⁾	33.279	514.675	36.576	486.686	19.340	284.074
Passivo	(175.440)	(4.496.871)	(108.626)	(3.136.349)	(38.189)	(1.182.479)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(16.325)	(301.011)	(20.109)	(261.915)	(14.958)	(323.197)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	(10.030)	(201.819)	(16.303)	(225.857)	(1.103)	(17.676)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾ ⁽²⁾	(63.971)	(1.739.553)	(21.380)	(474.398)	(18.395)	(804.059)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾ ⁽⁸⁾	(43.801)	(1.701.759)	22	(1.640.708)	(3.733)	(37.547)
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	(5.197)	(195.671)	(13.863)	(219.392)	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Euro ⁽⁴⁾	(36.116)	(357.058)	(36.993)	(314.079)	-	-
Objeto de Hedge						
Ativo	84.343	4.334.737	77.623	3.126.828	23.165	693.132
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Empréstimos e Recebíveis)	89.935	1.840.614	79.496	1.382.326	15.287	546.740
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	1.315	299.403	4.319	288.420	4.809	323.780
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	10.019	200.490	16.416	224.943	-	-
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	40.150	766.399	16.401	352.071	10.478	222.960
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	1.533	33.063	3.900	21.077	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	64	190.558	(2.898)	173.990	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Euro ⁽⁴⁾	36.854	350.701	41.358	321.825	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Instrumentos de Dívida)	(5.592)	2.494.123	(1.873)	1.744.502	7.878	146.392
Nota Promissórias - NP	31.518	852.029	445	125.973	7.878	146.392
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾ ⁽²⁾	28.046	811.906	354	119.892	2.775	108.845
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	3.472	40.123	91	6.082	5.103	37.547
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (8)	(37.110)	1.642.094	(2.318)	1.618.529	-	-
Passivo	-	-	-	-	12.830	(803.929)
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado (Obrigações por Empréstimos no Exterior)	-	-	-	-	12.830	(803.929)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽²⁾	-	-	-	-	12.830	(803.929)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2018	2017
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de Hedge		
Contratos de Futuros	34.513.380	22.206.615
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	33.861.121	22.206.615
Indexado a Índice de Preços - IPCA (DAP)	652.259	-

	2018		2017	
	Ajuste a Mercado	Valor Justo	Ajuste a Mercado	Valor Justo
Objeto de Hedge				
Ativo	905.705	35.769.463	364.434	24.779.831
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Instrumentos de Dívida)				
Títulos Públicos	874.393	35.161.448	364.434	24.779.831
Letras do Tesouro Nacional - LTN	357.330	24.650.965	219.611	13.893.932
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	517.063	10.510.482	144.823	10.885.899
Títulos Privados	31.312	608.015	-	-
Debentures	31.312	608.015	-	-

(1) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$811.906 (31/12/2017 - R\$109.538 e 31/12/2016 - R\$108.845).

(2) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R\$766.399 (31/12/2017 - R\$352.071 e 31/12/2016 - R\$222.960), e das notas promissórias em 31 de dezembro de 2017 de R\$10.354, e em 31 de dezembro de 2016, instrumentos ativos cujos objetos de *hedge* são obrigações por empréstimos no exterior em moeda estrangeira - dólar no valor de mercado de R\$803.929.

(3) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré - Reais com valor de mercado de R\$40.123 (31/12/2017 - R\$6.082 e 31/12/2016 - R\$37.547) e operações de crédito no valor de R\$33.063 (31/12/2017 - R\$21.077).

(4) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R\$350.701 (31/12/2017 - R\$321.825).

(5) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R\$200.490 (31/12/2017 - R\$224.943).

(6) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$299.403 (31/12/2017 - R\$288.420 e 31/12/2016 - R\$323.780).

(7) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - peso colombiano com valor de mercado de R\$190.558 (31/12/2017 - R\$173.990).

(8) São instrumentos passivos cujos objetos de *hedge* são títulos públicos pré-fixados representados por Notas do Tesouro Nacional - NTN-F com valor de mercado de R\$1.642.094 (31/12/2017 - R\$1.618.529).

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco Santander consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco Santander aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Contrata *swaps* Ativos Dólar *Fixed* e passivos em Reais/Euro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos indexados em Reais/Euro fluante e negociados com terceiros em Cayman. As operações de *hedge* foram designadas em maio 2018 e os vencimentos ocorrerão entre fevereiro de 2019 e 2020.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto parte de sua carteira de crédito em dólares. As operações de *hedge* foram designadas em 2007 e os vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2019 e 2028.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada gerada por Títulos Públicos (LFT) na carteira de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *Hedge Accounting*. As operações de *hedge* foram designadas em junho de 2017 e tem como vencimento 2023.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de *hedge* (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de *hedge* permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de *hedge* e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como *hedge*, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do *hedge*. A *proxy* do instrumento de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como *hedge*, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

a) Teste Prospectivo: segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é reconhecida por meio do teste prospectivo do *hedge*.

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" (Nota 26) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

Estrutura de Hedge	2018		2017		2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Cash Flow Hedge						
Eurobonds	(8.925)	-	(25.576)	-	(20.535)	-
Trade Finance Off	(16.453)	(3.981)	(94.896)	9.267	-	-
Títulos Públicos (LFT)	331.922	-	129.995	-	-	-
CDB	1.225	-	129.995	-	-	-
Empréstimos e Recebíveis	-	-	-	-	174.956	-
Total	307.769	(3.981)	139.518	9.267	154.421	-

Instrumentos de Hedge	2018		2017		2016	
	Ajuste a Mercado	Valor Justo	Ajuste a Mercado	Valor Justo	Ajuste a Mercado	Valor Justo
Contratos de Swap	12.757	218.424	(25.142)	160.114	(27.261)	48.169
Ativo	(11.470)	2.421.200	97.846	2.361.070	137.664	1.952.189
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	(123.696)	1.131.928	(42.149)	992.879	84.812	1.477.821
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽³⁾	111.124	1.122.779	134.435	1.223.004	52.852	474.368
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	1.102	166.493	5.560	145.187	-	-
Passivo	24.227	(2.202.776)	(122.988)	(2.200.956)	(164.925)	(1.904.020)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(504)	(160.754)	(5.735)	(147.925)	(995)	(341.938)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	-	-	-	-	(1.288)	(199.954)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	92.505	(972.290)	13.639	(895.399)	(102.998)	(805.326)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽³⁾	(67.774)	(1.069.732)	(130.892)	(1.157.632)	(59.367)	(548.684)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽³⁾	-	-	-	-	(277)	(8.118)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2018	2017	2016
	Valor de	Valor de	Valor de
	Referência	Referência	Referência
Instrumentos de Hedge			
Contratos de Futuros	44.541.938	60.299.595	80.149.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Empréstimos e Recebíveis) Operações de Trade Finance) (4)	44.000.952	54.995.334	80.149.530
Moeda Estrangeira - Dólar	9.408.707	3.362.582	450.571
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	21.981.748	32.344.276	46.314.644
Taxa de Juros DDI1	12.610.496	19.288.476	33.384.315
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes (Instrumentos de Dívida)	540.987	5.304.261	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	540.987	5.304.261	-

	2018	2017	2016
Objeto de Hedge - Valor da Curva			
Ativo	19.678.934	25.697.292	27.858.923
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Empréstimos e Recebíveis) - Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação (3) (4)	10.113.706	8.295.191	10.816.780
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Empréstimos e Recebíveis) Operações de Empréstimos (2) (3) (4)	6.704.113	9.972.640	13.870.897
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Outros Créditos (4)	-	354.315	529.997
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Instrumentos de Dívida) - Títulos da Dívida Externa Brasileira (1)	894.331	809.660	701.300
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes (Instrumentos de Dívida) - Notas Promissórias - NP (2) (4)	1.653.969	1.194.266	1.939.949
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes (Instrumentos de Dívida) Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (5)	312.815	5.071.220	-
Passivo	-	-	(1.332.972)
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado (Obrigações por Empréstimos no Exterior) (4)	-	-	(1.332.972)

(1) Operação com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2017 e 31/12/2016 – operação com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira.

(2) Operações com vencimentos entre abril de 2019 a fevereiro de 2020 (31/12/2017 – operações com vencimentos entre janeiro a abril de 2018), cujos objetos de *hedge* em 2018 são operações de empréstimos e em 2017 são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.

(3) Operações com vencimentos entre janeiro de 2019 a outubro de 2022 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre janeiro de 2018 a setembro de 2022 e 31/12/2016 - operações com vencimentos entre março de 2017 a junho de 2021), cujos objetos de *hedge* são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(4) Operações com vencimentos entre fevereiro de 2019 a dezembro de 2028 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre fevereiro de 2018 a novembro de 2026 e 31/12/2016 - operações com vencimentos entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018) e valor atualizado dos instrumentos de R\$16.738.641 (31/12/2017 - R\$16.811.747 e 31/12/2016 - R\$29.164.917) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o *hedge* com as operações de *trade finance*, cujo objeto de *hedge* são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos, títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias e obrigações por empréstimos no exterior.

(5) Operações com vencimentos entre setembro de 2020 a março de 2023 (31/12/2017 - operações com vencimentos entre março de 2021 e março de 2023) cujo objeto de *hedge* são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

No primeiro trimestre de 2018, foi contratada estrutura de *hedge* de contratos de futuros que foi descontinuada em junho de 2018. Os objetos de *hedge* eram certificados de depósitos a prazo – CDB. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquido dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido, corresponde a um crédito no valor de R\$701, que restam a ser amortizados nos próximos 3 meses, a partir de janeiro de 2019.

A estrutura de Futuros de *Cash Flow Hedge*, formada por futuros (DI1F21 e DI1F23) com vencimento em janeiro de 2021 e janeiro de 2023, foram parcialmente descontinuadas ao longo do mês de novembro de 2018. Os objetos de *hedge* eram títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - Letras Financeiras do Tesouro – LFT. O efeito da marcação a mercado destes contratos, líquidos dos efeitos tributários, e que estão destacados no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R\$122.364, dos quais R\$36.846 serão realizados contra receita/despesas nos próximos doze meses, a partir de janeiro de 2019.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* e futuros ativos, corresponde a um crédito no valor de R\$76.534 (31/12/2017 - R\$116.441 e 31/12/2016 - R\$69.489) está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$2.450 (31/12/2017 - R\$9.342) a débito serão realizados contra despesas nos próximos doze meses, a partir de janeiro de 2019.

Hedge dos Investimentos no Exterior

O Banco Santander reavaliou a estrutura de seu investimento na subsidiária integral sediada em Madri, pois observou que devido a alteração na estratégia da operação, essa subsidiária possui um modelo de negócios no qual o Banco possui significativa influência na condução e na tomada de decisões de suas atividades. De acordo com o conceito abordado no IAS 21, a Administração concluiu que a moeda funcional deste investimento passou a ser o Real e, portanto, esta alteração torna-se vigente de forma prospectiva a partir de janeiro de 2017. Adicionalmente, a estrutura de *Hedge Accounting* de Investimento no exterior que o Banco Santander possuía sobre este investimento foi descontinuada a partir da data de alteração da moeda funcional. Sendo a moeda funcional da Santander EFC o Real, assim como na agência de Cayman, e as diferenças cambiais das operações que são realizadas em moeda estrangeira são registradas no resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais,

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

o Banco utiliza derivativos e para os investimentos no exterior o Banco não utiliza *Hedge Accounting*. As variações cambiais das operações em moeda estrangeira e o efeito dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos futuros) são registrados em resultado.

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2018	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.552.926	708.960	1.556.804
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.392.886	4.371.286	4.636.644
Notas do Tesouro Nacional - NTN	873.134	1.193.315	27.598
Total	11.818.946	6.273.561	6.221.046

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de posições vendidas totalizou R\$32.695.677 (2017 - R\$32.808.392 e 2016 - R\$31.694.269) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	619.180	-	-
Empréstimos e Recebíveis	-	272.420.157	252.002.774
Ativos Financeiros mensurados ao custo Amortizado	301.072.207	-	-
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	321.314.010	287.829.213	268.437.556
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")	(20.241.803)	(15.409.056)	(16.434.782)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	301.691.387	272.420.157	252.002.774
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	321.933.190	287.829.213	268.437.556

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	308.364.517	272.561.017	257.256.452
Operações de arrendamento mercantil	1.836.504	1.888.444	2.092.882
Operações compromissadas	509.147	403.415	308.483
Outros recebíveis ⁽²⁾	11.223.022	12.976.337	8.779.739
Total	321.933.190	287.829.213	268.437.556

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	146.293.616	140.619.110	140.992.900
Crédito imobiliário - construção	36.515.352	34.808.681	36.650.011
Empréstimos a pessoas físicas	137.287.593	110.512.978	88.701.763
Leasing	1.836.629	1.888.444	2.092.882
Total	321.933.190	287.829.213	268.437.556

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	240.772.724	202.592.491	178.231.509
Juros pós-fixados	81.160.466	85.236.722	90.206.047
Total	321.933.190	287.829.213	268.437.556

2018								
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	109.802.828	58,92%	32.538.999	32,77%	3.951.789	10,90%	146.293.616	45,44%
Crédito imobiliário	4.298.925	2,31%	7.964.308	8,02%	24.252.119	66,90%	36.515.352	11,34%
Empréstimos a pessoas físicas	71.433.099	38,33%	57.808.600	58,21%	8.045.894	22,20%	137.287.593	42,64%
Leasing	838.659	0,45%	997.644	1,00%	326	0,00%	1.836.629	0,57%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	186.373.511	100,00%	99.309.551	100,00%	36.250.128	100,00%	321.933.190	100,00%

2017								
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	103.377.571	61,65%	31.262.492	37,89%	5.979.047	19,25%	37.241.539	48,85%
Crédito imobiliário	7.791.753	5,35%	10.970.004	13,29%	16.046.924	51,65%	34.808.681	12,09%
Empréstimos a pessoas físicas	62.078.225	32,29%	39.393.699	47,74%	9.041.054	29,10%	110.512.978	38,40%
Leasing	1.000.418	0,71%	886.833	1,07%	1.193	0,00%	1.888.444	0,66%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	174.247.967	100,00%	82.513.028	99,99%	31.068.218	100,00%	184.451.642	100,00%

2016								
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	99.657.024	61,65%	35.789.118	37,89%	5.546.758	19,25%	41.335.876	48,85%
Crédito imobiliário	8.648.702	5,35%	11.761.420	13,29%	16.239.889	51,65%	36.650.011	12,09%
Empréstimos a pessoas físicas	52.205.927	32,29%	30.867.880	47,74%	5.627.956	29,10%	88.701.763	38,40%
Leasing	1.152.579	0,71%	937.951	1,07%	2.352	0,00%	2.092.882	0,66%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	161.664.232	100,00%	79.356.369	99,99%	27.416.955	100,00%	168.780.532	100,00%

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	186.373.511	174.247.968	161.664.232
Entre 1 a 5 anos	99.309.551	82.513.030	79.356.369
Mais de 5 anos	36.250.128	31.068.215	27.416.955
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.933.190	287.829.213	268.437.556

Por classificação interna de risco

Baixo	240.440.294	226.098.497	207.889.639
Médio-baixo	50.485.682	33.635.378	32.104.168
Médio	11.967.262	10.423.293	10.940.879
Médio-alto	7.722.198	8.215.024	6.976.969
Alto	11.317.754	9.457.021	10.525.901
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.933.190	287.829.213	268.437.556

c) Perdas por não-recuperação

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis. Os valores comparativos referentes a 01/01/2018 representam a conta de provisão para perdas de crédito em 31/12/2017 após os ajustes de adoção inicial do IFRS 9 (nota 1)

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais	2018			Total
	Estágio 1 Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Estágio 2 Perdas de crédito esperadas durante vida útil durante a não sujeitas a redução ao valor recuperável	Estágio 3 Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	3.833.553	3.767.490	13.122.019	20.723.062
Perdas por não-recuperação contra o resultado	83.725	389.100	13.067.280	13.540.105
Transferências entre estágios	(1.096.539)	(273.048)	4.502.795	3.133.208
Movimentação do período	1.180.264	662.148	8.564.485	10.406.897
Sendo:				
Comercial e industrial	(311.546)	(161.669)	4.093.507	3.620.292
Crédito imobiliário - construção	(10.173)	(28.581)	231.655	192.901
Empréstimos a pessoas físicas	406.011	581.068	8.721.164	9.708.243
Leasing	(567)	(1.718)	20.954	18.669
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	(377.471)	(10.916.381)	(11.293.852)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	(132.770)	(3.848.644)	(3.981.414)
Crédito imobiliário - construção	-	(877)	(189.783)	(190.660)
Empréstimos a pessoas físicas	-	(243.824)	(6.855.729)	(7.099.553)
Leasing	-	-	(22.225)	(22.225)
Saldo no final do exercício	3.917.278	3.779.119	15.272.918	22.969.315
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.831.812	3.727.264	12.682.727	20.241.803
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	-	13.561	-	13.561
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	85.465	38.296	2.590.190	2.713.951
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	826.573	826.573
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	345.085	345.085
Crédito imobiliário - construção	-	-	103.433	103.433
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	369.557	369.557
Leasing	-	-	8.498	8.498

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2017	2016
Saldo no início do exercício	18.191.126	15.411.759
Perdas por não-recuperação contra o resultado	13.492.072	14.383.935
Sendo:		
Comercial e industrial	5.499.018	6.523.051
Crédito imobiliário - construção	471.366	369.431
Empréstimos a pessoas físicas	7.460.458	7.616.819
Leasing	61.230	(125.366)
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(13.421.560)	(11.604.568)
Sendo:		
Comercial e industrial	(5.715.903)	(4.553.166)
Crédito imobiliário - construção	(341.804)	(189.625)
Empréstimos a pessoas físicas	(7.312.310)	(6.810.997)
Leasing	(51.543)	(50.780)
Saldo no final do exercício	18.261.638	18.191.126
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.409.056	16.434.782
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	69.015	201.441
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	2.783.567	1.554.903
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.153.931	994.101
Sendo:		
Comercial e industrial	412.514	562.393
Crédito imobiliário - construção	209.940	102.826
Empréstimos a pessoas físicas	521.589	314.422
Leasing	9.888	14.460

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2018, R\$12.713.532 (2017 - R\$12.338.141 e 2016 - R\$13.389.834).

Os saldos da provisão para perdas por não recuperação por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Comercial e industrial	10.791.702	10.338.225	10.555.109
Crédito imobiliário - Construção	358.119	493.422	363.859
Empréstimos a pessoas físicas	11.768.124	7.373.969	7.225.822
Leasing	51.370	56.022	46.336
Total	22.969.315	18.261.638	18.191.126

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na nota 1.i) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	19.847.987	18.887.132	18.599.379
Adições líquidas	13.871.666	13.679.423	11.892.321
Ativos baixados	(11.293.852)	(13.421.560)	(11.604.568)
Saldo no final do exercício	22.425.801	19.144.995	18.887.132

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	12.000.867	10.844.831	10.550.548
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	3.473.591	4.123.796	2.983.575
6 a 12 meses	4.929.099	3.791.805	4.921.527
12 a 18 meses	1.144.035	271.965	339.596
18 a 24 meses	325.701	20.825	53.578
Mais de 24 meses	552.508	91.773	38.308
Total	22.425.801	19.144.995	18.887.132

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	11.832.302	11.993.953	11.628.655
Crédito imobiliário - Construção	1.035.352	781.886	718.514
Empréstimos a pessoas físicas	9.499.148	6.304.134	6.487.717
Leasing	58.999	65.022	52.246
Total	22.425.801	19.144.995	18.887.132

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	2018	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias	2017	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias	2016	% do total de empréstimos devidos há menos de 90 dias
Comercial, financeiro e industrial	4.424.143	19,77%	3.559.349	19,90%	4.141.349	23,79%
Crédito imobiliário - Construção	4.527.432	20,23%	4.879.563	27,29%	5.201.709	29,88%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	13.255.646	59,24%	9.266.366	51,82%	7.957.294	45,71%
Leasing financeiro	167.741	0,75%	176.528	0,99%	108.607	0,62%
Total⁽¹⁾	22.374.962	100,00%	17.881.806	100,00%	17.408.959	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento**Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil**

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Vencidas	4.817	11.412	16.051
A Vencer:			
Até 1 ano	975.183	1.057.023	1.207.473
De 1 a 5 anos	1.160.986	1.101.104	1.190.844
Acima de 5 anos	1.071	2.177	4.079
Total	2.142.057	2.171.716	2.418.447

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações cedidas é de R\$122.271 (2017 - R\$431.397 e 2016 - R\$783.967) e R\$126.906 (2017 - R\$428.248 e 2016 - R\$774.673) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos" (Nota 21).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de intervenção.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	1.507.548	1.418.308	1.310.033
Execuções de empréstimos - retomada de bens	785.139	524.497	834.903
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda	-	-	10.462
Mudança no escopo de consolidação (1) (3)	(130.713)	-	(497.847)
Alienações	(563.607)	(434.553)	(239.291)
Outros	-	(704)	48
Saldo no final do exercício, bruto	1.598.367	1.507.548	1.418.308
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (2)	(218.136)	(352.092)	(80.423)
Provisão como percentual dos ativos executados	13,65%	23,37%	10,52%
Saldo no final do exercício	1.380.231	1.155.456	1.337.885

(1) Em 30 de setembro de 2016, em função da não expectativa de venda do investimento na BW Guirapá e controladas, pela situação à época do mercado, a Administração decidiu transferir o total deste saldo, para rubrica de participações em coligadas e controle em conjunto (Nota 11). Em 2017, conforme descrito na nota 3, este investimento foi alienado.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

(2) Em 2018, inclui o montante de R\$159.120 de provisões para desvalorizações sobre imóveis e R\$59.015 de provisões para desvalorizações sobre veículos, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment"). Em 2017, esta provisão foi de R\$271.670 (Nota 43).

(3) Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas (Nota 11). Em 31 de dezembro de 2018, o montante desta rubrica era de R\$0 (31/12/2017 - R\$130.713) no Banco e no Consolidado.

11. Participações em coligadas e controle em conjunto

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	Participação em %		
			2018	2017	2016
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (1)(3)(8)(14)	Securitização	Brasil	9,72%	9,72%	9,72%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(8)(10)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (4) (11)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (15)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%	25,32%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (anteriormente denominada da BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) (16)	Banco	Brasil	50,00%	-	-
Santander Auto S.A. (17)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	-	-

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)

Webmotors S.A. (6) (7)(11)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (5)(12)(13)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%

Influência Significativa do Banco Santander

Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%	21,75%
-------------------------------------	-------------------	--------	--------	--------	--------

Controle conjunto do Banco Santander	Investimentos		
	2018	2017	2016
Banco RCI Brasil S.A.	458.292	427.801	538.756
Norchem Participações e Consultoria S.A.	26.105	25.550	26.302
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	7.298	7.438	7.435
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.690	4.707	6.268
Gestora de Inteligência de Crédito	59.098	29.513	-
Campo Grande Empreendimentos	255	255	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (anteriormente denominada BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.)	51.073	-	-
Santander Auto S.A.	7.555	-	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	419.016	350.440	390.336
Webmotors S.A.	273.721	197.930	246.965
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	144.090	151.019	142.713
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.205	1.491	658
Influência Significativa do Banco Santander	20.933	20.860	20.980
Norchem Holding e Negócios S.A.	20.933	20.860	20.980
Total	1.053.315	866.564	990.077

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2018	2017	2016
Controle conjunto do Banco Santander	41.212	39.904	16.748
Banco RCI Brasil S.A.	46.244	44.384	14.175
Norchem Participações e Consultoria S.A.	1.120	1.333	2.637
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	193	389	366
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	(1.017)	(1.560)	(430)
Gestora de Inteligência de Crédito	(6.466)	(4.642)	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (anteriormente denominada BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.)	1.083	-	-
Santander Auto S.A.	55	-	-

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	24.161	30.430	29.538
Webmotors S.A.	30.626	21.290	23.019
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	(6.929)	8.307	5.971
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	464	833	548
Controle conjunto da Getnet S.A.	-	-	(225)
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (2)	-	-	(225)
Influência Significativa do Banco Santander	585	1.217	1.476
Norchem Holding e Negócios S.A.	585	1.217	1.476
Total	65.958	71.551	47.537

	2018		
	Ativo	Passivo	Resultado (11)
Controle conjunto do Banco Santander	10.500.055	8.755.688	80.954
Banco RCI Brasil S.A.	9.849.508	8.679.715	115.928
Norchem Participações e Consultoria S.A.	79.633	27.423	2.240
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	80.300	3.893	1.989
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	33.389	176	(9.151)
Gestora de Inteligência de Crédito	338.382	42.894	(32.328)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (anteriormente denominada BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.)	103.703	1.557	2.166
Santander Auto S.A.	15.140	30	110

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	2.463.262	1.573.082	9.703
Webmotors S.A.	221.313	60.905	43.751
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.238.156	1.510.794	(34.976)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.793	1.383	928
Influência Significativa do Banco Santander	123.959	27.714	2.690
Norchem Holding e Negócios S.A.	123.959	27.714	2.690
Total	13.087.276	10.356.484	93.347

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2017		
	Ativo	Passivo	Resultado (11)
Controle conjunto do Banco Santander	9.432.738	8.043.604	43.866
Banco RCI Brasil S.A.	9.057.261	7.985.647	74.452
Norchem Participações e Consultoria S.A.	78.674	27.574	2.665
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	86.378	9.884	4.000
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	42.627	264	(14.040)
Gestora de Inteligência de Crédito	167.798	20.235	(23.211)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	1.967.989	1.077.782	74.861
Webmotors S.A.	490.458	50.413	31.264
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	1.472.774	1.025.593	41.932
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	4.757	1.776	1.665
Influência Significativa do Banco Santander	122.176	26.267	5.597
Norchem Holding e Negócios S.A.	122.176	26.267	5.597
Total	11.522.903	9.147.653	124.324

	2016		
	Ativo	Passivo	Resultado (11)
Controle conjunto do Banco Santander	8.831.611	7.318.656	89.544
Banco RCI Brasil S.A.	8.603.844	7.276.320	79.223
Norchem Participações e Consultoria S.A.	78.833	26.228	5.274
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	91.083	14.659	7.011
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	57.851	1.449	(1.964)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.)	1.459.826	943.028	58.595
Webmotors S.A.	145.499	35.231	29.934
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	1.310.945	905.731	27.568
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.382	2.066	1.093
Influência Significativa do Banco Santander	127.598	31.136	6.792
Norchem Holding e Negócios S.A.	127.598	31.136	6.792
Total	10.419.035	8.292.820	154.931

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram:

Controle conjunto	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	845.704	969.097	1.041.239
Mudança de escopo de consolidação	-	-	(2.926)
Adição/(alienação) ^{(2) (5)}	119.557	34.154	3.105
Ganho/Redução de Capital ⁽⁶⁾	36.051	-	(76.860)
Resultados equivalência patrimonial	65.373	70.334	46.061
Dividendos propostos/recebidos	(35.351)	(200.620)	(39.424)
Outros	1.048	(27.261)	(2.098)
Saldo no final do exercício	1.032.382	845.704	969.097

Influência Significativa

Saldo no início do exercício	20.860	20.980	19.504
Resultados equivalência patrimonial	585	1.217	1.476
Dividendos propostos/recebidos	(512)	(1.337)	-
Saldo no final do exercício	20.933	20.860	20.980

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2018 a posição de 30/11/2018.

(2) Em junho de 2016 a participação detida na iZettle do Brasil S.A foi alienada.

(3) Na AGE realizada em 29 de abril de 2016 foi aprovada a reforma na estrutura de distribuição do capital social da Cibrasec mediante a criação de ações preferenciais de emissão da Companhia com direito a voto e a conversão de parcela das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, referida reforma foi ratificada na AGE realizada em 30 de maio de 2016. O Banco Santander converteu parte de suas ações ordinária detidas no capital social da Cibrasec, no montante correspondente a 5.000 (cinco mil) ações ordinárias de emissão da Cibrasec em 50 (cinquenta) ações preferenciais na proporção de 100 (cem) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação preferencial, sendo mantidas ainda 4.000 (quatro mil) ações ordinárias no capital social da Cibrasec. Cada ação preferencial confere ao acionista o direito a 100 (cem) vezes o direito aos dividendos das ações ordinárias, de forma que os direitos econômicos foram mantidos, no entanto, a conversão implicou em redução percentual na participação acionária na Cibrasec.

(4) Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$65.822, de forma que o capital social passou de R\$1 para R\$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferencias Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferencias Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

(5) Em 2017, refere-se à constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - parceria entre o Banco Santander e outros Bancos do mercado Brasileiro (conforme nota 3.d) e em 2016, refere-se à acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture.

(6) Na AGE realizada em 26 de setembro de 2016, foi aprovada a redução do capital social da Webmotors S.A. sem cancelamento de ações no valor de R\$109.800 por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, passando o capital social de R\$194.580 para R\$84.780.

(7) Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, em sede de AGE da Webmotors S.A. a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A., de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.

(8) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(9) Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferencias Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferencias Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,83 por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. Ficou aprovado, ainda, por unanimidade dos presentes, o cronograma de integralização das novas ações emitidas apresentado pela administração da Gestora de Crédito. Assim, o aumento de capital foi integralmente subscrito neste ato pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada e parcialmente integralizado.

(10) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.

(11) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(12) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) e a PSA Services LTD.

(13) Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R\$401, de forma que o capital social passou de R\$500 para R\$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentos mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R\$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.

(14) O Banco possui participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na companhia, sendo as decisões de negócio tomadas em conjunto pelos acionistas.

(15) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

(16) Sociedade constituída em 13 de dezembro de 2018, mediante transformação da BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional da sociedade. (Nota 3.i)

(17) Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., submetida à Susep para obtenção de autorização para funcionamento. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 3.g).

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(***) Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 os saldos de Ativo, Passivo e Lucro referem-se a 100% do balanço da empresa. Não há saldo para a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" nestas empresas, exceto no Banco RCI que contabilizou R\$30.538 (2017 - R\$40.671 e 2016 - R\$5.261).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2018, 2017 e 2016.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

Banco RCI Brasil S.A.: Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através de suas operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

Webmotors S.A.: Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do site ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2018		2017		2016	
	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors	Banco RCI Brasil	Webmotors
Ativo	9.849.508	221.313	9.057.261	490.458	8.603.844	145.499
Passivo	8.679.715	60.905	7.985.647	50.413	7.276.320	35.231
Caixa e equivalentes de caixa	37.115	1.034	47.782	1.989	23.612	1.663
Depreciação e Amortização	(977)	(7.423)	(1.600)	16.353	(911)	(12.295)
Receitas	1.316.687	167.881	1.315.695	127.064	1.575.550	135.242
Receitas com Juros	1.290.703	4.134	1.294.119	7.178	1.368.643	28.047
Despesas com Juros	(575.944)	-	(626.654)	-	(903.061)	-
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(147.266)	(16.013)	(122.544)	(12.568)	(3.326)	(13.370)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	3.130.908	49.709	3.897.010	33.320	3.629.575	31.707
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	4.813.909	5.458	4.058.986	3.247	3.646.745	1.736

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais

Custo	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.724.859	3.150.747	7.363.491	3.759	13.242.856
Adições	3.024	154.852	715.264	-	873.140
Adições decorrentes de incorporações	-	2.021	3.961	-	5.982
Baixa	(29.174)	(15.011)	(141.442)	-	(185.627)
Mudança no escopo de consolidação	-	45	257	-	302
Transferências	12.484	74.361	(82.650)	-	4.195
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.711.193	3.367.015	7.858.881	3.759	13.940.848
Adições	-	382.571	723.835	-	1.106.406
Baixa	(52.102)	(180.036)	(31.053)	-	(263.191)
Transferências	(9.779)	718.666	(721.520)	-	(12.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.649.312	4.288.216	7.830.143	3.759	14.771.430
Adições	2.534	449.489	941.895	381	1.394.299
Baixa	(18.230)	(162.497)	(199.877)	-	(380.604)
Transferências	45.663	32.232	640.758	(3.759)	714.894
Adições por Aquisição de Sociedade	-	1.368	463	-	1.831
Mudança de escopo de consolidação	99.759	19.517	17.749	1.302	138.327
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.779.038	4.628.325	9.231.131	1.683	16.640.177

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(531.546)	(2.092.880)	(3.602.731)	-	(6.227.157)
Adições	(82.963)	(387.855)	(683.770)	-	(1.154.588)
Adições decorrentes de incorporações	-	(1.594)	(1.234)	-	(2.828)
Baixa	13.999	13.092	121.338	-	148.429
Mudança no escopo de consolidação	-	(26)	(76)	-	(102)
Transferências	6.300	(39.836)	(5.761)	-	(39.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(594.210)	(2.509.099)	(4.172.234)	-	(7.275.543)
Adições	(81.910)	(499.542)	(609.515)	-	(1.190.967)
Baixa	37.136	154.471	22.196	-	213.803
Transferências	9.734	(437.527)	427.506	-	(287)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(629.250)	(3.291.697)	(4.332.047)	-	(8.252.994)
Adições	(82.714)	(484.629)	(649.361)	-	(1.216.704)
Baixa	8.816	140.332	109.447	-	258.595
Transferências	(52.094)	(76.292)	(631.965)	-	(760.351)
Adições por Aquisição de Sociedade	-	(978)	(196)	-	(1.174)
Mudança de escopo de consolidação	(5.602)	(1.448)	(7.136)	-	(14.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(760.844)	(3.714.712)	(5.511.258)	-	(9.986.814)
Perdas por não-recuperação ("impairment"):					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(9.785)	-	-	-	(9.785)
Impacto no resultado	(3.246)	-	(5.841)	-	(9.087)
Baixa	23.588	-	-	-	23.588
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.557	-	(5.841)	-	4.716
Impacto no resultado	9.784	-	1.047	-	10.831
Transferências	-	-	(512)	-	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.341	-	(5.306)	-	15.035
Impacto no resultado	(10.607)	-	(49.556)	-	(60.163)
Transferências	(5)	-	4.333	-	4.328
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.729	-	(50.529)	-	(40.800)
Valor Contábil					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.127.540	857.916	3.680.806	3.759	6.670.021
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.040.403	996.519	3.492.790	3.759	6.533.471
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.027.923	913.613	3.669.344	1.683	6.612.563

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possui compromissos contratuais para aquisição de ativos tangíveis no valor de R\$3,2 milhões (2017 - R\$75,0 milhões e 2016 R\$9,1 milhões).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.o.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 45). Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	13.050	13.050	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557	-
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304	1.039.304
BW Guirapá I S.A.	-	-	22.320
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	27.630	28.120	-
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.382	-	-
Outros	-	1.860	-
Total	28.378.288	28.364.256	28.355.039

	2018	2017	Banco Comercial 2016
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável			Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	5,1%	8,3%	8,0%
Taxa de desconto (2)	13,6%	14,6%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 19,33% (2017 - 20,42% e 2016 - 20,23%).

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	28.364.256	28.355.039	28.332.719
BW Guirapá (Nota 3.c)	-	(22.320)	22.320
Banco PSA Finance Brasil S.A.	-	1.557	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	(490)	28.120	-
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.382	-	-
Outros	(1.860)	1.860	-
Saldo no final do exercício	28.378.288	28.364.256	28.355.039

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.202.500	397.716	5.600.216
Adições	652.490	18.395	670.885
Adições decorrentes de aquisições	250	89	339
Baixa	(450)	(10.202)	(10.652)
Reestruturações Societárias	4	-	4
Transferências	12.150	-	12.150
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.866.944	405.998	6.272.942
Adições	824.411	12.072	836.483
Baixa	(125.307)	(7.096)	(132.403)
Transferências	4.633	-	4.633
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.570.681	410.974	6.981.655
Adições	804.782	137	804.919
Baixa	(477.434)	(40)	(477.474)
Transferências	11.567	-	11.567
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	590	-	590
Reestruturações Societárias	87	-	87
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.910.273	411.071	7.321.344
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(2.848.994)	(266.779)	(3.115.773)
Adições	(304.046)	(24.005)	(328.051)
Adições decorrentes de aquisições	(249)	-	(249)
Baixa	141	10.202	10.343
Reestruturações Societárias	(1)	-	(1)
Transferências	32.167	3.427	35.594
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(3.120.982)	(277.155)	(3.398.137)
Adições	(449.709)	(21.571)	(471.280)
Baixa	854	5.500	6.354
Transferências	17.402	464	17.866
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(3.552.435)	(292.762)	(3.845.197)
Adições	(504.009)	(19.246)	(523.255)
Baixa	25.242	-	25.242
Transferências	(1.000.893)	58	(1.000.835)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	(583)	-	(583)
Reestruturações Societárias	(15)	-	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(5.032.693)	(311.950)	(5.344.643)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Perda por não-recuperação ("impairment") - TI			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(994.802)	(8.698)	(1.003.500)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	898	(6.736)	(5.838)
Baixas	16.193	143	16.336
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(977.711)	(15.291)	(993.002)
Impacto no resultado	(306.110)	-	(306.110)
Transferências	441	-	441
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.283.380)	(15.291)	(1.298.671)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(300.865)	-	(300.865)
Baixas	1.263.535	-	1.263.535
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(320.710)	(15.291)	(336.001)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.768.251	113.552	1.881.803
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.734.866	102.921	1.837.787
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.556.870	83.830	1.640.700

(1) Em 2018, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Relacionamento com cliente	1.674.187	1.679.305	1.197.278
Despesas antecipadas	685.755	784.456	690.814
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 23.c.5)	605.638	707.130	814.925
Ativo Atuarial (Nota 22)	273.281	198.189	153.662
Outros recebíveis (1)	1.561.606	1.209.190	2.247.333
Total	4.800.467	4.578.270	5.104.012

(1) Corresponde, principalmente, a valores a receber de terceiros.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	99.022.806	79.374.685	78.634.072
Total	99.022.806	79.374.685	78.634.072
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	709.605	306.081	314.112
Depósitos a prazo ⁽²⁾	47.227.456	52.739.163	49.548.858
Operações compromissadas	51.085.745	26.329.441	28.771.102
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	6.977.766	-	446.429
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	44.107.979	26.329.441	28.324.673
Total	99.022.806	79.374.685	78.634.072

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Fime) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Moeda:			
Real	74.159.613	56.562.950	51.339.830
Euro	105.119	407.814	576.994
Dólar norte-americano	24.758.074	22.156.054	26.546.404
Outras moedas	-	247.867	170.844
Total	99.022.806	79.374.685	78.634.072

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do item "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	304.197.800	276.042.141	247.445.177
Total	304.197.800	276.042.141	247.445.177

Tipo:

Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	18.853.519	17.559.985	15.868.201
Cadernetas de poupança	46.068.346	40.572.369	36.051.476
Depósitos a prazo	190.982.541	146.817.650	94.478.875
Operações compromissadas	48.293.394	71.092.137	101.046.625
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	6.977.766	33.902.890	59.460.210
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	41.315.628	37.189.247	41.586.415
Total	304.197.800	276.042.141	247.445.177

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	74.626.232	70.247.012	99.842.955
Total	74.626.232	70.247.012	99.842.955
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	27.159.982	27.713.873	23.983.429
Eurobonds	4.516.647	1.992.828	7.721.646
Letras financeiras (2)	30.721.206	31.686.259	61.157.037
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	11.925.018	8.854.052	6.980.843
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	303.379	-	-
Total	74.626.232	70.247.012	99.842.955

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Indexadores:	Moeda	
	Nacional	Estrangeira
Letras Financeiras	97% a 106% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 6,04% a 17,46%	-
	105,5% da SELIC	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	73% a 98,5% do CDI	-
	Pré-fixadas: 7,3% a 14%	-
	100% do IPCA	-
	100% da TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	84% a 96% do CDI	-
Letra Imobiliária Garantida - LIG	95% a 98% do CDI	-
Eurobonds	-	0,9% a 9%

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2019 a 2026 (2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2026 e 2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2026).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2018, possuem prazo de vencimento entre 2019 e 2025. (2017 - com prazo de vencimento entre 2018 a 2025 e 2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2025).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2018 possuem prazo de vencimento até 2021.

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais			
Moeda:	2018	2017	2016
Real	70.109.585	68.335.103	92.132.195
Dólar norte-americano	4.516.647	1.911.909	7.645.542
Euro	-	-	65.218
Total	74.626.232	70.247.012	99.842.955

Moeda:	Juros médios (%)		
	2018	2017	2016
Real	5,5%	5,5%	11,7%
Dólar norte-americano	5,9%	6,8%	3,7%
Total	5,6%	5,7%	11,3%

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes

Em milhares de Reais			
	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	70.247.012	99.842.955	94.658.300
Emissões	73.765.081	59.663.420	50.313.469
Pagamentos	(78.903.009)	(97.009.957)	(56.164.769)
Juros (nota 33)	4.606.949	7.901.199	12.212.922
Variação cambial e outros	4.910.199	(150.605)	(1.305.204)
Adições decorrentes de aquisições de sociedades	-	-	128.237
Saldo no final do exercício	74.626.232	70.247.012	99.842.955

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)			
					2018	2017	2016
Eurobonds	2007	2017	BRL	FIDC	-	-	1.930
Eurobonds	2016	2017	USD	0,7% a 2,5%	-	-	3.408.932
Eurobonds	2012	2017	USD	4,6%	-	-	4.116.309
Eurobonds	2017	2018	USD	Zero Coupon a 2,4%	-	1.195.668	-
Eurobonds	2017	2019	USD	Libor 3M + 1,0%	194.243	165.677	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon a 9%	855.035	-	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Libor 3M + 0,95%	19.386	-	-
Eurobonds	2018	2019	USD	Libor 1M + 1,5%	197.055	-	-
Eurobonds	2018	2019	USD	3,5%	34.776	-	-
Eurobonds	2018	2019	USD	6,6% a 6,7%	1.211.361	-	-
Eurobonds	2018	2019	USD	9,0%	1.287.821	-	-
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	639.275	541.487	-
Outras					77.695	89.996	194.475
Total					4.516.647	1.992.828	7.721.646

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	2018	2017	2016
CDB Subordinado	mai-08	mai-15 a mai-18	R\$283	CDI (2)	-	109.572	98.378
CDB Subordinado	mai-08 a jun-08	mai-15 a jun-18	R\$268	IPCA (3)	-	409.658	367.868
Nível I (4)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.906.880	-	-
Nível II (4)	janeiro/14	janeiro/24	R\$3.000	6,000%	4.978.728	-	-
Total					9.885.608	519.230	466.246

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Entre dezembro de 2017 e maio de 2018, indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Entre dezembro de 2017 e junho de 2018, Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

(4) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação da recompra dos Notes emitidos em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 20).

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo de "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

Moeda:	Em milhares de Reais			Juros médios (%)		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Real	9.885.608	519.230	466.246	4,9%	7,5%	9,6%
Total	9.885.608	519.230	466.246	4,9%	7,5%	9,6%

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	519.230	466.246	8.097.304
Pagamentos	(544.566)	-	(8.362.652)
Juros (nota 33)	25.336	52.984	731.594
Transferências (Nota 20)	9.885.608	-	-
Saldo no fim do exercício	9.885.608	519.230	466.246

A nota 44-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício correspondentes em cada exercício.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital (nota 28.e), são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) ⁽³⁾	2018	2017	2016
Nível I (1) (5)	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,375%	-	4.187.531	4.125.557
Nível II (2) (5)	jan-14	jan-24	R\$3.000	6,000%	-	4.249.370	4.186.361
Nível I (4)	nov-18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	4.893.668	-	-
Nível II (4)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	4.886.276	-	-
Total					9.779.944	8.436.901	8.311.918

- (1) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.
- (2) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.
- (3) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e conseqüentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.
- (4) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
- (5) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

	2018	2017	2016
Saldos no início do exercício	8.436.901	8.311.918	9.959.037
Emissão de juros - Nível I	4.673.875	-	-
Emissão de juros - Nível II	4.673.875	-	-
Juros Nível I (1)	331.677	273.123	276.587
Juros Nível II (1)	272.539	222.065	225.161
Variação Cambial e Outros	1.960.467	252.941	(1.447.196)
Pagamento de juros - Nível I	(381.008)	(344.867)	(379.039)
Pagamento de juros - Nível II	(302.775)	(278.279)	(322.632)
Transferências	(9.885.607)	-	-
Saldo no final do exercício	9.779.944	8.436.901	8.311.918

- (1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 33).

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compõem o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões (Nota 26.e).

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014. Com isso o saldo relativo às notas emitidas em 29 de janeiro de 2014, foram reclassificados de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

21. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Cartões de crédito	39.761.739	32.049.712	25.420.237
Transações pendentes de liquidação ⁽²⁾	3.356.871	3.905.236	3.829.374
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	4.508.569	4.553.914	4.346.128
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	1.205.746	1.077.860	1.157.386
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	126.906	428.248	774.673
Outros passivos financeiros ⁽¹⁾	2.769.005	2.245.765	1.351.301
Total	51.728.836	44.260.735	36.879.099

(1) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o passivo financeiro no valor total de R\$519 milhões (2017 - R\$484 milhões e 2016 - R\$307 milhões), referente ao compromisso da opção de venda das ações detidas pelo Banco Bonsucesso. O prazo de exercício das Opções está definido entre dois períodos, sendo o primeiro período de 10 de fevereiro de 2019 a 10 de fevereiro de 2021 ou, caso o exercício não ocorra no primeiro período, o segundo período será de 10 de fevereiro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025 e R\$1.427 (2017 - R\$1.223 milhões e 2016 - R\$950 milhões), referente a opção de venda tendo por objeto as ações de emissão da Getnet S.A, que foi autorizada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e liquidada em 25 de fevereiro de 2019.

(2) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$3.357.654 (2017 - R\$3.923.457 e 2016 - R\$2.710.627).

i. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- **Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- **Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- **Plano V:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

- **Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- **Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

- **Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

- **Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio- natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

- **Plano Sanprev III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os de mais desde o ano de 2011.

• Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2018, foram de R\$89.959 (2017 – R\$86.449 e 2016 – R\$87.603).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2018 foram de R\$1.597.

ii. Plano de assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

• Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi):

O plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares):

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):

Fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

• Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

• Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

iii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego – 9,1% (2017 - 9,53% e 2016 - 10,9%).

- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares – 9,3% (2017 - 9,65% e 2016 - 10,8%).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos – 4,0% (2017 - 4,0% e 2016 - 4,5%).

• Taxa estimada de aumento nominal dos salários

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos – 5,0% (2017 - 5,0% e 2016 - 5,0%).

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2018 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	2018	2017	2016
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:			
Aos atuais funcionários	716.492	796.243	770.423
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	23.296.715	21.205.366	19.998.703
	24.013.207	22.001.609	20.769.126
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	22.708.990	20.689.637	20.116.916
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(1.079.808)	(1.090.682)	(969.161)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	2.384.025	2.402.654	1.621.371
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares			
Aos atuais funcionários	184.606	228.107	200.009
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	4.604.466	4.815.654	4.046.480
	4.789.072	5.043.761	4.246.489
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	4.157.251	3.721.147	3.310.895
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(68.527)	-	-
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	700.348	1.322.614	935.594
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	3.084.373	3.725.268	2.556.965
Sendo:			
Provisões atuariais	3.357.654	3.923.457	2.710.627
Ativos atuariais (nota 15)	273.281	198.189	153.662

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III e Bandeprev.

No quarto trimestre de 2018, a Administração liquidou, em caráter extraordinário, o déficit atuarial de 2017 dos planos Banesprev V e DAB, nos valores de R\$295.529 e R\$1.246, respectivamente, e o aporte no valor estimado de R\$152.329 para cobertura do déficit atuarial de 2018 para o Banesprev Pré 75.

No primeiro semestre de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas resultaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	2018	Planos pós-emprego	
		2017	2016
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 40)	3.142	14.605	15.416
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 32 e 33)	124.754	70.429	120.524
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 32 e 33)	104.160	105.832	117.981
Outros movimentos	12.432	5.323	4.355
Total	244.488	196.189	258.276
	2018	Outras obrigações similares	
		2017	2016
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 40)	5.797	5.476	9.064
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 32 e 33)	76.124	99.575	38.064
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 32 e 33)	15.521	-	14.608
Outros movimentos (2)	(816.230)	-	55.943
Total	(718.788)	105.051	117.679

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	2018	Planos pós-emprego	
		2017	2016
Valor presente das obrigações no início do exercício	22.001.609	20.769.126	17.525.799
Custos dos serviços correntes (Nota 40)	3.142	14.605	15.416
Custo dos juros	2.029.099	2.170.639	2.046.949
Benefícios pagos	(1.876.014)	(1.834.681)	(1.679.794)
Perdas (ganhos) atuariais	1.674.908	871.308	2.844.733
Outros	180.463	10.612	16.023
Valor presente das obrigações no fim do exercício	24.013.207	22.001.609	20.769.126

	2018	Outras obrigações similares	
		2017	2016
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.043.761	4.246.489	6.034.734
Custos dos serviços correntes (Nota 40)	5.797	5.476	9.064
Custo dos juros	438.567	447.653	703.874
Benefícios pagos	(346.185)	(339.538)	(465.029)
Perdas (ganhos) atuariais	455.193	683.681	1.330.371
Outros (1) (2)	(808.061)	-	(3.366.525)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	4.789.072	5.043.761	4.246.489

(1) No quarto trimestre de 2016, o Banco Santander atualizou os procedimentos de reconhecimento de suas obrigações na entidade CABESP, nos termos do seu estatuto, que estabelece a cobertura dos custos médicos na igualdade de proporção entre associados e patrocinadora.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários. Nas Demonstrações Consolidadas do Resultado, esse montante, foi registrado na rubrica Provisões (Líquidas).

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	2018	Planos pós-emprego	
		2017	2016
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	20.689.637	20.116.916	16.275.269
Receitas (Despesas) com Juros	1.904.345	2.100.211	1.926.424
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (Líquidas)	1.347.689	268.309	1.589.517
Contribuições	481.959	38.883	2.001.806
Sendo:			
Pelo Banco	472.723	27.439	1.985.722
Por participantes do plano	9.236	11.444	16.084
Benefícios pagos	(1.876.014)	(1.834.682)	(1.676.116)
Variações cambiais e outros itens	161.374	-	16
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	22.708.990	20.689.637	20.116.916

	2018	Outras obrigações similares	
		2017	2016
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.721.147	3.310.895	5.673.071
Receitas (Despesas) com Juros	362.444	348.078	665.811
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (Líquidas)	304.632	303.504	718.628
Contribuições	72.548	61.803	-
Sendo:			
Pelo Banco	72.548	61.803	-
Benefícios pagos	(310.458)	(303.133)	(3.746.615)
Variações cambiais e outros itens	6.938	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.157.251	3.721.147	3.310.895

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Planos pós-emprego		
	2018	2017	2016
Experiência do Plano	(803.717)	686.204	(696.910)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(871.176)	(1.557.689)	(2.135.189)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	146	(12.773)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.674.893)	(871.339)	(2.844.872)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.344.089	270.158	1.589.446
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.344.089	270.158	1.589.446
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	117.320	(15.690)	-

	Outras obrigações similares		
	2018	2017	2016
Experiência do Plano	(79.810)	(303.396)	(1.116.845)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(376.949)	(380.285)	(537.952)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	(379)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(456.759)	(683.681)	(1.655.176)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	307.048	303.504	718.628
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	307.048	303.504	718.628
Mudança no Superávit Irrecuperável	(52.604)	-	-

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

	Planos pós-emprego		
	2018	2017	2016
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	1.347.689	268.309	1.589.517

	Outras obrigações similares		
	2018	2017	2016
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	304.632	303.504	718.628

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Planos de benefício definido sem cobertura	700.347	701.551	826.963
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	28.101.932	26.343.818	22.734.017

Em 2019, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2017.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2018	2017	2016
Instrumentos de patrimônio	4,81%	4,60%	1,00%
Instrumentos de dívida	94,59%	94,70%	98,16%
Bens imóveis	0,28%	0,35%	0,30%
Outros	0,32%	0,35%	0,54%

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$ 3.823.004 (2017 - R\$3.021.950 e 2016 - R\$4.900.380).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2018, projetados para os próximos dez anos:

2019	2.109.187
2020	2.160.320
2021	2.209.720
2022	2.281.827
2023	2.352.046
2024 a 2028	12.734.200
Total	23.847.300

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	(+) 1,0%	Sensibilidade (-) 1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	69.961	(62.469)
Efeito sobre o valor Presente das Obrigações	761.619	(680.061)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego
	Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	11,35
Banesprev Plano II	11,73
Banesprev Plano III	9,39
Banesprev Plano IV	14,00
Banesprev Plano V	8,87
Banesprev Pré-75	9,62
Sanprev I	6,47
Sanprev II	10,83
Sanprev III	9,66
Bandeprev Básico	9,57
Bandeprev Especial I	6,70
Bandeprev Especial II	6,52
SantanderPrevi	7,30
CACIBAN / DAB / DCA	6,79/5,79/6,37

Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	14,16
Bandepe	14,73
Clínica Grátis	11,04
Diretores Vitalícios	8,63
Circulares ⁽¹⁾	11,72 e 10,68
Seguro de Vida	7,82

(1) A duração 11,72 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,68 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Aposentadoria	2018		2017		2016
		Saúde Aposentadoria	Saúde Aposentadoria	Saúde Aposentadoria	Saúde Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,1%	9,3%	9,5%	9,7%	10,9%	10,8%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,1%	9,3%	9,5%	9,7%	10,9%	10,8%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

23. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões**a) Composição**

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	605.638	707.131	814.925
Processos judiciais e administrativos	9.507.240	8.365.320	7.470.344
Sendo:			
Cíveis	3.377.338	2.522.005	1.842.549
Trabalhistas	3.819.107	3.448.388	3.138.645
Fiscais e Previdenciárias	2.310.795	2.394.927	2.489.150
Provisões para compromissos contingentes (Nota 23.b)	626.267	-	-
Provisões diversas ⁽¹⁾	599.099	991.008	780.595
Total	11.338.244	10.063.459	9.065.864

(1) Em 2018 inclui R\$126.561 (2017 - R\$287.446 e 2016 - R\$450.284) referente a despesas com projetos de melhoria de produtividade operacional e eficiência.

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2018		Total
	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	
Saldo no início do exercício	3.923.456	10.063.459	13.986.915
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	320.559	-	320.559
Despesas com pessoal (nota 40)	8.939	-	8.939
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(801.332)	3.556.512	2.755.180
Outros Resultados Abrangentes	483.058	-	483.058
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	(48.246)	(48.246)
Pagamentos a fundos externos	(594.024)	-	(594.024)
Valor pago	-	(2.247.172)	(2.247.172)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	16.998	-	16.998
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	13.691	13.691
Saldo no fim do exercício	3.357.654	11.338.244	14.695.898

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

			2017
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.710.626	9.065.864	11.776.490
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	275.836	-	275.836
Despesas com pessoal (nota 40)	20.081	-	20.081
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	1.723	3.112.684	3.114.407
Outros Resultados Abrangentes	1.028.090	-	1.028.090
Pagamentos a fundos externos	(127.357)	-	(127.357)
Valor pago	-	(2.123.483)	(2.123.483)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	14.457	-	14.457
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	8.394	8.394
Saldo no fim do exercício	3.923.456	10.063.459	13.986.915

			2016
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.696.653	8.713.024	11.409.677
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares (nota 32 & 33)	287.576	-	287.576
Despesas com pessoal (nota 40)	24.480	-	24.480
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	60.309	2.645.764	2.706.073
Outros Resultados Abrangentes	1.876.888	-	1.876.888
Pagamentos a fundos externos	(2.074.873)	-	(2.074.873)
Valor pago	-	(2.330.283)	(2.330.283)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	(153.595)	-	(153.595)
Transferências, variações cambiais e outras variações	(6.812)	37.359	30.547
Saldo no fim do exercício	2.710.626	9.065.864	11.776.490

(1) Para maiores informações, consultar a nota 22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 2.iii.ix, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2018:

Em milhares de Reais	2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial do IFRS 9)	674.513
Constituição de provisão para compromissos contingentes	(48.246)
Saldo no fim do exercício	626.267

c) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em outubro de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$292.562. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435.454. Na Demonstração dos Resultados de 2017 foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96.129.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$299.820 em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R\$491.717, líquido dos efeitos tributários.

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

- **PIS e Cofins** - R\$3.632.467 (2017 - R\$3.501.464 e 2016 - R\$3.290.900): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

• **Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$0 (2017 - R\$905.113 e 2016 - R\$851.744): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, o Banco optou pelo pagamento dos valores discutidos.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

• **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$729.919 (2017 - R\$714.604 e 2016 - R\$689.987): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$1.462,5 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

• **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$273.233 (2017 - R\$265.022 e 2016 - R\$266.391): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$228.403 (2017 - R\$237.960 e 2016 - R\$621.437): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços (Nota 23.c.4 – Risco de Perda Possível).

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajuste monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em recente decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão, por dois anos da homologação do acordo.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos,

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

considerando o acordo homologado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$24.929 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2018, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$5.354 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2018, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.662 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$2.505 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$1.377 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$1.039 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de R\$1.022 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$615 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$300 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$62 milhões, excluindo os processos abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para julgamento no STF. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença

deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.467 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

c.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$598.544, R\$327 e R\$6.767 (2017 - R\$698.141, R\$2.607 e R\$6.381 e 2016 - R\$810.383, R\$712 e R\$3.830), respectivamente, de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos-diversos.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

24. Ativos e passivos fiscais**a) Imposto de renda e contribuição social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Resultado Operacional antes da tributação	15.909.771	14.513.684	16.383.902
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	(4.080.000)	(3.800.000)	(3.850.000)
Resultado Operacional antes da tributação	11.829.771	10.713.684	12.533.902
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% de contribuição social)	(5.323.397)	(4.821.158)	(5.640.256)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (2)(7)	(1.490.190)	(1.427.960)	(1.641.181)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	29.681	32.198	21.392
Ágio ⁽³⁾	(101.305)	(669.963)	(734.952)
Variação cambial - filiais no exterior ⁽⁴⁾	2.792.995	440.857	(3.561.133)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽⁷⁾	384.554	194.737	-
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	136.353	1.138.005	605.058
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(90.013)	(1.427.667)	(613.202)
Outros ajustes ⁽⁶⁾	551.469	1.165.315	2.645.290
Imposto sobre a renda	(3.109.853)	(5.375.636)	(8.918.984)
Sendo:			
Impostos correntes ⁽⁷⁾	(4.704.293)	(4.969.241)	(3.575.099)
Impostos diferidos	1.594.440	(406.395)	(5.343.885)
Impostos pagos no exercício	(3.668.571)	(3.280.230)	(4.240.115)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devam estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) A diferença entre a base fiscal e a base contábil do ágio de aquisição do Banco ABN Amro Real S.A. constitui uma diferença de natureza permanente e definitiva. A Administração considera que a possibilidade de perda por *impairment* ou alienação é remota e somente se aplica à entidade como um todo e em função das características da combinação de negócios realizada, não sendo possível segregar e identificar os negócios originalmente adquiridos por isso não há o registro de passivo fiscal diferido.

(4) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(5) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%, bem como o efeito dos 5% adicionais aplicáveis às instituições financeiras, válidos até o final do exercício de 2018.

(6) Em 2016, inclui o IAS 21 no montante de R\$575.131 (vide Hedge dos Investimentos no Exterior descrito abaixo) e despesas não tributáveis/dedutíveis R\$349.120.

(7) Inclui principalmente o efeito fiscal sobre despesas com doações, receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	2018	2017	2016
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	6.673.535	892.863	(7.407.231)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(12.540.855)	(1.702.557)	14.124.481
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	255.481	80.170	(656.788)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	5.611.839	729.524	(6.060.462)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Resultado Operacional antes da tributação	15.909.771	14.513.684	16.383.902
Imposto sobre a renda	3.109.853	5.375.636	8.918.984
Alíquota efetiva	19,55%	37,04%	54,44%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	2.785.330	3.373.984	2.955.552
Avaliação de títulos disponíveis para venda	-	1.016.121	963.990
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	369.805	-	-
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	2.081	1.063	4.145
Avaliação de hedge de investimento	562.353	562.353	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	1.851.091	1.794.447	1.425.064
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(2.168.758)	(2.541.177)	(1.795.115)
Avaliação de títulos disponíveis para venda	-	(2.426.459)	(1.701.732)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.997.600)	-	-
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(163.038)	(111.134)	(87.929)
Avaliação de plano de benefício definido	(8.120)	(3.584)	(5.454)
Total	616.572	832.807	1.160.437

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Ativos Fiscais Diferidos	27.680.578	24.778.078	24.437.112
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	26.416.527	23.375.600	23.398.886
Prejuízo fiscal	846.587	866.579	382.867
CSLL 18%	417.464	535.899	655.359
Total de ativos fiscais diferidos	27.680.578	24.778.078	24.437.112
Passivos fiscais Diferidos	3.031.389	2.496.531	1.268.037
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	123.257	124.909	144.623
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	2.908.132	2.371.622	1.123.414
Total de passivos fiscais diferidos	3.031.389	2.496.531	1.268.037

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação ("impairment") sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2018
Ativos Fiscais Diferidos	24.778.078	1.674.317	(186.260)	1.369.934	44.509	27.680.578
Diferenças temporárias	23.375.600	1.812.744	(186.260)	1.369.934	44.509	26.416.527
Prejuízo fiscal	866.579	(19.992)	-	-	-	846.587
CSLL 18%	535.899	(118.435)	-	-	-	417.464
Passivos fiscais diferidos	2.496.531	79.877	607.773	(153.623)	831	3.031.389
Diferenças temporárias	2.496.531	79.877	607.773	(153.623)	831	3.031.389
Total	22.281.547	1.594.440	(794.033)	1.523.557	43.678	24.649.189

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Ativos Fiscais Diferidos	24.437.112	668.483	254.733	(620.401)	38.151	24.778.078
Diferenças temporárias	23.398.886	304.231	254.733	(620.401)	38.151	23.375.600
Prejuízo fiscal	382.867	483.712	-	-	-	866.579
CSLL 18%	655.359	(119.460)	-	-	-	535.899
Passivos fiscais diferidos	1.268.037	262.088	582.363	378.693	5.350	2.496.531
Diferenças temporárias	1.268.037	262.088	582.363	378.693	5.350	2.496.531
Total	23.169.075	406.395	(327.630)	(999.094)	32.801	22.281.547

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Ativos Fiscais Diferidos	30.575.504	(5.318.219)	(1.580.025)	652.599	107.253	24.437.112
Diferenças temporárias	29.538.257	(5.319.198)	(1.580.025)	652.599	107.253	23.398.886
Prejuízo fiscal	381.888	979	-	-	-	382.867
CSLL 18%	655.359	-	-	-	-	655.359
Passivos fiscais diferidos	312.420	(551.692)	962.406	93.991	-	817.125
Diferenças temporárias	312.420	(551.692)	962.406	93.991	-	817.125
Total	30.263.084	(4.766.527)	(2.542.431)	558.608	107.253	23.619.987

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2018 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$1.216.311 (2017 – R\$241.708 e 2016 – R\$129.147), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos				Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	CSLL 18%	Total	Diferenças temporárias	Total
2019	7.333.779	577.409	377.209	8.288.397	390.185	390.185
2020	6.904.740	89.812	40.255	7.034.807	402.875	402.875
2021	7.379.268	37.414	-	7.416.682	341.120	341.120
2022	805.995	49.896	-	855.891	236.583	236.583
2023 a 2025	1.576.899	11.929	-	1.588.828	236.583	236.583
2026 a 2027	1.394.447	80.127	-	1.474.574	854.424	854.424
2028 a 2032	1.021.399	-	-	1.021.399	569.619	569.619
Total	26.416.527	846.587	417.464	27.680.578	3.031.389	3.031.389

25. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Despesas provisionadas e receitas diferidas ⁽¹⁾	3.193.291	3.036.374	2.925.598
Transações em andamento ⁽³⁾	925.336	980.501	916.844
Provisão para pagamento com base em ações	260.739	270.626	212.384
Passivos por contratos de seguros	1.797.167	1.587.603	1.584.303
Outros ⁽²⁾	2.918.615	2.138.817	2.559.970
Total	9.095.148	8.013.921	8.199.099

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

26. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- Ajuste ao valor de mercado - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.
- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.
- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido
a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Nota 6 e 7), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

Em milhares de Reais				2018
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	3.917.451	(1.608.673)	2.308.778	85.395.136
Títulos privados	1.546.895	(1.863.092)	(316.197)	555
Total	5.464.346	(3.471.765)	1.992.581	85.395.691

a.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como disponíveis para venda (Nota 6 e 7), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros para Venda em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (IAS 39) é a seguinte:

Em milhares de Reais				2017
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.616.486	(6.942)	1.609.544	79.462.303
Títulos privados	10.694	(2.227)	8.467	5.254.444
Instrumentos de Patrimônio				
No país	230.722	(35.159)	195.563	1.106.637
Sendo:				
Listado em Bolsa	156.236	(5.322)	150.914	965.547
Não Listado em Bolsa	74.486	(29.837)	44.649	141.090
Total	1.857.902	(44.328)	1.813.574	85.823.384

Em milhares de Reais				2016
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	454.609	(31.288)	423.321	50.384.382
Títulos privados	101.593	(6.501)	95.092	5.445.190
Instrumentos de Patrimônio				
No país	220.535	(72.758)	147.777	1.985.473
Sendo:				
Listado em Bolsa	147.844	(50.269)	97.575	1.024.505
Não Listado em Bolsa	72.691	(22.489)	50.202	960.968
Total	776.737	(110.547)	666.190	57.815.045

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - *Hedge* de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de *hedge* que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Assim, os valores que apresentam atualmente perdas de valorização serão compensado no futuro por ganhos gerados por instrumentos de *hedge*

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2017, esse hedge foi descontinuado (Nota 8.a5) Em 2016, não foi identificada nenhuma parcela inefetiva (Nota 8.a5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

27. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	447	395	441
Santander Brasil Advisory Services S.A	-	-	529
Getnet S.A.	249.007	206.105	168.863
Olé Consignado S.A.	116.967	82.432	30.425
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	-	-	318.498
BW Guirapá S.A.	-	-	68.691
Banco PSA Finance Brasil S.A.	155.399	147.295	138.057
Santander FI SBAC (1)	62.595	-	-
Rojo Entretenimento S.A.	7.015	-	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Atual denominação Social da Ipanema Empreendimentos e Participações)	1.155	667	-
Total	592.585	436.894	725.504

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Lucro atribuível às participações não-controladoras	217.441	213.984	130.355
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	25	48	41
Santander Brasil Advisory Services S.A	-	-	34
Getnet S.A.	55.518	48.842	27.209
Olé Consignado S.A.	138.527	53.286	5.432
Santander Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	-	92.365	98.717
BW Guirapá S.A.	-	(776)	(2.957)
Banco PSA Finance Brasil S.A.	17.914	19.884	1.879
Santander FI SBAC	4.141	-	-
Rojo Entretenimento S.A.	166	-	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Atual denominação Social da Ipanema Empreendimentos e Participações)	1.150	335	-

(1) O Fundo SBAC é um fundo de investimento exclusivo do Santander Consolidado e muitas empresas têm seus investimentos nele. Como algumas empresas têm uma parcela de acionistas não controladores, esse valor se refere à avaliação do patrimônio daquele Fundo e, como consequência, o efeito sobre cada empresa.

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	436.894	725.504	435.062
Mudança no escopo de consolidação (1) (2)	6.849	(660.230)	159.469
Incorporação/Aquisição (4)	-	296.184	-
Dividendos pagos / Juros sobre capital próprio	(60.936)	(133.641)	(18.140)
Aumento de Capital (3)	48.000	-	20.000
Lucro atribuível às participações não-controladoras	217.441	213.984	130.355
Plano de benefícios a funcionários (Efeitos da adoção das alterações do IAS 19)	-	(1.790)	(1.604)
Atualização PUT Olé Consignado S.A.	(106.440)	-	-
Atualização das Cotas do Fundo SBAC	58.454	-	-
Outros	(7.677)	(3.117)	362
Saldo no encerramento do exercício	592.585	436.894	725.504

(1) Em 2017 refere-se, principalmente, a participação de não-controladores da BW Guirapá, em 2016 refere-se a BW Guirapá e Banco PSA Finance Brasil.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

(2) Em 2017 refere-se principalmente ao saldo de Participação de não-controladores da Santander Corretora de Seguros.

(3) Aumento de capital social do Olé Consignado.

(4) Em 2017 refere-se principalmente ao saldo de Participação de não-controladores da Santander Corretora de Seguros, antes dos eventos de incorporação (Nota 3).

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			2018		Ações - mil	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	82.043	107.699	189.742	66.207	91.779	157.986
De Domiciliados no exterior	3.736.652	3.572.137	7.308.789	3.752.488	3.588.057	7.340.545
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(13.317)	(13.317)	(26.634)	(5.845)	(5.845)	(11.690)
Total em circulação	3.805.378	3.666.519	7.471.897	3.812.850	3.673.991	7.486.841

			2016	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ações - mil
De Domiciliados no País	67.498	92.949	160.447	
De Domiciliados no Exterior	3.783.473	3.619.163	7.402.636	
Total	3.850.971	3.712.112	7.563.083	
(-) Ações em tesouraria	(25.786)	(25.786)	(51.572)	
Total em circulação	3.825.185	3.686.326	7.511.511	

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais levantados em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		2018
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares (2) (6)	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	600.000	76,4985	84,1484	160,6469
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	2.880.000	367,4149	404,1564	771,5713
Dividendos Intercalares (5) (6)	1.920.000	244,9433	269,4376	514,3808
Total	6.600.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$64,8808, preferenciais - R\$71,3689 e Units - R\$136,2497 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 setembro de 2018, ordinárias - R\$65,0237, preferenciais - R\$71,5261 e Units - R\$136,5498 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018, ordinárias - R\$312,3027, preferenciais - R\$343,5329 e Units - R\$655,8356 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018 e pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		2017
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (6)}	500.000	63,3780	69,7158	133,0938
Juros sobre o Capital Próprio ^{(2) (6)}	500.000	63,5280	69,8808	133,4088
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (6)}	500.000	63,5917	69,9509	133,5427
Dividendos Intercalares ^{(4) (6)}	2.500.000	318,2994	350,1293	668,4287
Juros sobre o Capital Próprio ^{(5) (6)}	2.300.000	292,8354	322,1190	614,9544
Total	6.300.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2017, ordinárias - R\$53,8713, preferenciais - R\$59,2584 e Units - R\$113,1297 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 26 de maio de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em julho de 2017, ordinárias - R\$53,9988, preferenciais - R\$59,3987 e Units - R\$113,3975 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 25 de agosto de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2017, ordinárias - R\$54,0530, preferenciais - R\$59,4583 e Units - R\$113,5113 líquidos de impostos. Foram pagos a partir de 26 de outubro de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017. Foram pagos em 26 de fevereiro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, ordinárias - R\$248,9101, preferenciais - R\$273,8011 e Units - R\$522,7112 líquidos de impostos. Foram pagos em 26 de fevereiro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos juros sobre capital próprio e dos dividendos intercalares serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2017.

	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units		2016
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	500.000 -	63,4290	69,7719	133,2009
Dividendos Intermediários ^{(2) (5)}	700.000	88,8309	97,7140	186,5448
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	700.000	88,8309	97,7140	186,5448
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (5)}	3.350.000	425,1192	467,6311	892,7503
Total	5.250.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2016, ordinárias - R\$53,9146, preferenciais - R\$59,3061 e Units - R\$113,2207 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2016.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2016, ordinárias - R\$361,3513, preferenciais - R\$397,4864 e Units - R\$758,8377 líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e foram pagos a partir de 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) O valor dos dividendos intermediários, intercalares e juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e serão pagos a partir de 23 de fevereiro de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 Units, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	2018		2017		2016
	Quantidade	Quantidade	Quantidade		
	Units	Units	Units	ADRs	
Ações em Tesouraria no início do período	1.773	25.786	7.080	13.138	
Aquisições de Ações	15.816	12.768	14.284	-	
Cancelamento de Ações ⁽¹⁾⁽²⁾	-	(32.276)	13.138	(13.138)	
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.272)	(4.505)	(8.716)	-	
Ações em Tesouraria no final do período	13.317	1.773	25.786	-	
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais	R\$ 460.550	R\$ 148.246	R\$ 513.889	R\$ 0	
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 882	R\$ 194	R\$ 145	R\$ 0	
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 461.432	R\$ 148.440	R\$ 514.034	R\$ 0	

Custo / Cotação da Ação	Units	Units	Units	ADRs
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55	US\$ 4,37
Custo médio ponderado	R\$28,59	R\$24,41	R\$19,93	US\$ 6,17
Custo máximo	R\$43,84	R\$32,29	R\$26,81	US\$ 10,21
Cotação da Ação	R\$42,70	R\$31,88	R\$28,32	US\$ 8,58

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em uma perda de R\$15.868 (2017 – perda de R\$2.498 e 2016 – perda de R\$11.574), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

29. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2018	2017	2016
Lucro atribuível à controladora	12.582.477	8.924.064	7.334.563
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.604,34	1.133,43	929,93
Ações preferenciais	1.764,78	1.246,77	1.022,92
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.108.349	4.332.026	3.560.288
Ações preferenciais	6.474.128	4.592.038	3.774.275
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.807.386	3.822.057	3.828.555
Ações preferenciais	3.668.527	3.683.145	3.689.696

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2018	2017	2016
Lucro atribuível à controladora	12.582.477	8.924.064	7.334.563
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.604,34	1.132,44	929,03
Ações preferenciais	1.764,78	1.245,69	1.021,93
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.108.349	4.331.955	3.560.222
Ações preferenciais	6.474.128	4.592.109	3.774.341
Média Ponderada das ações em circulação - Diluído			
Ações ordinárias			
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (1)	-	3.257	3.656
Ações preferenciais			
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações (1)	-	3.257	3.656

(1) O período de exercício da Opção de Compra do plano de Incentivo de Longo Prazo SOP 2013 foi encerrado em junho de 2018. O Banco não possui planos de remuneração baseado em ações vigentes (Nota 40) e conseqüentemente não possui itens antidiluíveis.

30. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A nova política do Banco Santander sobre classificação de instrumentos na hierarquia de valor justo vigente a partir de setembro/2018, introduziu procedimentos mais granulares acerca dos processos de classificação de instrumentos. Foram incluídas definições relativas a instrumentos, fatores de

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

risco e prazos bem como sobre o grau de observabilidade de preços nos mercados, bem como sobre sua relevância no modelo de mensuração de seu valor justo. A aplicação das novas definições a partir de setembro de 2018 resultou nas reclassificações de certos instrumentos financeiros, conforme demonstrado na seção "Movimentação de Valor Justo de Nível 3".

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo

Em milhares de Reais				2018
	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.660.859	40.540.054	510.887	43.711.800
Instrumentos de dívida	2.660.859		510.887	3.171.746
Reservas no Banco Central do Brasil	-	40.540.054	-	40.540.054
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.855.112	17.626.932	1.370.270	68.852.314
Instrumentos de dívida	49.094.924	432.910	538.635	50.066.469
Instrumentos de patrimônio	757.843	8.490	-	766.333
Derivativos	2.345	17.185.532	831.635	18.019.512
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	142.732	619.798	154.947	917.477
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	619.180	-	619.180
Instrumentos de patrimônio	142.732	618	154.947	298.297
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	83.283.924	1.442.797	709.956	85.436.677
Instrumentos de dívida	83.253.117	1.442.797	699.777	85.395.691
Instrumentos de patrimônio	30.807	-	10.179	40.986
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	343.934	-	343.934
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	32.697.510	17.600.024	641.458	50.938.992
Derivativos	1.833	17.600.024	641.458	18.243.315
Posições vendidas	32.695.677	-	-	32.695.677
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	223.520	-	223.520

(1) Não houve transferência entre níveis 1 e 2.

Em milhares de Reais				2017
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	34.380.542	18.059.034	-	52.439.576
Instrumentos de dívida	33.891.360	988.321	-	34.879.681
Instrumentos de patrimônio	489.182	588	-	489.770
Derivativos	-	17.070.125	-	17.070.125
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.593.951	64.738	33.368	1.692.057
Instrumentos de dívida	1.593.951	64.738	-	1.658.689
Instrumentos de patrimônio	-	-	33.368	33.368
Ativos financeiros disponíveis para venda	79.301.016	6.382.225	140.143	85.823.384
Instrumentos de dívida	78.335.629	6.381.118	-	84.716.747
Instrumentos de patrimônio	965.387	1.107	140.143	1.106.637
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	192.763	-	192.763
Passivos financeiros para negociação	32.808.392	16.514.154	-	49.322.546
Derivativos	-	16.514.154	-	16.514.154
Posições vendidas	32.808.392	-	-	32.808.392
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	163.332	-	163.332

(1) Não houve transferência entre níveis 1 e 2.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros para negociação	59.410.908	25.462.755	-	84.873.663
Instrumentos de dívida	59.034.363	960.583	-	59.994.946
Instrumentos de patrimônio	376.545	21.916	-	398.461
Derivativos	-	24.480.256	-	24.480.256
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.597.660	76.035	37.509	1.711.204
Instrumentos de dívida	1.592.714	76.035	-	1.668.749
Instrumentos de patrimônio	4.946	-	37.509	42.455
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.160.044	5.703.389	951.612	57.815.045
Instrumentos de dívida	50.172.609	5.656.963	-	55.829.572
Instrumentos de patrimônio	987.435	46.426	951.612	1.985.473
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	222.717	-	222.717
Passivos financeiros para negociação	31.694.269	19.925.600	-	51.619.869
Derivativos	-	19.925.600	-	19.925.600
Posições vendidas	31.694.269	-	-	31.694.269
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	311.015	-	311.015

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2018, 2017 e 2016 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

Em milhares de Reais	Total de Ganhos ou Perdas Transferências		Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo 2018	
	Valor Justo 2017	(Realizado/não Realizado) no e/ ou Fora do Nível 3				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.368	60.887	-	445.991	(29.359)	510.887
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	-	(181.355)	1.264.576	246.051	40.998	1.370.270
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	(7.280)	-	-	162.227	154.947
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	140.143	47.773	645.708	-	(123.668)	709.956
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	115.212	710.219	(183.973)	-	641.458

Em milhares de Reais	Total de Ganhos ou Perdas Transferências		Adições/ Baixas	Valor Justo 2017	
	Valor Justo 2016	(Realizado/não Realizado) no e/ ou Fora do Nível 3			
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	37.509	(2.555)	-	(1.586)	33.368
Ativos financeiros disponíveis para venda	951.612	18.474	-	(829.943)	140.143

Em milhares de Reais	Total de Ganhos ou Perdas Transferências		Adições	Baixas	Valor Justo 2016	
	Valor Justo 2015	(Realizado/não Realizado) no e/ ou Fora do Nível 3				
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	573.664	2.806	(14.345)	111	(524.727)	37.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	857.817	(60.934)	(3.085)	461.185	(303.371)	951.612

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro. Em 2018, não houve movimentações relevantes entre as categorias de valor justo por conta de alterações no

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

risco de crédito.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Em milhares de Reais					2018
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil (nota 4)	15.228.491	15.269.809	-	15.269.809	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	79.607.001	79.607.197	-	79.607.197	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	301.702.207	303.495.240	-	-	303.495.240
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida (nota 6)	36.799.509	38.927.356	9.766.162	29.161.194	-
Total	433.337.208	437.299.602	9.766.162	124.038.200	303.495.240

Em milhares de Reais					2017
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil (nota 4)	33.831.521	33.914.021	-	33.914.021	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento (nota 6)	10.214.454	10.587.117	7.251.246	3.335.871	-
Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	65.209.902	65.209.902	-	65.209.902	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	272.420.157	275.647.324	-	-	275.647.324
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida (nota 6)	17.616.515	17.127.511	-	17.127.511	-
Total	399.292.549	402.485.875	7.251.246	119.587.305	275.647.324

Em milhares de Reais					2016
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil (nota 4)	46.371.814	46.341.971	-	46.341.971	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento (nota 6)	10.048.761	10.555.437	6.942.173	3.613.264	-
Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 5)	65.711.001	65.711.001	-	65.711.001	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 9)	252.002.774	253.860.027	-	-	253.860.027
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida (nota 6)	16.283.259	16.003.885	-	16.003.885	-
Total	390.417.609	392.472.321	6.942.173	72.530.121	253.860.027

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em milhares de Reais **2018**

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	98.716.735	98.713.988	-	98.713.988	-
Depósitos de clientes (nota 17)	285.344.281	285.417.696	-	285.417.696	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	74.626.232	74.783.289	-	4.599.204	70.184.085
Dívidas subordinadas (nota 19)	9.885.607	9.853.157	-	9.853.157	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	9.779.944	9.782.373	-	9.782.373	-
Outros passivos financeiros (nota 21)	49.782.780	49.782.780	-	-	49.782.780
Total	528.135.579	528.333.283	-	408.366.418	119.966.865

Em milhares de Reais **2017**

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	79.068.604	79.068.564	-	-	79.068.564
Depósitos de clientes (nota 17)	258.482.156	258.576.177	-	-	258.576.177
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	70.247.012	70.245.820	-	2.000.552	68.245.268
Dívidas subordinadas (nota 19)	519.230	528.799	-	-	528.799
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	8.436.901	8.436.901	-	8.436.901	-
Outros passivos financeiros (nota 21)	44.260.735	43.003.735	-	-	43.003.735
Total	461.014.638	459.859.996	-	10.437.453	449.422.543

Em milhares de Reais **2016**

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito (nota 16)	78.319.960	78.323.271	-	-	78.323.271
Depósitos de clientes (nota 17)	231.079.303	231.125.526	-	-	231.125.526
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	99.842.955	99.671.288	-	7.321.870	92.349.418
Dívidas subordinadas (nota 19)	466.246	452.439	-	-	452.439
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	8.311.918	8.311.918	-	8.311.918	-
Outros passivos financeiros (nota 21)	36.879.099	35.622.099	-	-	35.622.099
Total	454.899.481	453.506.541	-	15.633.788	437.872.753

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 2.e.

31. Índices operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e Capital Principal compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) foi de 11% até 31 de dezembro de 2015, até 31 de dezembro de 2016 era 9,875%, decaindo gradualmente até 8% em janeiro de 2019. O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 6% a partir de 1º de janeiro de 2015 e o requerimento mínimo de Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda as Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	Conglomerado Financeiro		
	2018 (1)	2017 (1)	2016 (1)
Patrimônio de Referência Nível I	61.476.715	56.386.001	56.264.021
Capital Principal	56.581.518	52.196.893	52.136.837
Capital Complementar	4.895.197	4.189.108	4.127.184
Patrimônio de Referência Nível II	4.887.175	4.250.447	4.280.864
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	66.363.890	60.636.448	60.544.885
Patrimônio de Referência Exigido	440.562.919	383.132.693	36.669.570
Parcela de Risco de Crédito	358.955.592	324.696.458	31.309.944
Parcelas de Risco de Mercado (2)	39.231.773	25.857.109	2.388.626
Parcela de Risco Operacional (3)	42.375.554	32.579.126	2.971.000
Índice de Basileia Nível I	13,95	14,72	15,15
Índice de Basileia Capital Principal	12,84	13,62	14,04
Índice de Basileia	15,06	15,83	16,30

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Para calcular a alocação de capital para risco de crédito foram consideradas modificações e inclusões do BACEN circular 3.714 de 20 de agosto de 2014, BACEN circular 3.770 de 29 de outubro de 2015, que altera circular 3.644 de 4 de março de 2013.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, e Patrimônio de Referência Exigido (PRE) o qual não é extensão das Demonstrações Financeiras e não é auditado. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo tangível de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo tangível, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

32. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2018, 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	5.095.828	5.953.765	7.315.570
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.977.670	5.107.355	7.472.729
Empréstimos e adiantamentos a clientes	46.471.507	44.507.217	43.977.981
Instrumentos de dívida	13.629.167	13.456.802	14.783.164
Outros juros	2.304.221	2.393.210	3.596.633
Total	70.478.393	71.418.349	77.146.077

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

33. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do *hedge* e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2018, 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Depósitos de instituições de crédito	5.367.471	3.782.781	3.369.931
Depósitos de clientes	13.576.866	19.490.807	25.693.236
Títulos de dívida e passivos subordinados:			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	4.606.949	7.901.199	12.212.922
Dívidas subordinadas (nota 19)	25.336	52.984	731.594
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 20)	604.216	495.188	501.748
Planos de previdência (nota 22.b)	343.137	292.628	290.920
Outros juros (1)	4.033.076	4.456.273	3.759.233
Total	28.557.051	36.471.860	46.559.584

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas

34. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros para negociação	-	18.458	21.489
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	27.047		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	64.662	237.056
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.576	-	-
Total	32.623	83.120	258.545

35. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	1.070.258	970.293	789.996
Contas à vista	2.311.925	2.156.384	1.786.175
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	5.854.503	4.985.306	4.090.766
Cheques e outros	169.872	172.718	169.100
Ordens de pagamento	622.405	471.763	364.102
Total	10.028.962	8.756.464	7.200.139
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	717.924	819.748	1.014.401
Seguros	2.975.661	2.414.478	2.114.316
Capitalização	402.859	363.516	325.531
Total	4.096.444	3.597.742	3.454.248
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	448.914	513.727	357.513
Negociação de títulos e valores mobiliários	137.617	114.015	115.334
Administração e custódia	41.794	191.987	65.667
Gestão de bens	2.173	2.353	1.863
Total	630.497	822.082	540.377
Outros:			
Cambiais	934.801	742.676	722.912
Garantias financeiras	708.819	672.801	634.375
Outros tarifas e comissões	1.328.928	1.223.778	996.430
Total	2.972.549	2.639.255	2.353.717
Total	17.728.452	15.815.543	13.548.481

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

36. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Tarifas e comissões designados a terceiros ⁽¹⁾	2.364.119	1.975.379	1.620.812
Outras tarifas e comissões	1.232.174	1.118.296	950.073
Total	3.596.293	3.093.675	2.570.885

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

37. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Ativos financeiros para negociação (1)	-	1.174.111	3.166.399
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(138.673)	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação (1)	(2.764.859)	-	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	61.239	-	-
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado ⁽²⁾	-	30.694	82.638
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(138.104)	(122.115)	(115.202)
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	(111.750)	(156.802)	(108.318)
Instrumentos de patrimônio	(26.354)	34.687	(6.884)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	197.595	(113.600)	(117.679)
Total	(2.782.802)	969.090	3.016.156

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 24).

(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

38. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Receitas com Variações Cambiais	12.752.765	24.008.382	16.634.809
Despesas com Variações Cambiais	(15.559.237)	(23.403.326)	(12.059.995)
Total	(2.806.471)	605.056	4.574.814

39. Outras despesas operacionais (líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Outras receitas operacionais (1)	556.715	896.279	690.310
Outras despesas operacionais (1)	(1.281.764)	(1.259.338)	(1.067.560)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(330.801)	(308.954)	(247.321)
Total	(1.055.850)	(672.013)	(624.571)

(1) Em 31 de dezembro de 2018 é composto principalmente por Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$67.724 (2017 - 73.664 e 2016 - R\$61.186), Despesas de Serviços no saldo de R\$26.852 (2017 - receita de R\$87.199 e 2016 - R\$74.322), Despesas com Fundo Garantidor de Benefícios - FGB R\$34.996 (2017 - 5.334 e 2016 - R\$172.699), Resultado com Juros sobre Capital Próprio R\$38.006 (2017 - 20.826 e 2016 - R\$305) e Recuperação de Encargos e Despesas R\$92.408 (2017 - 89.409 e 2016 - 72.360).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

40. Despesas com pessoal**a) Composição**

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Remuneração direta	5.812.688	5.713.702	5.377.284
Encargos	1.404.537	1.381.229	1.273.486
Benefícios	1.387.078	1.309.314	1.277.781
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22)	8.939	20.081	24.480
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	131.388	87.099	86.576
Remuneração com base em ações	58.050	87.293	86.963
Treinamento	62.756	58.338	62.518
Outras despesas de pessoal	340.571	280.222	188.177
Total	9.206.007	8.937.278	8.377.265

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações (Nota 25) e despesas de Pessoal (Nota 40.a).

b.1) Programa Local

Em 30 de junho de 2018, tivemos o encerramento do Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações Units (SOP 2013), aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2018, permanece em aberto é o Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High, para o segmento Private Banking.

(i) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: foi um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreendeu entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de *performance* do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP 2013 (1) % de Ações Passíveis de Exercício
1º	100%
2º	75%
3º	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A.) em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$36,25 (31/12/2017 - R\$28,47 e 31/12/2016 - R\$19,94).

Nos exercícios de 2018 e 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2016 - R\$15.789), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Fim do Exercício
Saldo dos Planos em 31/12/2016	1.986.258					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(869.247)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 31/12/2017	1.117.011					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(732.169)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (SOP 2013)	(384.842)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 31/12/2018	-					

(ii) Plano de Incentivo a Longo Prazo Local - Dinheiro

Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High: tem como objetivo alinhar os interesses do Banco Santander e do Participante com objetivo, de um lado, ao crescimento e lucratividade do negócio de *Private* e, de outro lado, ao reconhecimento da contribuição do Participante. O Plano tem como objetivo o pagamento pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável.

Cada participante possui um *target* referência em Reais e o valor exato da gratificação será determinado por meio da aferição dos indicadores de *performance* a seguir relacionados, sendo os pagamentos realizados em duas parcelas: a primeira em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Indicadores - Fase 1 (Valor de Referência)

- BAI de 2017.

Indicadores - Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)

- BAI - 50% (Indicador de Benefícios antes do Impostos do Segmento *Private Ultra High*);
- MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Líquida do Segmento *Private Ultra High*); e
- AUM - 25% (Indicador *Assets Under Management* (Ativos sobre Gestão) do Segmento *Private Ultra High*).

Em dezembro de 2018, ocorreu a reversão da provisão registrada referente ao plano de incentivo a longo prazo local – *Private Ultra High* devido a probabilidade do não cumprimento da condição de aquisição relacionada a meta de desempenho. A Administração acompanhará o parâmetro de *performance* do plano até dezembro de 2019. O valor da despesa com a provisão referente a este plano registrada em 2017 era de R\$2.935.

b.2) Programa Global
Política de incentivos a longo prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano estava sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação seria em ações do Grupo Santander Espanha.

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivo de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valor Justo do Plano Global
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2014

Foi considerado que os beneficiários não deixaram o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, e elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) foram classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação foi revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55%	0,55%	0,55%

O indicador utilizado para mensurar o atingimento dos targets foi a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador foi apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo possuía um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que seriam entregues em parcelas nos anos de 2017 e 2018, com restrição de venda de um ano depois de cada entrega.

Finalizado o período de aferição, os indicadores de *performance* não foram atingidos e o plano foi encerrado sem pagamento da remuneração pretendida.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV – Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Indicadores - Fase 1

- RTA versus Concorrentes; e
- RoTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento.

Indicadores - Fase 2

- RTA versus Concorrentes;
- RoTE Banco versus Orçamento;
- Satisfação dos funcionários;
- Satisfação dos clientes; e
- Vinculação de Empresas versus Orçamento.

Cada executivo tem um target em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de um ano após a entrega.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do exercício	Data final do exercício
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
Ações canceladas (Outorga 2014)	(1.613.057)	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2018	1.775.049				

Em 2018, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$5.624 (2017 - R\$4.797 e 2016 – não foram registradas despesas), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b.3) Remuneração Variável Referenciada em Ações

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

A aprovação da proposta do plano de incentivo em vigor (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

a) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registrados despesas no valor de R\$50.896 (2017 - R\$81.838 e 2016 - R\$52.500), referente a provisão do plano de diferimento em ações.

b) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registradas despesas no valor de R\$74.871 (2017 - R\$124.926 e 2016 - R\$79.794).

41. Outras despesas administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Imóveis, instalações e materiais	1.330.549	1.284.490	1.278.556
Tecnologia e sistemas	1.786.416	1.364.720	1.246.809
Publicidade	621.645	617.563	486.772
Comunicações	457.323	593.272	488.799
Ajudas de custo e despesas de viagem	127.277	106.956	133.123
Tributos exceto imposto de renda	88.977	122.570	84.932
Serviços de vigilância e transporte de valores	617.129	630.466	622.362
Prêmios de seguros	29.434	27.289	21.308
Serviços técnicos especializados	2.089.614	1.901.056	1.744.726
Relatórios técnicos	359.468	370.546	437.683
Outros serviços técnicos e especializados	1.730.146	1.530.510	1.307.043
Outras despesas administrativas (1)	437.767	534.935	435.758
Total	7.586.131	7.183.317	6.543.145

(1) Em 31 de dezembro de 2018 é composto principalmente por Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$67.724 (2017 - 73.664 e 2016 - R\$61.186), Despesas de Serviços no saldo de R\$26.852 (2017 - receita de R\$87.199 e 2016 - R\$74.322), Despesas com Fundo Garantidor de Benefícios - FGB R\$34.996 (2017 - 5.334 e 2016 - R\$172.699), Resultado com Juros sobre Capital Próprio R\$38.006 (2017 - 20.826 e 2016 - R\$305) e Recuperação de Encargos e

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Despesas R\$92.408 (2017 -89.409 e 2016 - 72.360).

b) Outras informações

O saldo dos "Relatórios técnicos" incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhões de Reais	2018	2017	2016
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas ⁽¹⁾ constantes no escopo da consolidação	19,9	17,5	9,2
Relacionados a Auditoria	0,5	3,9	0,1
Outros	0,1	1,3	0,7
Total	20,5	22,7	10,0

(1) Em 2017, inclui R\$2,3 milhões referente à trabalhos de auditoria do exercício de 2016.

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$2,9 milhões (2017 - R\$3,7 milhões e 2016 - R\$1,8).

Serviços prestados por outras firmas de auditoria montam R\$1,3 milhões (2017 - R\$13,2 milhões e 2016 - R\$4,9 milhões).

42. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Ganhos	11.627	1.798	12.584
Alienação de tangíveis	11.627	1.798	12.575
Alienação de investimentos	-	-	9
Perdas	(37.103)	(66.100)	(8.768)
Alienação de tangíveis	(37.103)	(13.719)	(7.547)
Alienação de investimentos ⁽¹⁾	-	(52.381)	(1.221)
Total	(25.476)	(64.302)	3.816

(1) Em 2017, inclui o valor de R\$41.999 referente a alienação da BW Guirapá I S.A.

43. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2018, a receita de R\$181 milhões é composta principalmente por R\$ 104 milhões de receita com a reversão da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de R\$78 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes, e em 31 de dezembro de 2017, inclui principalmente, R\$272 milhões de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada e em 31 de dezembro de 2016, refere-se basicamente, ao resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes e a provisão do valor recuperável destes bens.

44. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores *notional* que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	39.081.803	40.729.544	32.629.975
Garantias financeiras	27.216.418	37.007.057	24.475.507
Garantias de desempenho	907.856	486.091	532.232
Cartas de crédito financeiras	10.860.425	3.110.918	7.462.761
Outros	97.104	125.478	159.475
Outras exposições contingentes	3.178.671	1.915.492	635.055
Créditos de documentação	3.178.671	1.915.492	635.055
Total de passivos contingentes	42.260.474	42.645.036	33.265.030
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	122.652.229	106.913.219	91.251.198
Total de compromissos	122.652.229	106.913.219	91.251.198
Total	164.912.704	149.558.255	124.516.228

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credit*s) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$330.018 (2017 - R\$446.143 e 2016 - R\$476.564).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.w).

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Fundos sob gestão	1.896.689	1.747.623	1.533.620
Fundos Administrados	200.366.261	188.728.634	158.734.032
Total	202.262.950	190.476.257	160.267.652

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$34.040.742 (2017 - R\$40.459.429 e 2016 - R\$27.772.714).

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2018 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	31.323.554	392.791	-	-	-	-	31.716.345
Instrumentos de dívida	27.402	51.255.820	25.903.428	13.186.253	26.367.903	58.692.609	175.433.415
Instrumentos de patrimônio	839.620	34.420	231.576	-	-	-	1.105.616
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	57.528.022	8.449.138	844.658	12.739.730	11.371	34.082	79.607.001
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	111.595.396	75.100.836	63.043.973	21.397.689	29.934.313	301.072.207
Derivativos	-	13.815.791	1.240.161	1.114.446	1.074.875	1.118.173	18.363.446
Total	89.718.598	185.543.356	103.320.659	90.084.402	48.851.838	89.779.177	607.298.030
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	1.139	55.872.675	18.564.342	19.850.530	2.598.172	2.135.948	99.022.806
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	65.241.618	102.942.180	76.987.570	42.399.934	16.624.469	2.029	304.197.800
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	11.104.594	26.741.036	22.479.019	5.854.091	8.447.492	74.626.232
Dívidas subordinadas	9.885.607	-	-	-	-	-	9.885.607
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	9.779.944	9.779.944
Outros passivos financeiros	66.265	31.566.995	35.648	18.086.272	-	27.600	49.782.780
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	206.423	7.639.956	8.863.577	32.195.605	604.593	1.428.838	50.938.992
Posições vendidas	206.423	-	1.139.847	31.349.407	-	-	32.695.677
Derivativos	-	7.639.956	7.723.730	1.069.718	604.593	1.428.838	18.466.835
Total	75.401.052	209.126.400	131.192.173	167.430.485	25.681.325	21.821.851	649.396.673
Diferença (ativo e passivo)	14.317.546	(22.963.864)	(27.871.514)	(45.150.478)	23.170.513	67.957.326	9.459.529

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2017 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	20.642.321	13.482.432	-	-	-	-	34.124.753
Instrumentos de dívida	609.220	1.887.278	21.978.394	31.669.850	19.379.308	45.731.067	121.255.117
Instrumentos de patrimônio	66.187	124.304	305.073	842.090	-	292.121	1.629.775
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	38.137.344	15.235.629	182.721	10.382.061	18.166	1.253.981	65.209.902
Empréstimos e adiantamentos a clientes	31.065.824	70.301.530	61.286.539	63.375.203	17.796.364	28.594.697	272.420.157
Derivativos	-	426.577	1.034.248	9.470.073	4.357.636	1.974.354	17.262.888
Total	90.520.896	101.457.750	84.786.975	115.739.277	41.551.474	77.846.220	511.902.592
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	394.396	21.636.392	44.696.680	6.797.838	2.717.941	3.131.438	79.374.685
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	64.512.105	103.511.031	48.339.761	42.494.421	17.176.009	8.814	276.042.141
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	14.315.305	35.636.549	17.923.372	1.491.866	879.920	70.247.012
Dívidas subordinadas	-	-	519.230	-	-	-	519.230
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	114.104	-	-	-	8.322.797	8.436.901
Outros passivos financeiros	11.710.943	30.985.465	1.537.689	26.638	-	-	44.260.735
Passivos financeiros para negociação:							
Posições vendidas	-	-	466.000	8.960.806	7.476.079	15.905.507	32.808.392
Derivativos	-	769.619	975.945	8.244.193	4.239.198	2.448.531	16.677.486
Total	76.617.444	171.331.916	132.171.854	84.447.268	33.101.093	30.697.007	528.366.582
Diferença (ativo e passivo)	13.903.452	(69.874.166)	(47.384.879)	31.292.009	8.450.381	47.149.213	(16.463.990)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2016 Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	14.683.735	11.600.834	-	-	-	-	26.284.569
Instrumentos de dívida	-	21.709.350	10.136.133	26.674.215	28.135.295	30.838.274	117.493.267
Instrumentos de patrimônio	593.594	48.054	252.087	486.408	21.313	1.024.933	2.426.389
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	39.961.892	14.450.530	923.308	532.399	34.458	9.808.414	65.711.001
Empréstimos e adiantamentos a clientes	30.408.851	68.218.474	60.047.442	54.558.381	17.357.244	21.412.382	252.002.774
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de Dívida	822.874	1.287.372	2.960.099	5.044.803	4.472.758	1.695.353	16.283.259
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	-	12.378	371.621	1.173.360	8.491.402	10.048.761
Derivativos	620.422	9.209.421	3.571.126	3.813.687	5.481.210	2.007.107	24.702.973
Total	87.091.368	126.524.035	77.902.573	91.481.514	56.675.638	75.277.865	514.952.993

Passivo:

Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾							
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	60.919.032	64.154.475	68.505.808	39.630.274	14.003.821	231.767	247.445.177
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	21.833.927	56.637.880	20.620.077	312.143	438.928	99.842.955
Dívidas subordinadas	-	-	-	466.246	-	-	466.246
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	113.995	-	-	-	8.197.923	8.311.918
Outros passivos financeiros	3.004.041	33.559.710	356	7.992	-	307.000	36.879.099
Passivos financeiros para negociação:							
Posições vendidas	-	743	2.887.723	8.333.584	3.344.083	17.128.136	31.694.269
Derivativos	333.287	8.052.349	2.506.131	2.523.506	5.376.180	1.445.162	20.236.615
Total	65.026.827	168.296.224	153.852.904	79.797.057	25.854.322	30.683.017	523.510.351

Diferença (ativo e passivo) **22.064.541** **(41.772.189)** **(75.950.331)** **11.684.457** **30.821.316** **44.594.848** **(8.557.358)**

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2018		2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	6.947.282	-	126.022	-	174.605	-
Ativos/passivos financeiros para negociação	-	-	626.101	2.982.336	402.186	371.100
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	1.211.296	101.833	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	11.665.952	-	9.787.622	-
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.049.727	-	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	18.703.454	-	28.061.831	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	17.912.203	35.567.194	-	36.306.000	-	39.465.409
Total	33.120.508	35.669.027	31.121.529	39.288.336	38.426.244	39.836.509

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2018	2017	2016
Até 1 Ano	670.553	624.424	646.804
Entre 1 a 5 Anos	1.435.970	1.545.101	1.789.670
Mais de 5 Anos	167.868	288.420	496.802
Total	2.274.391	2.457.945	2.933.276

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$674 (2017 - R\$934 e 2016 - R\$1.013) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

como despesa no exercício de 2018 foram no valor de R\$683.011 (2017 - R\$655.949 e 2016 - R\$663.801).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

45. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou, os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.

O Banco possui dois segmentos, o comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica. As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais

2018

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	39.390.512	2.530.830	41.921.342
Receitas de instrumentos de patrimônio	9.974	22.649	32.623
Resultado de equivalência patrimonial	65.958	-	65.958
Receita líquida de tarifas e comissões	12.537.112	1.595.047	14.132.159
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(6.752.093)	1.162.820	(5.589.273)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(965.466)	(90.384)	(1.055.850)
TOTAL DE RECEITAS	44.285.998	5.220.961	49.506.959
Despesas com pessoal	(8.404.198)	(801.809)	(9.206.007)
Outras despesas administrativas	(7.186.035)	(400.096)	(7.586.131)
Depreciação e amortização	(1.637.484)	(102.475)	(1.739.959)
Provisões (líquidas)	(1.947.578)	(52.026)	(1.999.604)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(12.419.979)	(293.456)	(12.713.435)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(450.201)	(58.109)	(508.310)
Outros ganhos (perdas) financeiros	156.258	-	156.258
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	12.396.779	3.512.992	15.909.771
Hedge Cambial (1)	5.867.320	-	5.867.320
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	18.264.099	3.512.992	21.777.091

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais **2017**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	32.392.239	2.554.250	34.946.489
Receitas de instrumentos de patrimônio	83.120	-	83.120
Resultado de equivalência patrimonial	71.551	-	71.551
Receita líquida de tarifas e comissões	11.261.952	1.459.916	12.721.868
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(25.628)	1.599.774	1.574.146
Outras despesas operacionais (Líquida)	(640.522)	(31.491)	(672.013)
TOTAL DE RECEITAS	43.142.712	5.582.449	48.725.161
Despesas com pessoal	(8.166.562)	(770.716)	(8.937.278)
Outras despesas administrativas	(7.011.740)	(171.577)	(7.183.317)
Depreciação e amortização	(1.560.465)	(101.782)	(1.662.247)
Provisões (líquidas)	(3.190.388)	(118.851)	(3.309.239)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.232.902)	(1.105.398)	(12.338.300)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(435.960)	(20.751)	(456.711)
Outros ganhos (perdas) financeiros	(324.385)	-	(324.385)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	11.220.310	3.293.374	14.513.684
Hedge Cambial (1)	809.694	-	809.694
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	12.030.004	3.293.374	15.323.378

Em milhares de Reais **2016**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	27.365.857	3.220.636	30.586.493
Receitas de instrumentos de patrimônio	258.545	-	258.545
Resultado de equivalência patrimonial	47.537	-	47.537
Receita líquida de tarifas e comissões	9.580.332	1.397.264	10.977.596
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	5.619.356	1.971.614	7.590.970
Outras despesas operacionais (Líquida)	(611.051)	(13.520)	(624.571)
TOTAL DE RECEITAS	42.260.576	6.575.994	48.836.570
Despesas com pessoal	(7.638.124)	(739.141)	(8.377.265)
Outras despesas administrativas	(6.272.987)	(270.158)	(6.543.145)
Depreciação e amortização	(1.381.742)	(100.897)	(1.482.639)
Provisões (líquidas)	(2.685.278)	(39.464)	(2.724.742)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(11.607.468)	(1.693.977)	(13.301.445)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(114.154)	(167)	(114.321)
Outros ganhos (perdas) financeiros	90.889	-	90.889
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	12.651.712	3.732.190	16.383.902
Hedge Cambial (1)	(6.717.250)	-	(6.717.250)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	5.934.462	3.732.190	9.666.652

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

2018

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	646.128.672	77.736.335	723.865.007
Empréstimos e adiantamentos a clientes	236.792.060	64.280.147	301.072.207
Depósitos de clientes	227.689.079	76.508.721	304.197.800

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

			2017
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	580.090.402	65.612.637	645.703.039
Empréstimos e adiantamentos a clientes	217.539.344	54.880.813	272.420.157
Depósitos de clientes	225.926.433	50.115.708	276.042.141

			2016
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	557.624.385	76.768.855	634.393.240
Empréstimos e adiantamentos a clientes	191.433.209	60.569.565	252.002.774
Depósitos de clientes	228.923.947	18.521.230	247.445.177

46. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2018 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2018, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2018.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Remuneração fixa	90.580	83.633	90.169
Remuneração variável - Em espécie	48.526	42.718	37.479
Remuneração variável - Em ações	34.155	34.567	31.802
Outros (1)	54.494	11.919	14.580
Total Benefícios de curto prazo	227.755	172.837	174.030
Remuneração variável - Em espécie	31.797	31.268	25.581
Remuneração variável - Em ações	30.060	34.455	75.069
Total Benefícios de longo prazo	61.857	65.723	100.650
Total (2)	289.612	238.560	274.680

(1) No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

(2) Refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$36.356 (2017 - R\$30.713 e 2016 - R\$30.312).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

	2018					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores (*)	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total em Circulação	3.805.378	99,7%	3.666.519	99,6%	7.471.897	99,6%
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

	2017					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
GES ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107	0,1%
Administradores (*)	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032	0,1%
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925	10,1%
Total em Circulação	3.812.850	99,8%	3.673.991	99,8%	7.486.841	99,8%
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690	0,2%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032	10,2%

	2016					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
GES ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.965	13,6%	519.268	14,0%	1.041.233	13,8%
Qatar Holding, LLC	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.914	0,1%	3.929	0,1%	7.843	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	174.238	4,5%	202.028	5,5%	376.266	5,0%
Total	3.825.185	99,4%	3.686.326	99,4%	7.511.511	99,4%
Ações em Tesouraria	25.786	0,6%	25.786	0,6%	51.572	0,6%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
Free Float ⁽²⁾	385.964	10,0%	413.769	11,1%	799.733	10,6%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

c.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 *Units* de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 *Units* para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por *Unit* de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de *Units* da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de *Units*, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais	2018		
	Controladora (1)	Coligadas e controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	8.169.537	3.112.734	1.381.770
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(72.815)	205.337	266.027
Banco Santander, S.A. – Espanha	(72.815)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	266.027
Banco RCI Brasil S.A.	-	205.337	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.194.590	-	146.988
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	8.194.590	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	7.883
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	87.260
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	193
Santander UK plc	-	-	46.615
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	5.037
Empréstimos e adiantamentos a clientes	347	-	966.462
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	913.875
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	45.851
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	-
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	347	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	-
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	927
Pessoal Chave da Administração ⁽⁸⁾	-	-	5.495
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	15.143	2.905.947	2.293
Banco Santander – Espanha	15.143	-	-
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) ⁽²⁾	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.905.947	-
BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial LTDA	-	-	10
Produban Brasil Tecnologia	-	-	2.091
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Banco Santander, S.A. – Uruguay ⁽²⁾	-	-	-
Outros ativos	32.272	1.450	-
Banco Santander – Espanha	32.272	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.450	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Passivo	(23.166.005)	(38.380)	(2.975.342)
Depósitos de instituições de crédito	(107.084)	(36.871)	(1.410.619)
Banco Santander, S.A. – Espanha ⁽⁴⁾	(107.084)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	-
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.151.399)
Banco Santander, S.A. – Uruguay ⁽²⁾	-	-	-
Banco Santander Río S.A. (2)	-	-	(259.220)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(36.871)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(96.133)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(96.133)
Depósitos de clientes	-	(1.509)	(1.134.675)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(58.968)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽¹⁾	-	-	(234.249)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(190.674)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(126.988)
Webmotors S.A.	-	(1.509)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(427.209)
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(18.639)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(37.889)
Outros	-	-	(40.059)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.922.473)	-	(5.544)
Banco Santander Espanha	(609.159)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	(1.242.259)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	(2.071.055)	-	-
Banco Madesant	-	-	(1.112)
Pessoal Chave da Administração ⁽⁷⁾	-	-	(4.432)
Outras obrigações	(9.603)	-	(424.504)
Banco Santander Espanha	(9.603)	-	-
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	-	-	(14.476)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) ⁽²⁾	-	-	-
Ingeniería de Software Bancário, S.L. ⁽²⁾	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.291)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(16.924)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(381.292)
Outros	-	-	(7.521)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(19.126.845)	-	-
Banco Santander Espanha	(19.126.845)	-	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2017		
	Controladora (1)	Coligadas e Outras partes controle em conjunto	relacionadas (2)
Ativo	8.214.739	1.214.312	926.994
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(173.065)	-	(74.873)
Banco Santander Espanha	(173.065)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	(71.672)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(3.201)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.363.038	-	76.009
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	8.363.038	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	2.733
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	71.751
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	177
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	1.348
Empréstimos e adiantamentos a clientes	132	9.661	925.858
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	925.835
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	23
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾	132	-	-
Webmotors S.A.	-	9.661	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	23.896	1.203.032	-
Banco Santander Espanha	23.896	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.203.032	-
Outros ativos	738	1.619	-
Banco Santander Espanha	738	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.619	-
Passivo	(12.360.383)	(57.221)	(2.107.677)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(387.937)	(47.423)	(1.862.058)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(387.937)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(300.074)
Santander Brasil Asset	-	-	(16.766)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(1.543.752)
Banco Santander, S.A. – Uruguay ⁽²⁾	-	-	(1.466)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(47.423)	-
Depósitos de clientes	-	(9.798)	(222.473)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	(20.893)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(71.947)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ⁽²⁾	-	-	(34.410)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(55.935)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(32.334)
Webmotors S.A.	-	(9.798)	-
Outros	-	-	(6.954)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.992.820)	-	(1.132)
Banco Santander Espanha	(620.264)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ^{(1) (2)}	(1.264.470)	-	-
Sterrebeek B.V. ^{(1) (2)}	(2.108.086)	-	-
Banco Madasant ⁽²⁾	-	-	(1.132)
Outras obrigações	(2.050)	-	(22.014)
Banco Santander – Espanha	(2.050)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(69)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	237
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Espanha) ⁽²⁾	-	-	(905)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	6.762
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(27.748)
Outros	-	-	(291)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.977.576)	-	-
Banco Santander Espanha	(7.977.576)	-	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2016		
	Controladora (1)	Coligadas e Outras partes controle em conjunto	relacionadas (2)
Ativo	10.919.116	794.800	556.778
Ativos Financeiros para negociação - Derivativos, posição líquida	(184.304)	-	(400.570)
Banco Santander Espanha	(184.304)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	(91.828)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(308.742)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	10.900.941	-	94.530
Banco Santander Espanha ^{(3) (5)}	10.900.941	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽²⁾	-	-	1.261
Abbey National Treasury Services Plc ⁽²⁾	-	-	92.118
Bank Zachodni ⁽²⁾	-	-	117
Banco Santander, S.A. – México ⁽²⁾	-	-	1.034
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	136.354	862.818
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	862.553
Webmotors S.A.	-	136.354	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	265
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	25.546	656.806	-
Banco Santander Espanha	25.546	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	656.806	-
Outros ativos	176.933	1.640	-
Banco Santander Espanha	176.933	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.640	-
Passivo	(11.984.199)	(106.527)	(1.222.556)
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	(327.466)	(40.202)	(980.702)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(327.466)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(208.059)
Santander Brasil Asset	-	-	(12.079)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado ⁽²⁾	-	-	(757.874)
Banco Santander, S.A. – Uruguay ⁽²⁾	-	-	(2.158)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(40.202)	-
Outros	-	-	(532)
Depósitos de clientes	-	(66.325)	(189.794)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	(22.232)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽²⁾	-	-	(52.484)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) ⁽²⁾	-	-	(19.653)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(44.840)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(39.361)
Webmotors S.A.	-	(66.325)	-
Outros	-	-	(11.224)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.794.130)	-	(16.494)
Banco Santander Espanha	(589.227)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. ^{(1) (2)}	(1.201.612)	-	-
Sterrebeeck B.V. ^{(1) (2)}	(2.003.291)	-	-
Banco Madasant ⁽²⁾	-	-	(1.075)
Santusa Holding, S.L. ⁽²⁾	-	-	(15.419)
Outras obrigações	(2.954)	-	(35.566)
Banco Santander – Espanha	(2.954)	-	-
Santander Brasil Asset	-	-	(70)
ISBAN Brasil S.A. ⁽²⁾	-	-	(339)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.430)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(30.684)
Outros	-	-	(43)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.859.649)	-	-
Banco Santander Espanha	(7.859.649)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- (1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.
- (2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).
- (3) Em 31 de dezembro de 2018 refere-se a disponibilidades no valor de R\$1.515.437 (2017 - R\$587.531 e 2016 - R\$582.571).
- (4) Em 31 de dezembro de 2018, incluem as aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2019, no valor de R\$6.583.716 (2017 - R\$7.384.335 e 2016 - R\$10.269.812) e juros de até 2,38% a.a. mantidas, pelo Santander Brasil EFC, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
- (5) Refere-se a emissões de Eurobonds da Agência Grand Cayman, com vencimentos de 16 de janeiro de 2016 a 13 de fevereiro de 2017 e juros de 3,152% a.a e 4,625% a.a
- (6) Em fevereiro de 2016, a empresa Cia de Crédito, Financiamento e Investimentos Renault, foi incorporada pelo Banco RCI Brasil.
- (7) Do total de dividendos deliberados em 2018, R\$10.502 destinam-se ao Pessoal-Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.
- (8) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Em milhares de Reais	2018		
	Controladora (1)	Coligadas e Outras partes controle em conjunto	relacionadas (2)
Resultado	(972.799)	192.889	1.323.622
Receitas com juros e similares - Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	461
Pessoal Chave da Administração	-	-	461
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	136.250	136.666	1.080
Banco Santander Espanha	136.250	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	136.666	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	157
Cibrasec	-	-	923
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(92)	(23.146)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(8.329)
Santander Cultural	-	-	(36)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(5.743)
Webmotors S.A.	-	(92)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(215)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(8.707)
Outros	-	-	(27)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(6.889)	(5.871)	(134.896)
Banco Santander – Espanha	(6.889)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	(5.871)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(26.378)
SAM Brasil Participações	-	-	(47)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(102.928)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(4.442)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.101)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	6.213	32.960	2.653.014
Banco Santander – Espanha	6.213	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	31.981	-
Banco Santander International	-	-	30.789
Webmotors S.A.	-	979	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	300.868
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.302.295
Pessoal Chave da Administração	-	-	355
Outros	-	-	18.707
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(680.903)	29.226	(199.985)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(680.903)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(210.324)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(17.726)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	1.312
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	40.305
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	29.226	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	239
Outros	-	-	(13.791)
Despesas administrativas e amortização	-	-	(952.432)
Banco Santander, S.A. – Espanha	-	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(14.210)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(33.567)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(24)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(30.021)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(313.433)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	-
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (2)	-	-	(46.884)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(175.466)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(289.612)
Outros	-	-	(49.216)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(20.013)
Santander Cultural	-	-	(2.748)

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Fundação Santander	-	-	(1.330)
Instituto Escola Brasil	-	-	-
Fundação Sudameris	-	-	(15.935)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(427.470)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾⁽⁸⁾	(427.470)	-	-

Em milhares de Reais	2017		
	Controladora (1)	Coligadas e Outras partes controle em conjunto	relacionadas (2)
Resultado	389.663	126.781	1.210.444
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	87.217	87.381	1.417
Banco Santander Espanha	87.217	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	87.381	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	879
Cibrasec	-	-	538
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(4.486)	(41.026)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(2.145)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(6.190)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(6.636)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(24.344)
Santander Cultural	-	-	(69)
Webmotors S.A.	-	(4.486)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(1.547)
Outros	-	-	(95)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(13.038)	(3.026)	(113.569)
Banco Santander – Espanha	(13.038)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	(3.026)	-
SAM Brasil Participações	-	-	(95)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(112.211)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.263)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(5.099)	14.999	2.453.179
Banco Santander – Espanha	(5.099)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	14.996	-
Banco Santander International	-	-	20.480
Webmotors S.A.	-	3	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	295.508
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.134.755
Outros	-	-	2.436
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	592.919	31.913	(39.534)
Banco Santander, S.A. – Espanha	592.919	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(79.480)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	23.843
Banco RCI Brasil S.A. ⁽⁶⁾	-	31.913	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(26.102)
Santander Investment Securities Inc.	-	-	(13.492)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	52.981
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	1.788
Outros	-	-	928
Despesas administrativas e amortização	(50.271)	-	(1.028.750)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(50.271)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(337.161)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(242.191)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(23)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(25.638)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(262.046)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(46.494)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(70.385)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽²⁾	-	-	(42.603)
Outros	-	-	(2.209)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(21.273)
Santander Cultural	-	-	(3.513)
Fundação Santander	-	-	(1.837)
Instituto Escola Brasil	-	-	(873)
Fundação Sudameris	-	-	(15.050)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(222.065)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾⁽⁸⁾	(222.065)	-	-

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Em milhares de Reais	2016		
	Controladora (1)	Coligadas e Outras partes controle em conjunto	relacionadas (2)
Resultado	(798.022)	136.111	1.197.489
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	39.677	114.909	396
Banco Santander Espanha	39.677	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (6)	-	114.909	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	396
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	(4.192)	(26.996)	(49.420)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(3.560)
Banco Santander Espanha	(4.192)	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(12.417)
Santander Cultural	-	-	(11)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(31.097)
Webmotors S.A.	-	(26.996)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(2.117)
Outros	-	-	(218)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(512)	(10.959)	(115.458)
Banco Santander – Espanha	(512)	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (6)	-	(10.959)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(20.979)
SAM Brasil Participações	-	-	(133)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(88.467)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(4.119)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.760)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	5.334	20.133	1.955.255
Banco Santander – Espanha	5.334	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (6)	-	19.211	-
Banco Santander International	-	-	20.959
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	1.896
Webmotors S.A.	-	922	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	218.773
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.711.138
Outros	-	-	2.489
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(613.168)	39.024	267.983
Banco Santander, S.A. – Espanha	(613.168)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	257.475
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	38.274
Banco RCI Brasil S.A. (6)	-	39.024	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(16.038)
Santander Investment Securities Inc.	-	-	(15.115)
Outros	-	-	3.387
Despesas administrativas e amortização	-	-	(840.739)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(290.430)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)	-	-	(209.253)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(26)
Aqanima Brasil Ltda.	-	-	(24.557)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(213.194)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(21.525)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(42.519)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(35.882)
Outros	-	-	(3.353)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(20.528)
Santander Cultural	-	-	(2.737)
Fundação Santander	-	-	(3.452)
Instituto Escola Brasil	-	-	(939)
Fundação Sudameris	-	-	(13.400)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(225.161)	-	-
Banco Santander Espanha (2)(8)	(225.161)	-	-

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações.

(4) Refere-se ao lucro na venda da Santander Brasil Asset Management.

(5) Refere-se ao ganho na venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

(6) Em fevereiro de 2016, a empresa Cia de Crédito, Financiamento e Investimentos Renault, foi incorporada pelo Banco RCI Brasil.

47. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio.
- Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como *rating* interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

A Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas que governam o modus operandi geral das atividades de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de *VaR* e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.
- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. *VaR*, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de riscos é composta por áreas responsáveis pela gestão e controle dos riscos de crédito, mercado (incluindo liquidez e estrutural), operacional e riscos de modelo. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos. Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk Management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento, parametrização de modelos), Governança e Políticas, Motores de Decisão, Capital e Stress Test, Controle de Risco de Crédito, Controle e Performance de Riscos, Gestão Integral e Relação com Supervisores (abrangendo Cultura de Riscos) e, por fim, Provisão local e IFRS 9.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

b) Risco de Crédito

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Varejo (Carteirizados, Empresas 3 e GIU- Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão estandarizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de *rating*

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco Probabilidade de Inadimplência (PD, *Probability of Default*) e Perda dada ao "default" (LGD, "*Loss Given Default*") são baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes durante um ciclo de crédito definido.

Para as carteiras com um histórico interno de baixa inadimplência, como no caso de bancos, risco soberano ou clientes globais do atacado, os parâmetros são estimados com base em informações do mercado de CDS ("*Credit Default Swaps*") e com âmbito global, aproveitando a presença internacional do Grupo Santander (*low default portfólios*).

Para as demais carteiras, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco.

Adicionalmente à Probabilidade de Inadimplência (PD), o Banco faz o gerenciamento de sua carteira de crédito, procurando conceder empréstimos à tomadores que apresentem maiores volumes de garantias associadas às operações e também atua constantemente no fortalecimento de sua área de recuperação de crédito. Essas e outras ações combinadas, são responsáveis por garantir a adequação dos parâmetros da LGD (*Loss Given Default*, a perda decorrente da hipótese de inadimplência do tomador em honrar o principal e/ou pagamento de juros).

O cálculo da LGD está baseado nas perdas líquidas de empréstimos não honrados, levando-se em conta as garantias associadas à transação, as receitas e despesas relacionadas com o processo de recuperação e, ainda, o tempo de inadimplência.

Além disso, o período de identificação da perda (*Loss Identification Period - LIP*) também é considerado na estimativa dos parâmetros de risco que é representado pelo período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação da evidência objetiva dessa perda pelo Banco. Em outras palavras, representa o horizonte de tempo desde a ocorrência da perda de crédito até a efetiva confirmação dessa perda.

O Banco utiliza modelos próprios de *rating* interno para medir a qualidade de crédito de um determinado cliente ou transação. Cada *rating* relaciona-se com uma certa probabilidade de *default* ou não pagamento, determinada com base no histórico do cliente, com exceção de algumas carteiras classificadas como "*low default portfolios*" ou "carteiras de baixa inadimplência". Estas classificações e modelos são utilizados nos processos de aprovação de empréstimos e monitoramento de riscos.

A tabela demonstrada na nota 9.b, mostra o portfólio pelos níveis internos de *rating* de risco e sua probabilidade de *default*.

Em milhares de Reais	2018	2017	2016
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	186.373.511	174.247.968	161.664.232
Entre 1 a 5 anos	99.309.551	82.513.030	79.356.369
Mais de 5 anos	36.250.128	31.068.215	27.416.955
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.933.190	287.829.213	268.437.556
Por classificação interna de risco			
Baixo	240.440.294	226.098.497	207.889.639
Médio-baixo	50.485.682	33.635.378	32.104.168
Médio	11.967.262	10.423.293	10.940.879
Médio-alto	7.722.198	8.215.024	6.976.969
Alto	11.317.754	9.457.021	10.525.901
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.933.190	287.829.213	268.437.556

Para carteiras em relação às quais o Banco apresenta dados históricos limitados, informações externas de referência são utilizadas para complementar os dados disponíveis internamente. As carteiras para as quais as informações externas de referência representam dados significativos para mensurar as perdas de crédito esperadas são apresentadas abaixo.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

2018

	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	146.293.616	8%	42%
Crédito imobiliário - construção	36.515.352	4%	12%
Empréstimos a pessoas físicas	137.287.593	8%	64%
Leasing	1.836.629	5%	32%

A exposição acima está relacionada às operações de crédito, o Banco entende que as exposições relacionadas a Avais e Fianças e de outros ativos financeiros a custo amortizado é de baixo risco.

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Divisão de Riscos do Banco atua juntamente com a Divisão Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Varejo, do segmento Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

As tendências observadas em 2018 foram consistentes com as de 2017, onde em um cenário econômico desafiador, o modelo do Banco se mostrou eficaz. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios e não apresentar grandes variações em seu índice de inadimplência. Em dezembro de 2018, esse índice era de 7,0% ante 6,6%, 31 de dezembro de 2017 e 7,0% em 31 de dezembro de 2016.

Esse resultado foi possível graças a uma combinação de fatores. Entre eles, um mix de crédito focado em linhas mais seguras; as parcerias; o profundo conhecimento e acompanhamento da vida financeira do cliente; e a realização de fortes campanhas de renegociação de dívidas.

O envolvimento da Administração na tomada de decisão, e estas, realizadas de forma colegiada em nossos Comitês, além da independência de Riscos em relação à área de negócios, permitem decisões mais assertivas e a redução do risco de crédito.

As análises de crédito para projetos e empresas, no segmento Atacado, continuam integrando pareceres da área de Risco Socioambiental.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2018	2017	2016
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	364.193.664	330.474.249	301.702.586
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	321.933.190	287.829.213	268.437.556
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 44.a)	42.260.474	42.645.036	33.265.030
Índice de empréstimos inadimplentes (%) - não auditado	6,98%	6,65%	7,04%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%) - não auditado	102,42%	95,39%	96,31%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais) - não auditado	22.969.315	18.261.638	18.191.126
Custo do crédito (% do risco) - não auditado	3,90%	3,98%	4,52%

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

O Banco identificou e documentou os principais fatores determinantes do risco de crédito e das perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise de dados históricos, estimou as relações entre as variáveis macroeconômicas e riscos de crédito e perdas de crédito.

	2018
Taxas de desemprego	11,4%
Taxas de juros	6,5%
Aumento do PIB	1,8%

As relações previstas entre os indicadores-chave e as taxas de inadimplência e perda em diversas carteiras de ativos financeiros foram projetadas com base na análise de dados históricos dos últimos anos.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2018, 2017 e 2016. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	2018					Total
	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Em milhões de Reais Acima de 5 anos	
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	8.193	6.155	12.013	67.606	25.964	119.931
Instrumentos de Dívida	5.359	5.192	8.294	58.363	23.460	100.668
Instrumentos de Patrimônio	807	-	-	-	-	807
Derivativos	2.027	963	3.719	9.243	2.504	18.456
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	677	9.091	368	16.702	3.577	30.415
Instrumentos de Dívida	379	9.091	368	16.702	3.577	30.117
Instrumentos de Patrimônio	298	-	-	-	-	298
Investimentos Mantidos até o Vencimento	24	521	89	3.603	3.826	8.063
Reservas no Banco Central	70.103	-	-	-	-	70.103
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo						
Amortizado	27.387	101.441	35.900	85.318	60.966	311.012
Total	106.384	117.208	48.370	173.229	94.333	539.524

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	200.818	47.172	65.606	71.413	5.343	390.352
Dívidas subordinadas	9.857	-	-	-	9.687	19.544
Obrigações por títulos e valores mobiliários	13.353	20.875	14.612	30.138	9.715	88.693
Derivativos	1.104	1.370	3.257	9.673	3.322	18.726
Posições vendidas	32.440	-	-	-	-	32.440
Total	257.572	69.417	83.475	111.224	28.067	549.755

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	2017					Total
	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Em milhões de Reais Acima de 5 anos	
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros para Negociação	5.541	1.779	6.556	29.968	10.194	54.038
Instrumentos de Dívida	653	890	5.739	16.709	8.148	32.139
Instrumentos de Patrimônio	490	-	-	-	-	490
Derivativos	4.398	889	818	13.259	2.046	21.410
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.032	1.272	17.092	46.502	23.711	90.609
Instrumentos de Dívida	925	1.272	17.092	46.502	23.711	89.503
Instrumentos de Patrimônio	1.107	-	-	-	-	1.107
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	72	13	50	479	1.008	1.622
Instrumentos de Dívida	38	13	50	479	1.008	1.589
Instrumentos de Patrimônio	33	-	-	-	-	33
Investimentos Mantidos até o Vencimento	80	168	222	3.082	7.040	10.593
Reservas no Banco Central	59.051	-	-	-	-	59.051
Empréstimos e Recebíveis	22.033	81.275	34.430	86.645	71.453	295.835
Total	88.809	84.507	58.351	166.677	113.406	511.750

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	150.719	46.254	62.605	69.778	5.119	334.474
Dívidas subordinadas	-	789	257	7.784	-	8.829
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.436	36.208	12.313	15.544	847	69.348
Derivativos	4.618	659	504	12.243	2.285	20.310
Posições vendidas	32.531	-	-	-	-	32.531
Total	192.304	83.909	75.679	105.349	8.251	465.492

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros						2016	
	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Ativos Remunerados:							
Ativos Financeiros para Negociação	26.960	5.242	4.593	31.938	14.917	83.650	
Instrumentos de Dívida	20.232	2.370	2.711	23.479	10.335	59.127	
Instrumentos de Patrimônio	397	-	-	-	-	397	
Derivativos	6.331	2.872	1.882	8.459	4.582	24.126	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.939	1.350	1.761	42.683	11.046	59.779	
Instrumentos de Dívida	954	1.350	1.761	42.683	11.046	57.794	
Instrumentos de Patrimônio	1.985	-	-	-	-	1.985	
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	80	14	50	486	981	1.611	
Instrumentos de Dívida	38	14	50	486	981	1.569	
Instrumentos de Patrimônio	42	-	-	-	-	42	
Investimentos Mantidos até o Vencimento	79	168	220	2.920	6.549	9.936	
Reservas no Banco Central	58.594	-	-	-	-	58.594	
Empréstimos e Recebíveis	16.435	99.924	32.590	79.467	68.120	296.536	
Total	105.087	106.698	39.214	157.494	101.613	510.106	

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	135.457	49.973	46.686	69.605	4.987	306.708
Dívidas subordinadas	-	268	255	8.260	-	8.783
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.214	40.229	33.336	23.647	495	103.921
Derivativos	6.046	1.308	1.268	7.123	4.167	19.912
Posições vendidas	31.551	-	-	-	-	31.551
Total	179.268	91.778	81.545	108.635	9.649	470.875

Risco de Moeda

Ativo:	2018			
	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	348.797	-	-	348.797
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.505	155	-	4.660
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	45.345	3.390	-	48.735
Derivativos	231.240	18.163	2.490	251.893
Outros	23.619	1.974	42	25.635
Total	653.506	23.682	2.532	679.720
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	390.418	462	145	391.025
Derivativos	262.396	24.809	2.391	289.596
Outros	1.007	-	-	1.007
Total	653.821	25.271	2.536	681.628

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

				2017
				Em milhões de Reais
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	54.380	11.684	10.377	76.442
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	3.818	321	-	4.139
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	36.613	3.010	-	39.623
Derivativos	262.092	45.317	9.640	317.049
Outros	46.200	13.028	6.237	65.465
Total	403.102	73.361	26.254	502.717
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	32.962	3.047	17	36.025
Derivativos	277.358	54.633	9.294	341.284
Outros	93.821	15.975	17.068	126.864
Total	404.140	73.654	26.378	504.173

				2016
				Em milhões de Reais
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	4.839	-	-	4.839
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	3.485	-	-	3.485
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	34.337	2.662	-	36.999
Derivativos	166.626	24.173	11.241	202.040
Outros	25.273	1.020	-	26.293
Total	234.560	27.855	11.241	273.656
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	32.255	640	-	32.895
Derivativos	183.277	27.973	11.426	222.676
Outros	19.198	-	104	19.302
Total	234.730	28.613	11.530	274.873

c.2) Metodologias

Intermediação financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo Bacen e também por Modelos Internos.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2018, 2017 e 2016 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

Com relação ao risco de crédito da carteira de negociação (quando existe mercado de negociação para o mesmo), e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o *Incremental Risk Charge* (IRC),

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação de preços de mercado dos respectivos *spreads* de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (*swaps* de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, e definido globalmente para o Grupo Santander.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor de mercado atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VAR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o holding period da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vencidas após o holding period.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR Métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo e mesmo com implantação em 2019, é calculada trimestralmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de Concentração de contrapartes e por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$395 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2017, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito à prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

	2018			2017		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	18.854	18.854	100%	15.252	15.252	100%
Depósito Poupança	46.068	46.068	100%	40.570	40.570	100%
Depósito a Prazo	49.771	190.971	26%	39.549	170.570	23%
Depósito Interfinanceiros	863	4.118	21%	622	3.244	19%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.681	70.110	5%	4.436	69.348	6%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.181	45.936	11%	5.606	48.304	12%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.857	19.666	50%	-	8.829	0%
Total	134.275	395.723	34%	106.035	356.117	30%

	2016		
	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	15.794	15.794	100%
Depósito Poupança	35.901	35.901	100%
Depósito a Prazo	24.452	150.686	16%
Depósito Interfinanceiros	944	2.379	40%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.304	105.120	6%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.114	46.124	9%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	8.784	0%
Total	87.509	364.788	23%

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	2018					Total
	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.388	6.199	12.162	80.590	52.584	158.923
Instrumentos de Dívida	5.361	5.236	8.443	71.347	50.080	140.467
Derivativos	2.027	963	3.719	9.243	2.504	18.456
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	379	9.230	379	18.666	6.037	34.691
Instrumentos de Dívida	379	9.230	379	18.666	6.037	34.691
Investimentos Mantidos até o Vencimento	24	558	126	3.904	5.119	9.731
Reservas no Banco Central	70.103	-	-	-	-	70.103
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	29.234	111.216	45.564	116.107	85.637	387.758
Total	107.128	127.203	58.231	219.267	149.377	661.206

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	198.259	46.926	67.142	79.161	8.819	400.307
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.857	-	-	-	9.687	19.544
Obrigações por títulos e valores mobiliários	13.395	21.343	15.290	33.627	9.717	93.372
Derivativos	1.104	1.370	3.257	9.673	3.322	18.726
Posições vendidas	32.440	-	-	-	-	32.440
Total	255.055	69.639	85.689	122.461	31.545	564.389

2017
Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
--	----------------	------------------	-------------------	---------------	-----------------	-------

Ativos Remunerados:

Ativos Financeiros para Negociação	5.051	1.788	6.737	32.841	18.848	65.265
Instrumentos de Dívida	654	899	5.919	19.582	16.801	43.856
Derivativos	4.398	889	818	13.259	2.046	21.410
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	925	1.283	12.695	56.167	50.329	121.399
Instrumentos de Dívida	925	1.283	12.695	56.167	50.329	121.399
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	38	13	51	543	1.994	2.640
Instrumentos de Dívida	38	13	51	543	1.994	2.640
Investimentos Mantidos até o Vencimento	81	169	227	3.370	9.573	13.419
Reservas no Banco Central	59.051	-	-	-	-	59.051
Empréstimos e Recebíveis	74.887	93.587	45.397	117.084	84.560	415.515
Total	140.034	96.840	65.107	210.005	165.304	677.290

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	150.979	50.936	66.571	84.274	8.191	360.951
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	807	257	7.784	-	8.848
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.445	36.855	12.904	18.421	866	73.491
Derivativos	4.618	659	504	12.243	2.285	20.310
Posições vendidas	32.531	-	-	-	-	32.531
Total	192.573	89.257	80.236	122.722	11.342	496.130

2016
Em milhões de Reais**Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos**

	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
--	----------------	------------------	-------------------	---------------	-----------------	-------

Ativos Remunerados:

Ativos Financeiros para Negociação	27.093	5.262	4.749	36.135	25.573	98.812
Instrumentos de Dívida	20.762	2.390	2.867	27.676	20.991	74.686
Derivativos	6.331	2.872	1.882	8.459	4.582	24.126
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.492	1.373	1.819	55.056	29.854	89.594
Instrumentos de Dívida	1.492	1.373	1.819	55.056	29.854	89.594
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	38	14	52	586	1.824	2.514
Instrumentos de Dívida	38	14	52	586	1.824	2.514
Investimentos Mantidos até o Vencimento	79	170	227	3.307	9.979	13.762
Reservas no Banco Central	58.594	-	-	-	-	58.594
Empréstimos e Recebíveis	18.151	112.337	42.763	106.518	82.770	362.539
Total	105.447	119.156	49.610	201.602	150.000	625.815

Passivos Remunerados:

Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	135.725	51.098	50.024	86.535	7.444	330.826
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	347	330	10.633	-	11.310
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.234	41.431	35.390	27.344	521	110.920
Derivativos	6.046	1.308	1.268	7.123	4.167	19.912
Posições vendidas	31.551	-	-	-	-	31.551
Total	179.556	94.184	87.012	131.635	12.132	504.519

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e prazo do impacto de liquidez desejado.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período máximo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e "sujos" (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de *Spearman*, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.
3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
5. Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2018 ficou em R\$30,3 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2018, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$ 200 milhões.

Também no encerramento de 2018, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou positiva em R\$1.861 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, ficou estável entre 2018 e 2017, tendo atingido o máximo de R\$ 292 milhões no mês de janeiro de 2018. A sensibilidade de valor diminuiu R\$205 milhões durante o ano de 2018, obtendo o nível máximo de R\$ 1.981 milhões no mês de janeiro. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2018 e influenciaram nas sensibilidades foram a queda da curva de juros (efeito convexidade), decaimento da carteira e atualização das metodologias implícitas sobre os fluxos de caixa dos produtos do Banco Santander.

Em milhões de Reais	2018	2017	2016
Sensibilidades			
Margem Financeira	200	378	385
Valor Patrimonial	1.861	2.066	1.680
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	1.744	1.380	804

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2018.

Em milhares de Reais **2018**

Carteira Negociação

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(752)	(11.854)	(23.708)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.091)	(15.747)	(31.494)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(4.344)	(45.686)	(91.371)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.229)	(60.518)	(121.036)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.030)	(5.349)	(10.697)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(10.926)	(273.156)	(546.313)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(328)	(2.138)	(4.277)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(3.028)	(75.711)	(151.422)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(2)	(42)	(84)
Total ⁽¹⁾		(27.730)	(490.201)	(980.402)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais **2018**

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(48.019)	(821.285)	(1.636.606)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(22.042)	(364.231)	(551.674)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(37.400)	(475.444)	(948.607)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.721)	(43.693)	(71.662)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(4.241)	(63.970)	(128.421)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.692)	(80.702)	(141.043)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.513)	(62.821)	(125.642)
Total ⁽¹⁾		(120.628)	(1.912.146)	(3.603.655)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha de defesa, apoiando e desafiando a primeira linha de defesa. Mantém pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional no Santander.

A Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela contínua melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais, e assim assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

d.1) Risco Operacional & Controle Interno

Tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de riscos operacionais.

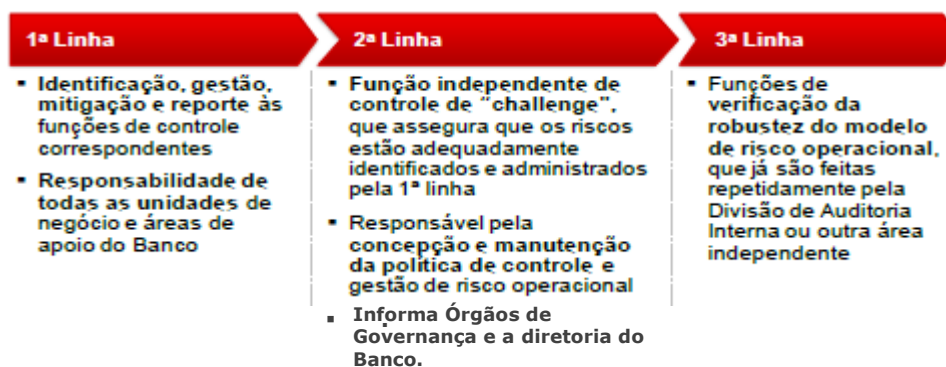
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control– Integrated Framework 2013*.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas na administração dos riscos operacionais e controles internos, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

No segundo semestre de 2014, foi consolidado o uso das abordagens por linhas de defesa, aprovado em Comitê Executivo.

Modelo de Linhas de Defesa



A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha de defesa no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia e Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos.

d.2) Abrangência e sustentabilidade

A abrangência da gestão e do controle dos riscos operacionais vai além da alocação de capital regulamentar, contribuindo ao desenvolvimento sustentável das atividades da Instituição. Destacando-se:

- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos.
- Adequação às regulamentações existentes: Bacen, CVM, SEC, B3, Susep e BIS, bem como novos requerimentos e acompanhamento do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores locais e internacionais.
- Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco versus Retorno para o público com quem o Banco mantém relacionamento.
- Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços.
- Identificação e endereçamento oportuno, das correções de vulnerabilidades identificadas em processos.
- Difusão da cultura de gestão avançada e controle de Riscos Operacionais, por meio de comunicação interna (intranet, cursos presenciais, cursos "online" e comunicação via "Boletim Flash de RO"), com reforço no "Accountability".

Essa estrutura permite o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade na visão de gestão avançada dos riscos operacionais.

d.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais. Dentre os presenciais destacamos a realização dos treinamentos voltados ao aumento de cultura da gestão de RO, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Desenvolvimento de Indicadores Chave que como objetivo monitorar as os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de defesa criando novas funções para os ORM Networks: "RPO-Risk Pro Officer, cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o "RPA-Risk Pro Agent" que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e "Auxiliar de Riscos Operacionais" abrangendo o perímetro de RO e "Especialistas" para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

d.4) Política de Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra da estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

e) Risco de Reputação

e.1) Risco de Reputação

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

e.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

e.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Compliance, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente em vários níveis, até que seus riscos tenham sido completamente atenuados, e, posteriormente aprovados pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação os novos produtos e serviços são acompanhados, com vistas a identificar de forma tempestiva eventos que possam representar risco reputacional, que caso identificados, são reportados ao CLC.

f) Adequação ao Novo Marco Regulamentar

O Banco Santander assumiu um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do projeto Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe de Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas, nomeadamente, Finanças, Riscos, Tecnologia e Operações, Auditoria Interna e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional de Basileia II, o envolvimento da Administração do Banco Santander tem sido total desde o início da implementação. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do projeto Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

"O Banco tem aplicado a metodologia modelos internos baseado em classificação interna (AIRB) de Basileia II para parte de suas carteiras cumprindo os requisitos regulatórios.

As exigências adicionais de capital, derivadas do processo de auto avaliação (Pilar II) devem ser compensadas pelo perfil de risco que caracteriza as atividades de negócios do Banco (risco médio baixo), devido ao seu enfoque em Banco Comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas) e pela diversificação dos negócios. O Pilar II leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I (capital regulatório), além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia II, o Banco Santander foi aprovado para o uso de modelos internos para Risco de Mercado e permanecerá utilizando o método padronizado para risco operacional, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim. Quanto ao Risco de Mercado o Banco Santander foi aprovado ao uso de Modelos Internos em fevereiro de 2018 e passou a divulgar o capital por este método a partir de maio de 2018.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo de Basileia. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte.

Além das implementações de Basileia II, o Banco Santander cumpre com os novos normativos de Basileia III conforme normas emitidas pelo Bacen.

Conforme a definição proposta pela Comitê da Basileia (Basileia III), "Credit Valuation Adjustment" (CVA) é um ajuste ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a fim de mensurar o risco de crédito de uma contraparte. Assim, o CVA depende do spread de crédito da contraparte, bem como dos fatores de risco de mercado que impulsionam os valores dos derivativos e, portanto, sua exposição. De uma maneira analítica, o CVA pode ser definido através da seguinte expressão:

$$CVA = EE * PD * DF * LGD^{(1)}$$

(1) EE=Expected Exposure ; PD=Probability of Default ; DF=Discount Factor ; LGD=Loss Given Default

A "Expected Exposure" (EE) é a exposição projetada do derivativo com base no risco de mercado da contraparte. A probabilidade de inadimplência (PD) é calculada com base nos spreads de crédito e também é valorada a mercado. O fator de desconto (DF) é o fator que traz a valor presente a exposição projetada ponderada pela sua respectiva probabilidade de default. A Loss Given Default (LGD) é a perda estimada caso aconteça um evento de crédito.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

f.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão na implantação de Basileia II. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, pois eles são responsáveis em garantir a existência de procedimentos e sistemas adequados para monitorar e controlar os riscos da entidade. Neste caso, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Mercado, ALM, *Pricing*, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, *reporting*, uso, envolvimento da gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados à Basileia e gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- i. Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade do dado, (II) uso da metodologia e (III) funcionamento dos modelos;
- ii. Avaliar a metodologia e os dados empregados no desenvolvimento do modelo e desafiar o modelo e seu uso, fazendo constar as implicações e limitações do mesmo, assim como os riscos associados;
- iii. Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- iv. Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu '*home regulator*' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil, cumprindo o que se estabelece na Circular 3.648 de 4 de março de 2013 (Capítulo III), na Carta-Circular 3.565 de 6 de setembro de 2012 e na Circular 3.547 de julho de 2011. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre validação interna e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

f.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de *rating* assim como as expectativas dos investidores. Detalhes referentes ao processo de gerenciamento de capital podem ser consultados em www.ri.santander.com.br Governança Corporativa -> Gerenciamento de Riscos -> Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital.

g) Capital Econômico

g.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

g.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio. O intervalo de confiança adotado pelo Banco Santander é superior aos 99,90% exigidos pelo Basileia II.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basileia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

% Capital Tipo de Risco	2018	2017	2016
	Nova Metodologia	Nova Metodologia	Nova Metodologia
Crédito	72%	70%	62%
Mercado	2%	4%	5%
ALM	8%	4%	9%
Negócio	6%	8%	8%
Operacional	5%	6%	6%
Imobilizado	1%	2%	2%
Intangíveis	0%	1%	1%
Fundos de Pensão	1%	1%	1%
Ativos Fiscais	5%	4%	6%
Total	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

O Banco Santander avalia periodicamente o nível e a evolução do RORAC das principais unidades de negócios. O RORAC é o quociente do lucro gerado sobre o capital econômico alocado, utilizando a seguinte fórmula:

$RORAC = \text{Lucro} / \text{Capital Econômico}$.

O Banco Santander também faz o planejamento do capital visando obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Banco são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de *pay-out*, créditos, etc.). São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- 1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- 2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- 3 - Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- 1 - *Rating* de contraparte.
- 2 - Vencimento.
- 3 - Garantias.
- 4 - Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO - BRGAAP X IFRS

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2018	2017	2016
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		65.233.743	59.499.954	57.771.524
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	8.344	18.301	643
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	j	-	34.818	23.180
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de resultados abrangentes	k	72.980	-	-
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	a	-	(71.091)	124.787
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	(1.483.043)	-	-
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		26.274	-	-
Transferências de categoria - IAS 39	b	-	351.132	608.897
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(619)	-	-
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	851.629	664.204	297.720
Reversão da amortização do ágio	d	26.764.529	26.592.852	25.122.573
Realização dos ajustes do preço de compra	e	631.120	702.436	778.882
Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas	f	112.052	112.052	112.052
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	(1.323.994)	(1.287.240)	(1.017.000)
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	(269.158)	(298.978)	-
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		322.539	62.539	-
Outros		56.479	269.728	263.797
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		91.002.875	86.650.707	84.087.055
Participações não-controladoras em IFRS		592.585	436.894	725.504
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		91.595.460	87.087.601	84.812.559

Em milhares de Reais	Nota explicativa	2018	2017	2016
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		12.166.145	7.996.577	5.532.962
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	i	(11.974)	18.775	7.960
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	j	-	(46.160)	(39.234)
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes	k	28.419	-	-
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	a	-	(195.878)	(8.091)
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	a	140.557	-	-
Remensurações, Instrumentos de dívida, em função de reclassificações IFRS 9		(5.360)	-	-
Transferências de categoria - IAS 39	b	-	(219.829)	(45.314)
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(16.195)	-	-
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	187.425	366.484	148.450
Reversão da amortização do ágio	d	171.677	1.470.279	1.755.750
Realização dos ajustes do preço de compra	e	(71.316)	(76.446)	(76.247)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	g	(143.194)	(270.240)	-
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	h	29.820	-	-
Crédito tributário com realização acima de 10 anos		260.000	62.539	-
Outros		(153.527)	(182.037)	58.327
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		12.582.477	8.924.064	7.334.563
Participações não-controladoras em IFRS		217.441	213.984	130.355
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		12.799.918	9.138.048	7.464.918

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a custo amortizado

Em 2018, refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9 (em 2016 e 2017 se referem ao ajuste decorrente da estimativa de perda incorrida de acordo com o IAS 39, normativo então vigente). Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central (Bacen), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo Bacen.

b) Categorias de ativos financeiros

Conforme detalhado na nota de práticas contábeis, o IFRS 9 prevê a definição dos modelos de negócio associados a cada portfólio, bem como a realização do teste de SPPI – se os retornos daquele ativo são exclusivamente principal e juros, para a classificação nas categorias de ativos financeiros. O BRGAAP prevê certas diferenças na categorização desses ativos financeiros, bem como estabelece como indicador a intenção da Administração para que a classificação seja efetuada. Os critérios para reclassificação entre categorias também são distintos entre as duas práticas contábeis.

c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva

Segundo o IFRS, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

d) Reversão da amortização do ágio

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recurso futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 – Imposto sobre a renda, relativo às diferenças temporárias.

e) Realização dos ajustes do preço de compra

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”. O Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida ao valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente à apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos ao valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

f) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, na alienação parcial de uma participação permanente quando se perde o controle, a parcela remanescente é reprecificada ao seu valor justo, sendo o efeito desta atualização reconhecido em resultado. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

g) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Subsequentemente, as opções foram atualizadas, tendo seu efeito reconhecido em resultado.

h) Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)

Segundo o IFRS 3 “Combinações de Negócios”, quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deverá considerar esse valor como redução do seu patrimônio líquido. Segundo o BRGAAP, esse montante deve ser registrado no ativo como ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

i) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”, visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com estes ativos/passivos em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a “valor justo através do resultado”, como também certos instrumentos de dívidas classificados como “disponível para venda” no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

j) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, títulos de dívida inicialmente mensurados ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, os títulos de dívida foram reclassificados para categoria “negociação” com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado estes Investimentos como disponíveis para venda, mensurando-os ao valor justo com os efeitos desta marcação sendo reconhecidos nas “Demonstrações consolidadas de resultado abrangente”, cumprindo com o determinado pelo IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, que não permite a reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

k) Reclassificação de instrumentos financeiros para ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, títulos de dívida inicialmente mensurados ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central do Brasil, os títulos de dívida foram reclassificados para categoria "negociação" com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado estes Investimentos como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes, mensurando-os ao valor justo com os efeitos desta marcação sendo reconhecidos nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", cumprindo com o determinado pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que não permite a reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

Em milhares de Reais	2018		2017		2016	
Receitas com juros e similares	70.478.393		71.418.349		77.146.077	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	14.132.159		12.721.868		10.977.596	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(12.713.435)		(12.338.300)		(13.301.445)	
Outras Receitas e Despesas	(6.861.406)		(3.043.565)		(751.727)	
Despesas com juros e similares	(28.557.051)		(36.471.860)		(46.559.584)	
Insumos de Terceiros	(7.219.152)		(6.728.881)		(5.804.939)	
Material, Energia e Outros	(544.237)		(495.913)		(510.961)	
Serviços de Terceiros	(5.572.127)		(5.107.077)		(4.589.468)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(508.310)		(456.711)		(114.321)	
Outros	(594.478)		(669.180)		(590.189)	
Valor Adicionado Bruto	29.259.508		25.557.611		21.705.978	
Retenções						
Depreciações e Amortizações	(1.739.959)		(1.662.247)		(1.482.639)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	27.519.549		23.895.364		20.223.339	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	65.958		71.551		47.537	
Valor Adicionado Total a Distribuir	27.585.507		23.966.915		20.270.876	
Distribuição do Valor Adicionado						
Pessoal	8.185.896	29,7%	7.908.746	33,0%	7.378.374	36,4%
Remuneração	5.863.584		5.795.579		5.455.374	
Benefícios	1.534.560		1.421.910		1.397.711	
FGTS	448.699		413.871		352.939	
Outras	339.053		277.386		172.350	
Impostos, Taxas e Contribuições	5.813.381	21,1%	6.131.544	25,6%	4.659.989	23,0%
Federais	4.864.176		5.481.969		4.101.629	
Estaduais	224		1.260		717	
Municipais	948.981		648.315		557.643	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	786.312	2,9%	788.577	3,3%	767.595	3,8%
Remuneração de Capitais Próprios	12.799.918	46,4%	9.138.048	38,1%	7.464.918	36,8%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.600.000		6.300.000		4.550.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.982.477		2.624.064		2.784.563	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	217.441		213.984		130.355	
Total	27.585.507	100,0%	23.966.915	100,0%	20.270.876	100,0%

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)).

1) Conjuntura Econômica

Os ativos financeiros brasileiros registraram menor volatilidade nos últimos três meses de 2018 quando comparados com o comportamento observado no trimestre imediatamente anterior, mas ainda assim com oscilações de amplitude significativa tanto da taxa de câmbio quanto da bolsa de valores e da curva de juros. Na visão do Banco, turbulências no quadro internacional e manutenção de elevado grau de incerteza local em relação à condução da política econômica do governo eleito motivaram essas oscilações nos mercados. Entretanto, os ativos financeiros brasileiros encerraram dezembro de 2018 em patamares mais favoráveis que os observados em setembro de 2018.

No cenário global, o Santander avalia que alguns fatores foram preponderantes para impedir um recuo da aversão ao risco em relação às economias emergentes – com exceção do Brasil, que apresentou melhora na esteira do fim do processo eleitoral. O Banco nota que, apesar de Estados Unidos e China terem chegado a um acordo verbal referente às suas relações comerciais, ainda é incerto se este acordo será efetivamente implementado. Desta forma, permaneceu presente o temor de que esse contencioso possa resultar em arrefecimento do crescimento econômico mundial. Além disso, na visão do Banco, ainda que os dados da economia americana tenham continuado bastante positivos, surgiram os primeiros sinais de que o ritmo de expansão poderia ter atingido seu pico e que, a partir de então, será possível testemunhar uma desaceleração econômica mais intensa na esteira dos efeitos defasados das altas de juros já implementadas. Aliás, o Santander nota que os agentes econômicos passaram a atribuir maior probabilidade ao cenário de implementação mais gradual ainda do ciclo de aperto monetário nos EUA ao longo de 2019. Se, por um lado, isto diminuiria a velocidade de redução do diferencial em relação às taxas de juros de outros países – e, por conseguinte, traria menor pressão de desvalorização de suas moedas, inclusive do Real – por outro lado, reforçaria o sinal de que a economia americana pode estar próxima de um quadro de desaquecimento mais intenso – algo ainda mais importante que o primeiro fator. O Banco entende que este último aspecto pareceu explicar parte do movimento de enfraquecimento do Dólar frente às demais moedas.

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Santander, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco Santander salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/US\$ para o final de 2019.

Com relação à atividade econômica, o Santander viu ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciariam negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante brando nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%.

Em que pese essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% – houve mudança marginal frente à projeção anterior de 3,2% – por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019.

Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho

2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros (2)	41.921,3	34.946,5	20,0	10.723,8	11.057,0	-3,0
Receitas de instrumentos de patrimônio	32,6	83,1	-60,8	6,3	4,6	35,8
Resultado de equivalência patrimonial	66,0	71,6	-7,8	9,7	23,3	-58,2
Tarifas e Comissões (líquidas)	14.132,2	12.721,9	11,1	3.789,6	3.369,6	12,5
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(5.589,3)	1.574,1	-455,1	1.673,6	(1.602,7)	-204,4
Outras despesas operacionais (líquidas)	(1.055,9)	(672,0)	57,1	(614,8)	(51,5)	1.094,4
Total de Receitas	49.507,0	48.725,2	1,6	15.588,1	12.800,3	21,8
Despesas administrativas e pessoal	(16.792,1)	(16.120,6)	4,2	(4.340,5)	(4.257,0)	2,0
Depreciação e amortização	(1.740,0)	(1.662,2)	4,7	(439,7)	(437,2)	0,6
Provisões (líquidas)	(1.999,6)	(3.309,2)	-39,6	(517,6)	(747,1)	-30,7
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(13.221,7)	(12.795,0)	3,3	(3.622,1)	(3.007,0)	20,5
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	(25,5)	(64,3)	-60,4	(7,5)	(6,4)	17,6
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	181,7	(260,1)	-169,9	141,8	11,4	1.143,8
Resultado Operacional Antes da Tributação ⁽¹⁾	15.909,8	14.513,7	9,6	6.802,5	4.357,0	56,1
Impostos sobre a renda	(3.109,9)	(5.375,6)	-42,1	(3.036,6)	(1.116,2)	172,0
Lucro Líquido Consolidado	12.799,9	9.138,0	40,1	3.765,9	3.240,8	16,2

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	15.909,8	14.513,7	9,6	6.802,5	4.357,0	56,1
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	5.611,8	729,5	669,2	(1.393,2)	1.584,5	-187,9
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	255,5	80,2	218,7	(151,0)	(69,9)	116,1
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	21.777,1	15.323,4	42,1	5.258,3	5.871,6	-10,4

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Imposto sobre a Renda	(3.109,9)	(5.375,6)	-42,1	(3.036,6)	(1.116,2)	172,0
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(5.611,8)	(729,5)	669,2	1.393,2	(1.584,5)	-187,9
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	(255,5)	(80,2)	218,7	151,0	69,9	116,1
Imposto sobre a Renda ajustado	(8.977,2)	(6.185,4)	45,1	(1.492,4)	(2.630,8)	-43,3

2.1.1) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Variação Cambial	6.673,5	892,9	647,4	(1.702,7)	1.810,1	-194,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.540,9)	(1.702,6)	636,6	3.246,7	(3.324,7)	-197,7
IR/CSLL	5.611,8	729,5	669,2	(1.393,2)	1.584,5	-187,9
PIS/Cofins	255,5	80,2	218,7	(151,0)	(69,9)	116,1

2.1.2) Receita Líquida com Juros

Em 31 de dezembro de 2018, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento do volume médio da carteira e o efeito positivo da maior participação do varejo nos resultados.

2.1.3) Outros Eventos

a) Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos (Nota 22).

b) Avaliação do Valor Recuperável

No primeiro semestre de 2018, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$341 milhões, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	12M18	% sob lucro antes dos impostos	12M17	variação anual %	4T18	% sob lucro antes dos impostos	3T18	variação trimestral %
Banco Comercial (1)	12.396,8	77,9	11.220,4	10,5	5.942,9	87,4	3.582,9	-65,9
Banco de Atacado Global	3.513,0	22,1	3.293,4	6,7	859,7	12,6	774,1	-11,1
Resultado Operacional Antes da Tributação	15.909,8	100,0	14.513,8	9,6	6.802,6	100,0	4.357,0	-56,1

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$18.264,1 milhões e R\$12.030,7 milhões, respectivamente

Despesas Gerais - As outras despesas administrativas totalizaram R\$7.586,1 milhões e R\$7.183,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R\$9.206,0 milhões e R\$8.937,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. As despesas administrativas apresentaram um aumento de 5,6% e as despesas com pessoal apresentaram um aumento de 3,0% na comparação anual. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas com processamento de dados, associadas a maior transacionalidade e ao crescimento da base de clientes e despesas com serviços técnicos especializados e de terceiros, principalmente pela contratação de serviços de tecnologia.

DESPESAS GERAIS (R\$ Milhões)	12M18	12M17	variação anual %	4T18	3T18	variação trimestral %
Outras Despesas Administrativas	(7.586,1)	(7.183,3)	5,6	(1.983,2)	(1.954,0)	1,5
Despesas com Pessoal	(9.206,0)	(8.937,3)	3,0	(2.357,3)	(2.303,0)	2,4
Total de Despesas Gerais	(16.792,1)	(16.120,6)	4,2	(4.340,5)	(4.257,0)	2,0

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	31.716,3	34.124,8	-7,1
Ativos Financeiros para negociação	-	86.271,1	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	43.711,8	-	100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	68.852,3	-	100,0
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	917,5	-	100,0
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	-	1.692,1	-100,0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	85.823,4	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	85.436,7	-	100,0
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	10.214,5	-100,0
Empréstimos e Recebíveis	-	355.246,6	-100,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	417.478,7	-	100,0
Derivativos Utilizados como Hedge	343,9	192,8	78,4
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	1.380,2	1.155,5	19,5
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.053,3	866,6	21,6
Ativos Fiscais	31.565,8	28.825,7	9,5
Outros Ativos	4.800,5	4.578,3	4,9
Ativo Tangível	6.589,0	6.509,9	1,2
Ativo Intangível	30.019,0	30.202,0	-0,6
Total do Ativo	723.865,0	645.703,0	12,1
Passivos Financeiros para Negociação	-	49.322,5	-100,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	50.939,0	-	100,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	1.946,1	-	100,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	547.295,2	478.880,7	14,3
Derivativos Utilizados como Hedge	223,5	163,3	36,9
Provisões	14.695,9	13.986,9	5,1
Passivos Fiscais	8.074,8	8.248,0	-2,1
Outras Obrigações	9.095,1	8.013,9	13,5
Total do Passivo	632.269,5	558.615,4	13,2
Total do Patrimônio Líquido	91.595,5	87.087,6	5,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	723.865,0	645.703,0	12,1

Adoção Inicial - IFRS 9

As demonstrações financeiras trimestrais intermediárias condensadas, de acordo com o IFRS, foram elaboradas em 31 de março de 2018 pela primeira vez de acordo com os requerimentos do IFRS9, com a adoção prospectiva conforme permitido pela referida regra. Essas Demonstrações incluíram divulgações especiais por conta da adoção do novo normativo, tais como:

- Revisão das nomenclaturas das principais contas do balanço e da demonstração de resultados, em função das novas categorias de instrumentos financeiros;

- Detalhamento das novas práticas adotadas pelo Banco;

- Detalhamento dos principais aspectos das novas estimativas empregadas, com destaque à determinação da provisão para perda esperada e classificação de instrumentos financeiros;

A conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil, está demonstrada no item 2.4 Patrimônio Líquido.

Captações

O total de captações (depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$497.512,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$434.620,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 14,5% no exercício.

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito	99.022,8	79.374,7	24,8
Depósitos de Clientes	304.197,8	276.042,1	10,2
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	74.626,2	70.247,0	6,2
Dívidas Subordinadas	9.885,6	519,2	1.803,9
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	9.779,9	8.436,9	15,9
Total de Captações	497.512,4	434.620,0	14,5

2.3) Carteira de Crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R\$ Milhões)	dez-18	dez-17	variação dez/18 vs. dez/17 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	79.620,6	65.278,9	22,0
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(13,6)	(69,0)	-80,4
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	79.607,0	65.209,9	22,1
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	321.314,0	287.829,2	11,6
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(20.241,8)	(15.409,1)	31,4
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	301.072,2	272.420,2	10,5
Instrumentos de dívida, bruto	39.513,5	20.400,1	93,7
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(2.714,0)	(2.783,6)	-2,5
Instrumentos de dívida, líquido	36.799,5	17.616,5	108,9
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	417.478,7	355.246,6	17,5

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, somou R\$12.713,5 milhões e R\$12.338,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, apresentando um aumento de 3,0%.

2.4) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 05 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 08 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil. Nesta mesma data, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos notes que compõem o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) principal: US\$1.250 bilhões (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente a partir de 08 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 08 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério da Companhia ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander, a partir de tal data, assim como a recompra dos notes emitidos em 29 de janeiro de 2014.

2.5) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 5,2%, em comparação com dezembro de 2017.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação negativa de outros resultados abrangentes no montante de R\$192,3 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do exercício no montante de R\$12.799,9 milhões e reduzido pelos efeitos da primeira adoção do IFRS 9 no montante de R\$1.541,8 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$4.080,0 milhões e Dividendos Intercalares no montante de R\$2.520,0 milhões.

Adoção Inicial - IFRS 9

Conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido de 1 de janeiro de 2018 (abertura) após a adoção da nova norma contábil.

Conciliação do Patrimônio Líquido	
R\$ Milhões	
Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 (31/12/2017)	87.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.149
Provisão para compromissos contingentes	-675
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	18
Outros	238
Imposto de renda diferido	1.026
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 (01/01/2018)	85.546

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de *Units* e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 *Units*, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	dez-18	dez-17
	Quantidade	Quantidade
	<i>Units</i>	<i>Units</i>
Ações em Tesouraria no início do exercício	1.773	25.786
Cancelamento	-	(32.276)
Aquisições de Ações	15.816	12.768
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.272)	(4.505)
Ações em Tesouraria no final do exercício	13.317	1.773
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$460.550	R\$148.246
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$882	R\$194
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$461.432	R\$148.440
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado	R\$28,59	R\$24,41
Custo máximo	R\$43,84	R\$32,29
Valor de mercado	R\$42,70	R\$31,88

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	12M18	12M17
(R\$ Milhões)		
Juros sobre o Capital Próprio	4.080,0	3.800,0
Dividendos Intercalares	2.520,0	2.500,0
Total	6.600,0	6.300,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR para o ano base 2017 foi de 10,5%, composto de 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 7,25% e o Capital Principal Mínimo para 5,75%.

Para o ano base 2018, a exigência de PR aumentou para 11,0%, incluindo 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,375% de Adicional de Capital Principal, sendo 1,875% da parcela adicional de Conservação e 0,5% da parcela adicional sistêmica. O PR Nível I atinge 8,375% e o Capital Principal Mínimo 6,875%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-18	dez-17
Índice de Basileia	15,06	15,83

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito (1)	Participação (%)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	45.107,1	2.293,8	806,3	39.163,2	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	27.139,2	2.414,3	482,8	0,0	88,50%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.090,6	6.126,9	-48,1	1.836,5	99,99%
Banco Bandepe S.A.	6.339,1	4.385,8	6,0	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.599,1	3.531,0	96,3	1.624,0	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	2.760,8	2.575,7	366,6	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.061,1	632,2	31,6	0,0	100,00%

(1) Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de junho de 2018, a Administração do Banco Santander reavaliou sua estratégia sobre o investimento na sociedade Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, e decidiu pela transferência da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda para participações em coligadas e controladas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante desta rubrica era de R\$0 (31/12/2017 - R\$131).

3.2) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.3) Adesão aos Programas de Parcelamento de Débitos Tributários

Em outubro de 2017, o Banco aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$293 milhões. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435 milhões. Na Demonstração dos Resultados de 2017, foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96 milhões.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534 milhões, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$192 milhões com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$300 milhões em janeiro de 2018. Com a conversão da medida provisória em lei, e suas alterações, o valor passou a ser de R\$492 milhões, líquido dos efeitos tributários.

3.4) Serviços de Formador de Mercado

Em 28 de dezembro de 2017, o Banco Santander comunicou a contratação da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para prestação dos serviços de formador de mercado dos certificados de depósitos de ações (Units) de emissão do Banco Santander, negociados sob o código SANB11, no âmbito da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3 S.A.) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), em substituição à Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. O novo Formador de Mercado iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.

3.5) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.6) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431 (um bilhão e quatrocentos e trinta e um milhões de reais). Esta aquisição foi autorizada pelo BACEN em 18 de fevereiro e, concluída, em 25 de fevereiro de 2019, passando o Banco Santander deter 100% das ações da Getnet S.A.

b) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R\$10.000, passando o capital social para o valor de R\$ 10.001 (dez milhões e um mil), dividido em 10.001.000 (dez milhões e um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

c) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R\$24 milhões mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

d) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

No dia 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R\$45.000, passando o capital social para o valor de R\$ 45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. O Banco estima que o início das operações da Companhia deve ocorrer no primeiro trimestre de 2019.

e) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R\$61.078 e R\$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33 milhões, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

f) Venda de Participação na BW Guirapá I S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros, a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind para a Ferbasa. O preço base da totalidade de venda é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. O investimento foi baixado e, conseqüentemente, os ativos e passivos da BW Guirapá I e controladas deixaram de ser consolidados a partir de 1 de janeiro de 2018. Em 2 de abril de 2018, a venda foi concluída.

g) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R\$15 milhões. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional.

h) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028. A Companhia desenvolverá banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

i) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o

financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. O Banco Hyundai será detido 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital. Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A., bem como o aumento de capital social de R\$99.995, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai e sua atuação como instituição financeira está sujeita à emissão da respectiva autorização para funcionamento pelo Bacen. A Aymoré CFI detém o controle operacional desta sociedade.

Em 21 de fevereiro de 2019, o Banco Central do Brasil outorgou autorização ao Banco Hyundai Capital Brasil S.A. para operar como uma instituição bancária. A expectativa é que o Banco Hyundai esteja apto a operar no primeiro semestre de 2019 (Nota 11).

j) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. O Banco Santander estima ter a companhia totalmente operacional até o final do primeiro trimestre de 2019.

k) Acordo de investimento entre o Banco Santander e Olé Consignado

O Olé Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Olé Consignado, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Olé Consignado de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, na data da aquisição, foi reconhecido um passivo financeiro, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$519 milhões (2017 – R\$484 e 2016 - R\$307 milhões) pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$67 milhões, Participações não-controladoras, no montante de R\$346 milhões. No exercício de 2018, foi reconhecido um ativo fiscal diferido de R\$85 milhões e uma despesa nas demonstrações consolidadas do resultado, no valor de R\$21 milhões.

Na AGE de 3 de março de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.

O prazo de exercício das Opções está definido entre dois períodos, sendo o primeiro período de 10 de fevereiro de 2019 a 10 de fevereiro de 2021 ou, caso o exercício não ocorra no primeiro período, o segundo período será de 10 de fevereiro de 2023 a 10 de fevereiro de 2025.

l) Outros Eventos Societários

Foram realizados os seguintes atos societários:

- Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentado em R\$150 milhões passando o capital social para o valor de R\$270 milhões, dividido em 265.419.392 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Santander Brasil.

- Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações. Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R\$299 milhões referente ao ágio no Patrimônio Líquido.

- Em 26 de outubro de 2017, após o Bacen emitir ofício se manifestando favoravelmente a operação, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações da Webcasas S.A. detidas pela Santander Serviços. Em 1º de novembro de 2017, a Webcasas S.A. passou a denominar-se Santander Holding Imobiliária S.A. e teve seu objeto social alterado para compreender atividades voltadas a negócios imobiliários.

- Em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações. Em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

4) Estratégia

O Banco Santander Brasil é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. Sua atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal.
- Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio do portfólio robusto, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

O Banco Santander encerrou 2018 sendo mais um ano de sólida geração de resultados o que possibilitou o Banco atingir o maior patamar de rentabilidade. Esse notável desempenho pode ser atribuído ao crescimento da base de clientes, por meio da melhoria na experiência e satisfação, maior eficiência operacional e elevado nível de engajamento dos colaboradores, proporcionando a sustentabilidade do negócio. Acredita-se que a partir do modelo claramente definido o Banco Santander tem espaço para seguir capturando oportunidades no mercado. Destaca-se:

Pessoas

As pessoas são a marca do Banco Santander. Ao longo desse ano foram alcançados importantes marcos que refletem o comprometimento em engajar os funcionários e fortalecer a cultura interna:

Gestão horizontal: em 2018, o Café com Rial obteve adesão de cerca de 40% da base de colaboradores por evento (via *app* Santander Now e intranet), com periodicidade mensal.

Academia Santander: incentiva o protagonismo individual na formação técnica sendo que 67% dos colaboradores totais são multiplicadores internos. Santander Star: programa de reconhecimento não financeiro que elege os funcionários destaque dentre cinco categorias – Resultado, Inovação, Colaboração, Atendimento e Risk Pro.

3º ano consecutivo entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela pesquisa GPTW, +14 posições YoY.

Vinculação dos clientes

Em 2018, o Banco Santander foi pioneiro no setor financeiro brasileiro em divulgar o NPS (Net Promoter Score) que atingiu 57 pontos nesse trimestre, alta de 14 pontos YoY.

Como resultado das ações, o Banco Santander continua expandindo a base de clientes na qual destacam-se os correntistas ativos que crescem há 43 meses consecutivos.

Varejo

Cartões: o 4T18 foi encerrado com forte crescimento de 20,4% YoY no faturamento total. No trimestre, foram promovidas campanhas de incentivo ao uso do cartão, como a Promoção Bateu Ganhou e Ping Pong de Prêmios. Em 2018, a oferta agregada foi fortalecida: Santander Way se mantém como uma das melhores avaliações do mercado de aplicativos (4,8 estrelas na Apple Store e 4,6 estrelas no Google Play), o Santander Pass foi lançado com tecnologia NFC, para pagamentos por aproximação e o Supercrédito para a contratação de crédito pessoal pelos clientes não correntistas. Além disso, os cartões podem ser contratados digitalmente ou nas agências. Todas essas ações colaboraram para o incremento na participação de mercado em carteira de crédito que atingiu 13,1% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +1,1p.p. YoY.

Consignado: continua-se registrando ganhos na participação de mercado em carteira de crédito que atingiu 9,9% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +1,8 p.p. YoY. Destaca-se a produção nos canais digitais que, nesse trimestre, expandiu 10% QoQ o número de contratos realizados.

Imobiliário: ao longo do ano a exposição comercial desse produto nas mídias foi intensificada. Ao mesmo tempo, o banco Santander melhorou a experiência por meio de um canal totalmente digital que possibilita o cliente fechar o negócio. Além disso, a industrialização de processos internos já mostra resultados trazendo maior eficiência e agilidade. Como resultado, a originação no varejo aumentou 2,1x YoY (Fonte Banco Central, acumulado entre janeiro e novembro de 2018).

Agro

Alinhado com o processo de interiorização e objetivo de ser o melhor Banco de agronegócio, do país, o Banco Santander inaugurou nesse trimestre mais 4 lojas vocacionadas totalizando 21 espaços. Em paralelo, aprimorou o atendimento com gerentes exclusivos e aumentou a eficiência, reduzindo o lead time (tempo de contratação do crédito rural) em 46%, ao longo de 2018. Além disso, melhorou-se o posicionamento em LCA cuja participação de mercado atingiu 7,8% (Fonte Banco Central, data-base novembro/18), +2,4p.p. YoY.

Getnet

O modelo de negócios especializados, integrado com o Banco, qualidade no atendimento e inovações têm se mostrado como maiores diferenciais. Nesse ano, foi desenvolvida uma plataforma digital especializada para o comércio eletrônico com o conceito "one stop shop". O POS digital foi lançado, o que auxilia os clientes na gestão do próprio negócio. No âmbito da SuperGet, foi disponibilizada a opção de boleto bancário para pagamento no momento da aquisição e intensificada a presença em feiras livres para suportar a comercialização do produto para o público de autônomos e empreendedores. Todos esses fatores corroboraram para a expansão de 32% no faturamento total em 2018. A participação de mercado atingiu 14,4% (Fonte ABECS - Credenciadoras, data-base setembro de 2018), +2,9 p.p. YoY.

PMEs

A estratégia de ofertas setorializadas, com atendimento personalizado, em conjunto com o Programa Avançar, posiciona o Banco Santander para seguir expandindo consistentemente a base de clientes e vinculação. Por essas razões, atingiu o patamar de mais de 1 milhão de clientes enquanto a participação de mercado em carteira de crédito cresceu 0,4 p.p. em doze meses atingindo 11,4% (Fonte Banco Central, data-base setembro/18). Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: líderes nesse segmento, com participação de mercado de 23,7% (Fonte Banco Central, data-base novembro de 2018). Participação de mercado total de veículos, PF e PJ), +0,6 p.p. em doze meses. A plataforma digital +Negócios, o bom desempenho das parcerias e o atendimento comercial são os principais vetores que explicam essa evolução. Para consolidar o relacionamento com os clientes, o Banco realiza iniciativas como a criação do programa +Fidelidade, modelo de incentivo para o lojista baseado no nível de vinculação, e o aperfeiçoamento da jornada no pós-venda para os clientes finais. Nesse trimestre, foi iniciada a integração da mesma experiência digital da Financeira para o Varejo, buscando melhorar a eficiência na contratação dos correntistas.

Webmotors: a ferramenta *Cockpit* segue com evolução de resultados, como aumento de 25% no volume de contatos feitos pelos vendedores aliado à redução de 15% no tempo desse contato com o cliente final. Com isso, notou-se crescimento de 30% no número de lojas com alto nível de engajamento com o Banco.

Santander Corporate & Investment Banking (SCIB)

O Banco Santander segue reconhecido como líder:

Em assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima assessoria financeira nas Américas e líder LATAM em *Project Finance (MLA)* pela *Dealogic (Dealogic data-base 2018 e Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2017)*.

No mercado de câmbio de acordo com o Banco Central do Brasil (acumulado entre janeiro a novembro de 2018).

Santander Corretora foi eleita (Considera o desempenho de janeiro a dezembro de 2018) em 1º lugar em recomendação de ações em 2018 pelo Valor Econômico.

Inovações

Santander On: nova funcionalidade disponível no aplicativo que tem o objetivo de ser transparente com os clientes e atuar na educação financeira. O Santander On, de forma gratuita, mostra a melhor maneira de utilizar as linhas de crédito, detalha os compromissos financeiros com o banco, informa a regularidade do CPF, no mercado, facilita a atualização de renda e a gestão dos limites de crédito.

Black Week Santander: Em novembro foi realizada a segunda edição da campanha com mais de 45 tipos de produtos e serviços ofertados para os segmentos de PF e PJ. A campanha está aderente ao reposicionamento da marca e trouxe resultados notórios. Foi apresentado crescimento das vendas em todos os canais, principalmente nos produtos de crédito imobiliário e capitais de giro, que expandiram, em média, mais de 200% relação ao mesmo período do mês anterior. Dentre as vendas nos canais digitais, o crédito consignado apresentou um desempenho destacado.

Work Café: foi inaugurado o Work Café, que difere das agências tradicionais, por integrar o conceito de uma agência digital e arquitetura moderna. Esse espaço proporciona uma experiência inovadora de interação com os serviços bancários dispondo de Wi-Fi gratuito, cafeteria e *coworking*, ATM reciclador dentre outros. O objetivo é estreitar o relacionamento com os clientes e prospects dos segmentos pessoa física, média e alta renda, assim como PMEs. Novos negócios

Ben Benefícios e Serviços: atuará no setor de benefícios, iniciando com os cartões de alimentação e refeição, contribuindo para a otimização do nosso ecossistema. A proposta é inovar no setor e oferecer melhor experiência para o cliente final, além de realizar parcerias com o departamento de RH das empresas e estabelecimentos comerciais. A Ben utilizará a marca Visa Vale que é reconhecida neste setor e suportará o crescimento. Além disso, vemos potencial de sinergias com os segmentos de atacado, PMEs, pessoa física e também Getnet.

Pi: foi iniciado o piloto da plataforma digital de investimentos para clientes que buscam mais autonomia e praticidade na contratação. A Pi tem acesso à produtos de diversas instituições e complementa a oferta de investimentos alcançando correntistas e não correntistas.

Sustentabilidade

Dentre os resultados relacionados à Sustentabilidade, destaca-se a liderança no microcrédito, por meio do programa Prospera, cuja carteira de crédito cresceu 51% YoY ao final de dezembro 2018 atingindo R\$ 642 milhões. Em Universidades, o Banco Santander reforça a responsabilidade social por meio do evento Preparação Univerisia que reuniu mais de 7 mil alunos. No Brasil, já concedemos mais de 14 mil bolsas de estudo desde 2015. No âmbito de financiamentos socioambientais, fomos o primeiro Banco a lançar uma linha de financiamento exclusiva para bicicletas elétricas, o CDC Mobilidade, que pode financiar até 100% do valor do bem, com prazo máximo de 48 meses, para clientes pessoas físicas.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências Standard & Poor's e Moody's:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's¹ (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's² (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1) Última atualização em 29 de novembro de 2018.

(2) Última atualização em 18 de fevereiro de 2019.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 25 de fevereiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em 28 de janeiro de 2019, aprovar a proposta de valor máximo de remuneração variável a ser paga à diretoria pelo exercício encerrado em 31.12.2018 e a proposta do valor máximo a ser distribuído aos administradores como participação nos lucros, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

Em 23 de janeiro de 2019, aprovar a declaração e a revisão anual do Apetite de Risco do Banco Santander e suas controladas, tanto em relação aos novos limites propostos, quanto em relação à revisão do Apetite a Risco.

Em 28 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de dividendos, no montante bruto de R\$1.920 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 28 de dezembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$2.880 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 20 de dezembro de 2018, aprovar a (i) eleição da Sra. Patrícia Souto Audi para o cargo de Diretora sem designação específica, para mandato complementar; e (ii) condução do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto ao cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia.

Em 30 de novembro de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 01 de novembro de 2018, aprovar o novo programa de recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou de American *Depositary Receipts* ("ADRs") de emissão do Banco Santander ("Programa de Recompra"), nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

Em 30 de outubro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2018

Em 28 de setembro de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 28 de agosto de 2018, aprovar a nomeação da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes para a função de Ouvidora da Companhia, para mandato de 1 (um) ano.

Em 24 de julho de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Em 24 de julho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 03 de julho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Ramon Sanchez Santiago ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 26 de junho de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de dividendos, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 29 de maio de 2018, aprovar a nomeação do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor da Companhia para mandato de 1 (um) ano, com efeito a partir de 09 de maio de 2018.

Em 14 de junho de 2018, aprovar a eleição do Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato complementar.

Em 10 de maio de 2018, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, para mandato de 1 ano, a saber: Sra. Deborah Stern Vieitas, na qualidade de Coordenadora; Sr. Luiz Carlos Nannini, na qualidade de membro técnico qualificado; Sra. Maria Elena Cardoso Figueira e Sr. Júlio Sergio de Souza Cardozo, na qualidade de membros.

Em 24 de abril de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Em 18 de abril de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Cassius Schymura do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 10 de abril de 2018, aprovar (i) a nomeação da Sra. Deborah Stern Vieitas para a função de Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, para mandato complementar, em substituição ao Sr. José Luciano Duarte Penido; (ii) a destituição da Sra. Deborah Stern Vieitas da função de Coordenadora do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia; e (iii) a nomeação do Sr. Bernardo Parnes para a função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato válido até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Em 27 de março de 2018, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$600 milhões, para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 16 de março de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Felipe Pires Guerra de Carvalho ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 5 de março de 2018, aprovar a renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Zerbinatti ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 26 de fevereiro de 2018, aprovar a exoneração da Sra. Maria Eugênia Andrade Lopez Santos, ocorrida em 9 de fevereiro de 2018, ao cargo de Diretora Executiva da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2018, (i) conhecer a renúncia apresentada pelo Diretor Vice-Presidente Executivo Sr. Alexandre Silva D'Ambrosio; e (ii) aprovar a eleição do Sr. Alessandro Tomao, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia, para mandato complementar.

Em 15 de fevereiro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 1 de fevereiro de 2018, aprovar a (i) eleição, para mandato complementar, dos Sr. Carlos Aguiar Neto, Sra. Claudenice Lopes Duarte, Sra. Germanuela de Almeida de Abreu, Sr. Gustavo Alejo Viviani, Sr. José Teixeira de Vasconcelos Neto e Sr. Rodrigo Cury, na qualidade de Diretores sem

Designação Específica; e (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande, como membro do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, para mandato complementar.

Em 29 de janeiro de 2018, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 3 de janeiro de 2018, aprovar a exoneração do Sr. Conrado Engel do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS – *Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à nova resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 47 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2018.

No exercício de 2018, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para o ano, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados sobre o resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna desse período, conforme seu plano anual.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander o melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os funcionários trabalharem.

Os funcionários são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com funcionários engajados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco com clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa composta por 48.012 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca funcionários que se identifiquem com a cultura corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a cultura, os funcionários do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados a ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Alguns dos prêmios e reconhecimentos em sustentabilidade, que demonstram a consistência das práticas ambientais, sociais e de governança, recebidos em 2018 são: inclusão do Santander Brasil como constituinte da série de índices FTSE4Good; Inclusão do Santander Brasil no *Vigeo Eiris Best Emerging Markets Performers Ranking*; com o case do Prospera Santander Microcrédito o Banco foi reconhecido pela ONU durante o evento *Sustainable Development Goals in Brazil – The Role of the Private Sector*; o Grupo Santander foi reconhecido como um dos três melhores bancos do mundo e o primeiro na Europa pelo *DJSI (Dow Jones Sustainability Index)*.

Entre os destaques do ano, está o lançamento do CDC Solar, que tem como finalidade financiar sistemas para geração de energia solar fotovoltaica com juros atrativos, longo prazo, entre outras condições especiais, possibilitando o financiamento de até 100% do valor. Por meio do Agronegócio Responsável foram capacitados cerca de 230 pessoas durante eventos relacionados a Sustentabilidade. Já em *Project Finance* assessoria financeira o Banco financiou aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 2018, relacionados a energias renováveis. Em relação às grandes operações, em 2018 o Santander participou em emissões de *Green Bonds* no valor de R\$621 milhões para projetos de infraestrutura para sistemas de transmissão de energia.

O Prospera Santander Microcrédito, originou mais de R\$ 1 bilhão de produção (49% a mais que em 2017), com mais de 250 mil clientes ativos. Por

meio do Programa Parceiros em Ação, capacitamos mais de 2.000 empreendedores, clientes e não clientes, em comunidades de baixa renda onde o Próspera Santander Microcrédito está presente.

Por meio do Santander Universidades foram concedidas mais de 4.600 bolsas de estudos com investimento de R\$29,9 milhões até 31/12/2018. Por meio do Programa Amigo de Valor, que permite que o Banco Santander, bem como nossos funcionários e clientes, direcionem parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2018, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R\$ 13 milhões, que foram direcionados para 67 projetos no Brasil.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

**O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva**

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/02/2019).

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2018:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi*

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

(*) Posse pendente de autorização do Bacen.

Diretor Executivo

José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Ede Ison Viani

Fernando Carvalho Botelho de Miranda

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Leopoldo Martinez Cruz

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Robson de Souza Rezende

Rodrigo Cury

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) do Banco Santander, a qual inclui o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2018:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi*

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

(*) Posse pendente de autorização do Bacen.

Diretor Executivo

José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Ede Ison Viani

Fernando Carvalho Botelho de Miranda

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Leopoldo Martinez Cruz

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luíz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Robson de Souza Rezende

Rodrigo Cury

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria 31 de dezembro de 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission* – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de *Audit Committee* do Santander, em conformidade com o disposto no *Sarbanes-Oxley Act*.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2018. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades e as atas das reuniões do Comitê são regularmente enviados ao Conselho de Administração, com o qual o Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2018.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei *Sarbanes-Oxley*. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do 2º semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente às suas divulgações.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de *Compliance* e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN n.ºs. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2018, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas em que os controles foram considerados como "A melhorar" ou "Insatisfatório". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2018. Nessas reuniões tiveram destaque as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, as práticas contábeis, o plano de

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2018, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) monitoramento da adequação dos Planos de Previdência; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento da adoção e impactos da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros; (v) revisão do Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários; e (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do Comitê, e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado, para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2018, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
Julio Sergio de Souza Cardozo

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

AV. Juscelino Kubitschek, 2235 – 10 andar

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br

